

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**ANAIS BRASILEIROS DE ESTUDOS TURÍSTICOS**  
**ABET**

ISSN 2238-2925

ABET	Juiz de Fora	v.4	n.1	p. 1-64	jan./abr. 2014
------	--------------	-----	-----	---------	----------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**Reitor**

Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

**Vice-Reitor**

José Luiz Rezende Pereira

**Coeditores da Revista ABET**

Thiago Duarte Pimentel  
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

**Editor de Política Editorial**

Thiago Duarte Pimentel

**Editor Científico**

Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior

**Projeto Gráfico**

Gabriel Schuery

**Editoração**

Nivea Maria Ferreira

**Capa**

Nivea Maria ferreira

**Revisão de Português**

Stefany Vieira

---

Anais Brasileiros de Estudos Turísticos / Universidade  
Federal de Juiz de Fora. – v. 4, n. 1 (jan./abr. 2014). –  
Juiz de Fora : Universidade Federal de Juiz de  
Fora, 2014 – . [on-line]  
Semestral  
Disponível em: <[www.editoraufjf.com.br/revista/  
index.php/abet/issue/current](http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/abet/issue/current)>  
ISSN 2238-2925

---

1. Turismo. 2. Pesquisa. 3. Conhecimento – Teoria.

---

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

## Reitor

Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

## Vice Reitor

José Luiz Rezende Pereira

## Pró Reitor de Graduação

Eduardo Magrone

## Diretor do Instituto de Ciências Humanas – ICH

Eduardo Salomão Condé

## Editores

Thiago Duarte Pimentel, Prof. Dr. – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)  
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior, Prof. Me. – Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (Brasil)

## Conselho Editorial

Alexandre Panosso Neto, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)  
Arturo Gomez Santamaria, Prof. Dr. – Universidad Autónoma de Sinaloa / UAS (México)  
Carlos Manuel Martins da Costa, Prof. Dr. – Universidade de Aveiro / UA (Portugal)  
Christianne Luce Gomes, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. – Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG (Brasil)  
Edegar Tomazzoni, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)  
Eduardo Yázigi, Prof. Dr. – Universidade de São Paulo / USP (Brasil)  
Ivan Kožić, Prof. Dr. – Institut za Turizam / IT (Croácia)  
José Manoel Gonçalves Gândara, Prof. Dr. – Universidade Federal do Paraná / UFPR (Brasil)  
Lynn Minnaert, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. – University of Surrey (Inglaterra)  
NatanUriely, Prof. Dr. – Universidade Ben-Gurion de Negev (Israel)  
Sérgio Rodrigues Leal, Prof. Dr. – Universidade Federal de Pernambuco / UFPE (Brasil)

## Conselho Científico

Álvaro Banducci Junior, Prof. Dr. – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul / UFMS (Brasil)  
Ângela Cabral Flecha, Prof<sup>a</sup>. - Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP (Brasil)  
Carlos Eduardo Silveira, Prof. Dr. - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / UFJVM (Brasil)  
Euler David de Siqueira, Prof. Dr. - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro / UFRRJ (Brasil)  
Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> – Universidade Federal do Pará / UFPA (Brasil)  
Magnus Luiz Emmendorfer, Prof. Dr. - Universidade Federal de Viçosa / UFV (Brasil)  
Michelle Helena Kovacs, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. - Universidade Federal de Pernambuco / UFPE (Brasil)

# Sumário

<b>Editorial</b>	<b>5</b>
<b>Civil Society Participation in Public Policy Processes in Brazilian Tourism: The Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum</b>	<b>8</b>
A Participação da Sociedade Civil no Processo de Políticas Públicas no Turismo Brasileiro: O Forum da Região Turística Itupararanga-Sorocabana <i>Cíntia Möller Araujo</i>	
<b>Engajamento entre os atores sociais para o alcance do Turismo Sustentável: uma discussão sobre seus diferentes papéis</b>	<b>16</b>
The Role of Stakeholders to achieve Sustainable Tourism: A Theoretical Discussion <i>Jaqueline Guimarães Santos</i> <i>Gesinaldo Ataíde Cândido</i>	
<b>O Turismo e a Renda dos Idosos: a experiência brasileira com o Programa “Viaja Mais Melhor Idade”</b>	<b>26</b>
Tourism and the income of the elderly: the Brazilian experience with the program “Viaja Mais Melhor Idade” <i>Fabiola Cristina Costa de Carvalho</i> <i>Cássia Carolina Borges da Silva</i>	
<b>A Cachaça é nossa: Cultura e ideologia na construção da identidade nacional</b>	<b>36</b>
The Cachaça is ours: Culture and ideology in the construction of national identity <i>Nathália Caroline Dias</i>	
<b>Da mobilidade do trabalho à mobilidade no turismo</b>	<b>46</b>
From work mobility to tourist one <i>Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano</i> <i>Laura M. Marques Fernandes</i>	
<b>Flujo y perfil del mercado turístico nacional en Mazatlán, Sinaloa durante el periodo 2012-2013</b>	<b>54</b>
Flow and profile of the national tourism market in Mazatlan, Sinaloa during the period 2012-2013 <i>Omar Lizárraga Morales</i>	
<b>Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: Um Estudo de Caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro.</b>	<b>62</b>
Indicators For the Sustainable Development of Tourism Based Community: A case Study of the Community of Quilombo Campinho Of Independence, Paraty, Rio de Janeiro. <i>Thais Rosa Pinheiro</i>	
<b>A produção científica em turismo no Brasil: reflexões e proposições a partir de um estudo revisional</b>	<b>73</b>
Scientific production in tourism in Brazil: thoughts and propositions based on a revisional study <i>Luciana Araújo de Holanda</i> <i>Gloria Maria Widmer</i> <i>Sérgio Rodrigues Leal</i>	

# Editorial

Caros amigos e colegas, atores, avaliadores, leitores e público em geral, é com grande satisfação que lançamos este novo número da revista ABET. Nesta edição, temos duas novidades em relação ao nosso *journal*. A primeira delas é referente à periodicidade, que em função da elevada demanda qualificada dos artigos enviados à nossa revista, nos motivou a alterar a sua periodicidade, passando de semestral para quadrimestral, sendo as três edições do ano referentes aos períodos de janeiro a abril, maio a agosto e setembro a dezembro, e suas publicações acontecendo respectivamente nos meses de maio, setembro e janeiro.

A segunda boa nova é com relação ao número de artigos publicados em cada edição, que passou de 6 para 8. Assim, no total, em relação ao período de um ano saltamos da publicação de 12 para 24 artigos/ano, o que corresponderia a cerca de 5,64% do total de artigos publicados por ano nos periódicos de turismo do Brasil (considerando aqueles cadastrados na base “Publicações de Turismo”, coordenada pelo prof. Dr. Glauber dos Santos, do IF de São Paulo).

Essas informações são importantes, pois demonstram o amadurecimento institucional e qualitativo da revista, que recebe manuscritos de expoentes do campo turístico, tanto no cenário nacional quanto internacional. Além disso, a indexação da revista em bases de dados nacionais e internacionais também corrobora a rápida evolução desse periódico que já entra em seu quarto ano de existência.

Cumpramos ressaltar que, também em função do crescimento quantitativo e qualitativo da revista ABET, uma de suas características iniciais – ser voltada para a integração com o público da graduação, promovendo o estímulo à produção de estudos neste nível e a sua recepção para possível divulgação neste periódico – passou a se tornar incompatível com a atual estrutura e orientação da revista, uma vez que as próprias exigências avaliativas dos periódicos impedem o excesso de endogenia e a difusão de artigos não científicos em periódicos de ponta.

Assim, visando manter o compromisso da ABET em ser um periódico líder, em termos de reputação e credibilidade científicas, no cenário mineiro e dos mais respeitados do país, é que mantemos a linha editorial da ABET voltada para a recepção de estudos de alta qualidade e inovação científica, ao passo que, sem se desvincular completamente do público da graduação – afinal, serão os futuros mestres e doutores – é que criamos um novo periódico: a ABET.Jr. (<http://abetjr.uff.br/emnuvens.com.br/abetjr>), que é voltado exclusivamente a inserção do público estudantil da graduação.

Especificamente nesta edição trazemos à lume oito artigos que transitam entre a diversidade temática da área de gestão pública do turismo, articulação dos atores e

patrimônio, passando pela discussão teórica sobre mobilidade, empírica sobre fluxos turísticos, e depois um panorama avaliativo das pesquisas em turismo e sua utilização.

Para demonstrar a relevância e prestígio que vem alcançando nossa ABET, o artigo de abertura desta edição, intitulado *Civil Society Participation in Public Policy Processes in Brazilian Tourism: the Itapararanga-Sorocabana Touristic Region Forum*, de Cintia Moller, trata-se de um trabalho convidado que foi originalmente apresentado na Associação Internacional de Experts em Turismo (AIEST). Esta associação foi criada no âmbito da ONU, no pós guerra, em 1947 e é uma das entidades de turismo mais importante do mundo, reunindo os estudiosos mais renomados e destacados no mundo dentro do campo turístico, ao lado da OMT (Organização Mundial do Turismo), esta atuando como braço executivo das políticas de turismo da ONU.

Seu trabalho se debruça sobre o processo de institucionalização de novos mecanismos de participação societal, promovidos pós Constituição de 1988. Empiricamente a autora estuda qualitativamente uma dessas estruturas de gestão participativa, o fórum permanente da Região Turística Itapararanga-Sorocabana, no interior do Estado de São Paulo, ao se questionar sobre em que medida essas arenas têm contribuído efetivamente para construir um processo de políticas públicas mais pluralista e democrático, integrando uma variedade de atores, no debate das políticas públicas. A autora conclui que, apesar do discurso de expansão da participação da sociedade civil no processo de política pública, na realidade turística pesquisada, ainda permanece o desafio de inclusão de alguns segmentos tradicionalmente excluídos dessas arenas decisórias.

De forma complementar ao debate iniciado pelo primeiro artigo, ainda na área de gestão pública, o texto de Jaqueline Santos e Gesinaldo Cândido, *Engajamento entre os diversos atores sociais para o alcance do Turismo Sustentável: uma discussão sobre seus diferentes papéis*, discute teoricamente o processo de incisão dos diversos atores sociais para o planejamento e a execução de ações visando a promoção do desenvolvimento sustentável nas localidades turísticas. Analiticamente os autores propõem um modelo teórico sobre o modo de articulação entre os diferentes atores na esfera pública do turismo, identificando não apenas os papéis de cada um, com deveres e obrigações distintos, mas também com responsabilidades e capacidade de ação complementar que pode ser utilizada, se for organizada, de forma efetiva para o desenvolvimento turismo sustentável. Assim, o elemento essencial neste processo parece ser o próprio processo de organização em si mesmo da atividade coletiva, o que nos leva abertura e colocação de novos questionamentos, orientadores de futuras pesquisas.

Ainda sob a égide gestão pública, o terceiro trabalho desta edição, intitulado *O Turismo e a Renda dos Idosos: a experiência brasileira com o Programa "Viaja Mais Melhor Idade"*, explora a relação entre políticas públicas,

demografia e turismo. Visando discutir os estímulos estatais para o desenvolvimento do turismo de terceira idade, associado às políticas de proteção social e de garantia de renda, as autoras Fabiola Cristina Costa de Carvalho e Cássia Carolina Borges da Silva exploram teoricamente, com a ajuda de dados secundários, como os serviços de lazer para a terceira idade, vem ganhando espaço com o recente desenvolvimento socioeconômico experimentado pelo Brasil, e sua consequente expansão de renda e crédito para vários segmentos da população, inclusive os idosos, que, do ponto de vista das empresas turísticas, são um grande nicho de mercado, uma vez que reúnem (ou passam a reunir, devido a esse novo contexto) duas condições básicas para a prática do turismo: renda e tempo livre. Assim, analisando as estratégias governamentais de estímulo ao turismo para este segmento, dadas pelo Programa "Viaja Mais Melhor Idade", elas concluem realizando um balanço dos êxitos e as falhas do primeiro ciclo do programa, executado entre os anos de 2007 e 2010, bem como das oportunidades observadas para o segundo ciclo iniciado durante o segundo semestre de 2013, evidenciando que o programa governamental em questão foi bem sucedido, mais do que o esperado, embora a ampliação dos destinos emissores e receptores, além de uma maior oferta de produtos aos aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário-mínimo, poderiam expandir ainda mais esse sucesso.

O quarto texto dessa edição é assinado por Nathália Caroline Dias e versa sobre as temáticas de políticas públicas e patrimônio. O texto *A Cachaça é nossa: Cultura e ideologia na construção da identidade nacional* propõe uma interpretação de como a cachaça, bebida tradicional do país, foi ressignificada ao longo do tempo, saindo de sua associação à marginalidade e a pessoas de baixa renda e estrato social, para um bem de consumo cultural, vinculado a um apelo tradicionalista de patrimônio cultural, ligado a outro estrato social de mais alta renda e capital cultural. Tal processo, em sua leitura, se deu, sobretudo, no contexto contemporâneo de comercialização da cultura e promovido pelo Estado, que por meio do registro legal em dois decretos, promove o processo de reapropriação da cultura popular. Tal processo, ideológico, operado pelo Estado com a mediação de intelectuais, caracteriza-se como instrumento ideológico de construção da identidade nacional brasileira em que a bebida é apresentada como manifestação que rememora uma suposta origem histórica da nação, reforçando aspectos de uma identidade nacional consensual e homogênea.

O quinto artigo, *Da mobilidade do trabalho à mobilidade no turismo*, de Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, Laura M. Marques Fernandes, traz à baila uma renovada perspectiva para a discussão do turismo com base na categoria da mobilidade. Baseando-se na perspectiva dos estudos demográficos, as autoras propõem uma leitura do turismo, amparada em uma lente teórica analiticamente

fundamentada em autores da corrente francesa, como um tipo especial (ou específico) do processo de migração. Visando descortinar o debate existente na produção científica em torno do entendimento dos fluxos turísticos enquanto mobilidade temporária e avançar na construção teórica que inclui o turismo como mobilidade, elas percorrem o itinerário da discussão sobre migração, mobilidade, turismo com o intuito de explicar a concepção de turismo como mobilidade sazonal e migração temporária. Assim, se conclui que os teóricos do turismo estudados, tanto os franceses como os brasileiros, explicam de forma convincente a mobilidade turística, sendo essa uma perspectiva merecedora de atenção para produzir avanços neste campo de conhecimentos.

Também discutindo a mobilidade, o sexto artigo, *Flujo y perfil I del mercado turístico nacional en Mazatlán, Sinaloa durante el periodo 2012-2013*, de Omar Lizárraga Morales, faz uma análise dos fluxos turísticos domésticos e internacionais tomando como ponto de partida o destino turístico de Mazatlán, Sinaloa, México. Com base numa metodologia quantitativa operacionalizada por levantamentos realizados em três períodos, Inverno (2012), Semana Santa (2013) e Verão (2013), o autor enfatiza o perfil socioeconômico e as motivações dos grupos demográficos de cada temporada, bem como faz uma comparação entre eles a fim de explicar a composição do mercado nacional de viagens e turismo e suas características. Assim, se conclui a peça com um esboço teórico sobre os fatores de atração no turismo, embasado empiricamente na análise cartográfica da estrutura e distribuição desse fluxo no espaço e no tempo. Este texto traz duas contribuições importantes: de um lado, reforça a discussão teórica sobre migração iniciada pelo texto anterior de Coriolano e Fernandes; e, de outro, materializa uma análise empírica sobre fluxos turísticos, demonstrando sua circulação no espaço, contribuindo para a operacionalização dos conceitos.

O sétimo artigo de Thais Rosa Pinheiro, *Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: Um Estudo de Caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro*, analisa a participação da comunidade no desenvolvimento da atividade turística, da localidade turística de Paraty (RJ). Tomando este cenário como estudo de caso, os autores propõem um conjunto de indicadores de sustentabilidade para monitoramento da atividade turística no quilombo do Campinho da Independência e ressalta a importância de incluir áreas quilombolas dentro do setor censitário do IBGE. Eles partem do referencial teórico do turismo de base comunitária, como uma alternativa ao modelo de turismo tradicional. Além disso, os autores fazem uma crítica ao fato de que este tipo de turismo, por estar baseado somente no crescimento econômico, afeta os destinos receptores, excluindo a cultura local. Ademais, o trabalho, do ponto de vista metodológico, se deu a partir

de um estudo bibliográfico para identificar um conjunto de indicadores para a atividade turística, incorporados dentro das dimensões da sustentabilidade com base nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS).

Os autores do oitavo artigo, *A produção científica em turismo no Brasil: reflexões e proposições a partir de um estudo revisional*, Luciana Araújo de Holanda, Glória Maria Widmer e Sérgio Rodrigues Leal, tomam como objeto de estudo os trabalhos científicos e acadêmicos brasileiros sobre turismo, tomando como referência trabalhos de conclusão de curso de graduação, bibliografia especializada, anais de eventos científicos, periódicos, dissertações e teses de turismo. Amparados numa pesquisa bibliográfica e documental, eles trazem à tona um panorama geral desses trabalhos, evidenciando a assistemática, insuficiência e fragmentação da produção nacional. Os autores concluem que ainda são limitadas as iniciativas no sentido de conhecer e sistematizar o conhecimento científico em turismo produzido no Brasil, o que leva a sua subutilização e impede o avanço no desenvolvimento científico da área, e ponderam que seria desejável esforços coletivos, tais como criação de bancos de dados online e de redes de cooperação entre os pesquisadores, para superar esta situação.

Thiago Duarte Pimentel  
Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior  
Co-editores

# Civil Society Participation in Public Policy Processes in Brazilian Tourism: The Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum<sup>1</sup>

Cíntia Möller Araujo<sup>2</sup>

---

## Abstract:

In Brazil, since the enactment of the Federal Constitution of 1988, we have been witnessing the institutionalization of new mechanisms for political participation. Thus a variety of Councils of public policies arose and spread, in several spheres of Government and in the most varied sectors. These allowed possibilities of increasing the number of players with power to intervene in public administration and public policies. This article is intended to evaluate the democratizing nature of these forums within the field of tourism public administration, via the analysis of one experiment going on at the State of São Paulo, namely: "Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum". Actually, the research question this paper tries to answer is: to what extent do these bodies contribute to effectively built a more pluralistic public policy process in the tourism sector, thereby integrating in the debate of public policies, a variety of players representing a diversity of touristic interests. We relied on a qualitative approach (case study) and concluded that although we have been experiencing an expansion of the participation of civil society in public policy processes, there remains the challenge regarding the inclusion of some segments traditionally excluded from decision-making arenas.

KEYWORDS: Public Policies, Democracy, Public Policies Council.

## A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TURISMO BRASILEIRO: O FORUM DA REGIÃO TURÍSTICA ITUPARARANGA-SOROCABANA

---

## Resumo:

No Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, tem-se assistido a progressiva institucionalização de novos mecanismos de participação societal. Conseqüentemente, uma variedade de organismos dessa natureza floresceu e se disseminou, nas diversas esferas do Governo e nos mais variados setores, permitindo a inserção de novos atores, que passaram a poder interferir nos rumos da administração pública e das políticas públicas. Esse artigo tem a intenção de refletir sobre a índole democrática desses fóruns, na seara do turismo, por intermédio da análise de uma experiência existente no Estado de São Paulo, a saber: o Fórum Permanente da Região Turística Itupararanga-Sorocabana. Assim, o objetivo dessa pesquisa é responder ao seguinte questionamento: Em que medida essas arenas tem contribuído efetivamente para construir um processo de políticas públicas mais pluralista e democrático, integrando portanto, no debate das políticas públicas, uma variedade de atores, representantes da diversidade de interesses existentes no Turismo? Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa (estudo de caso) e concluiu-se que, não obstante a constatação de vigorosa expansão da participação da sociedade civil no processo de política pública, no contexto do Turismo, permanece o desafio com relação à inclusão de alguns segmentos tradicionalmente excluídos das arenas decisórias.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Democracia, Conselhos de Políticas Públicas.

## LA PARTICIPACIÓN DE LA SOCIEDAD CIVIL EN EL PROCESO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL TURISMO DE BRASIL : EL FORO DE LA RÉGION TURÍSTICA ITUPARARANGA - SOROCABANA

---

## RESUMEN:

En Brasil, desde la promulgación de la Constitución de 1988 han sido testigos de la institucionalización gradual de nuevos mecanismos de participación social. En consecuencia, una variedad de organismos tales floreció y se extendió en las diferentes esferas de gobierno y en diversos sectores, lo que permite la inclusión de nuevos actores, que ahora son capaces de interferir con el curso de la administración pública y la política pública. Este artículo tiene la intención de reflexionar sobre el carácter democrático de estos foros, la cosecha del turismo, a través del análisis de una experiencia ya existente en el Estado de São Paulo, a saber, el Foro Permanente de Itupararanga - Sorocabana Región Turística. El objetivo de este trabajo es responder a la siguiente pregunta: ¿En qué medida estos ámbitos ha contribuido eficazmente a construir un proceso de políticas públicas más plurales y democráticas, la integración, por tanto, en el debate de la política pública, una gran variedad de actores que representan la diversidad de intereses existentes en el turismo? Con este

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada na 62ª Conferência da Associação Internacional de Especialistas em Turismo/ AIEST, em Khon Kaen, Thailand, entre os dias 26-30 de agosto de 2012.

<sup>2</sup> Possui doutorado e mestrado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - SP. Atualmente é professora da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Brasil, atuando no curso de graduação em administração e no mestrado de gestão de políticas e organizações públicas. Ministra as disciplinas de planejamento e gestão de operações, qualidade e produtividade e políticas públicas. E-mail: cintiamolleraraujo@terra.com.br.

fin, hemos adoptado un enfoque cualitativo (estudio de caso) y se encontró que, a pesar de la constatación de la vigorosa expansión de la participación de la sociedad civil en el proceso de políticas públicas en el contexto del turismo, el reto sigue siendo relativa a la inclusión algunos segmentos tradicionalmente excluidos de los espacios de toma de decisiones.

**PALAVRAS CHAVE:** Políticas Públicas, Democracia, Consejos de Políticas Públicas.

## 1 INTRODUCTION

In Brazil, the thriving of new direct and active participation and deliberation mechanisms in public policy processes, suffered a strong boost as of the enactment of the Federal Constitution of 1988. In fact, according to Bobbio (1986), the wave of decentralization and reform of the state favored the rise of innovative forms of citizen participation in public policy, revealing the advent of a new model of citizenship and governance structures inspired by the belief that representative democracy and direct democracy are not mutually exclusive, and are instead compatible with each other.

In addition, it is worth noting that in the Brazilian context, the debate concerning the decentralization and devolution of the decision-making process in public management leads to other issues, such as the expansion of autonomy of subnational units (states and municipalities), which also contributed to strengthen the creation movement and dissemination of public policies co-management spaces.

Thus, new social and political players who had historically been outside the decision-making process began having deliberation powers in the scope of the new emerging power arenas, many of which have been institutionalized since 1988, becoming instruments capable of influencing the public policy process.

Therefore, given the young nature of the Brazilian democracy, the current relevance of the discussion concerning the participation of civil society in decision making, as well as the fact that tourism management, as an autonomous activity, is still a recent novelty in our country (since the very creation of the Ministry of Tourism dates to 2003), our goal is to ponder to what extent the existence of these new deliberation *loci* has been contributing to the democratization of the public policy process in the field of tourism, in Brazil.

Indeed, regarding the tourism field in Brazil, the lack of research on the topic of participation of civil society in the course of public policies is quite noticeable, which reinforces the exploratory and innovative character of this paper and its importance to encourage new studies related to this subject. We choose as the object of study the "Itaparanga-Sorocabana Touristic Region Forum", the creation of which was in 2009, being comprised of both state players and members of the civil society from thirty-two (32) municipalities.

The referred arena is a deliberative and consultative organism, conceived with the mission of assisting the

Executive Branch in the public policy process regarding the tourism field. Therefore, it aims to stimulate the articulation among municipalities and the insertion of its several players (public, private and NGO players) in the public policy process.

## 2 LITERATURE REVIEW

According to Diniz (2001), in the last decades of the twentieth century, one of the guidelines most emphasized by the State reform plans in Brazil refers to decentralization. Indeed, the appearance of a new configuration of the Brazilian State, veering toward a reformulation process, led to the acknowledgement of the need to reduce the autonomy of governmental players in the production of public policies, and stimulated the rise of new types of State relations with the various political, economic and social players. (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1999; BRESSER-PEREIRA, 1998; KETTL, 1999).

Meanwhile, in light of decentralization (in its various forms: administrative, political, fiscal, etc.), Brazilian state and municipal bodies, began to experience an expansion process of their autonomy, incorporating new responsibilities, mainly in the context of policy-making (ARAUJO, 2011). Due to these changes, both member states and municipalities start to participate more actively in the formulation and implementation of these guidelines, and thus it was also observed under these instances, the emergence of various deliberation bodies, which sought to promote the incorporation of the civil society in public policy decision-making. (AVRITZER, 2002, 2005; KERBAUY, 2002; CARNEIRO, 2006; GOHN, 2000; ZAPATA 2009).

Regarding the relevance of societal participation in decision-making processes, we point out that this issue began to gain expression in the second half of the twentieth century, particularly from the 1960s on, strongly inspired by popular and union mobilizations occurring especially in Europe, which sought to achieve a greater involvement of the community in the process of government public policies. Indeed, the alluded movements laid the foundations upon which the ideals of participatory democracy were strengthened. Its advocates centered their criticisms on the reduction of civil society participation in the electoral periods (BACQUÉ; REY; SINTOMER, 2005).

Thus, it is noted that in the last two decades of the twentieth century, the experiences of citizen participation in decision-making processes have been multiplying worldwide, driven by several players. This list includes: World Bank experts, radical left wing parties, nongovernmental organizations, pressure groups, etc... (VILLASANTE, 1995; BACQUÉ, REY, & SINTOMER, 2005; AVRITZER, 2005; BENEVIDES, 1991, 1994).

In particular, it's worth noting that, according to Pasquino (2004), despite evidence of growth in the interaction between a multiplicity of interests, groups and associations

within the decision-making processes, we need to recognize that, frequently, politicians and public officials are not at the same level as the rest of the players who participate in the public policy process, often rallying greater power to define the government agenda.

In Latin America, in various countries, the democratization process gained strength and importance at the end of the 70's and from the 1980's on, resulting in a renovation of the local associative life. As a result, through the subsequent years, it became apparent that the thematic of public participation appeared as a subject to progressive institutionalization, with obvious implications to the scope of public governance and public policies.

Therefore, in Brazil, as a reflection of this process, new forums emerged in the wake of the promulgation of the Federal Constitution of 1988, contributing to the spread of participatory experiences, through which society was allowed to opt for its involvement in the production of public policies. This context confirmed the important role given to citizen participation within the Brazilian political democratization process, even if, at times, the interference by the citizens does not proceed at the desired manner and pace. (AVRITZER, 2002, 2005; AVRITZER; WAMPLER, 2004; KERBAY, 2002; FARAH; JACOBI, 2005; VITALE, 2004).

Actually, based on Lavalle, Houtzager and Acharya (2004), a great variety of experiences of institutional innovation emerged during the course of the Brazilian democratization process, as such different modalities of Public Policy Councils (in among others, the health, education, social welfare, tourism, as well as other areas), at municipal, state and federal levels.

The aforementioned experiences aimed to expand the societal participation in public governance, beckoning the possibility to create conditions to grant political voice to marginalized groups or to those with negligible weight in the traditional political channels. In fact, the institutionalization of these boards has stimulated a "rearrangement" of political forces in order to facilitate the entry of new players into decision-making arenas, which means that political parties and Parliament are no longer the only areas of policy making.

Based on Abers and Kech (2008) and Vera and Lavalle (2012) points of view, it remains clear that currently the democratization process in Brazil has reached very high levels of demand by its citizens who claim their right to participate in public life and want also to be part of the decision-making process related to public affairs. According to Lavalle (2011), this trend was reflected in the proliferation of participatory experiences, aimed at, among other objectives, increasing the quality of public policies, through the expansion of social control on them. Consequently, over the years, one has witnessed the expansion of the territorial capillarity of these organisms, which have been contributing to stimulate the insertion of several social actors, as well as to the diversification of social actors who participate in these bodies.

Indeed, Avritzer (2008) stresses that Brazil has

evolved throughout the 20th century, from a country of low propensity of participation in public affairs mainly by low-income citizens to become one of the countries with the largest number of associative practices in the beginning of the 21st century. In accordance with the referred author, another interesting characteristic to note in this context consists of the variety of the existing participatory institutions which reflects a very diversified participation infrastructure with differentiated institutional designs.

Thus, after more than two decades since the enactment of the Federal Constitution of 1988, the discourse of participation is widespread in various social sectors and many organisms (such as the Councils of public policies and participatory budgets) have already become part of the political and institutional structure of the State, performing as *loci* of expansion of public deliberation, supporting political inclusion and contributing to improve social control of the State. (AVRITZER, 2010).

Nevertheless, despite the advances and the rapid spread of participatory institutions, throughout the national territory, it is necessary to point out also, that some of these arenas only exist on paper, while other bodies, even if in operation, were captured by local elites or co-opted by State structures with little commitment to the processes of democratization, enjoying therefore, reduced autonomy, which also suggests that, in these cases, the relevant policy-making takes place far away. (ABERS, KECH, 2008; ABERS, 2000).

In this regard, Bava (2005) argues that for these spaces to be effective, it is crucial the firm and continuous presence of the civil society as a player who is constantly watching the government actions and decisions, with the final aim of producing changes in the culture of democratic participation. Santos Jr. (2005) and Rizek (2003) opinions aligned with Bava (2005) and so, they highlight that the consolidation of participatory arenas also demands the articulation of collective players, especially the ones that have a relevant role in the public scene. In other words, in order to promote the entrenchment of these forums it is fundamental to have the support of a proactive civil society, aiming at strengthening the representativeness of social organizations.

In addition, Santos Jr. (2005) and Rizek (2003) also mention another threat that hangs over the participatory bodies, namely: the lack of associative culture, since only small portion of the Brazilian population has ties with civil associations and few social segments have effectively, organizational capacity and political expression. In fact, from the readings of Benevides (1994) and Dagnino (2004), it is reasonable to infer that there is a strong relationship between such characteristics above mentioned and the possible difficulties of inclusion of certain segments, in the various spheres of power, especially those who were historically excluded from same.

Vitale (2004, p. 240) notes that the current Brazilian Constitution, formulated in 1988, upon following the tendencies of countries with a long democratic tradition,

adopted the “principle of semi-direct democracy, through which the representative system is complemented by institutes of direct participation in decision-making processes”.

Thus, in addressing this question, the author recognizes the fundamental character of the representative system, which constitutes a necessary and indispensable form of citizen participation in public life, contributing to a viable democracy in contemporary societies. However, she warns that the representative system has limitations, which may contribute to distort the democratic principles and objectives, and therefore it completes itself with the instruments of direct participation.

Nevertheless, the author points out that the implementation of participatory democracy in Brazil, in its various forms, has been marked by gaps in social effectiveness and thus, the direct participation of civil society in the exercise of power has not been realized in its fullness. Regarding this point of view, Benevides (1991, 1994) also alerts to the existing barriers that can hamper the consolidation of these organisms compromising the extension full citizenship to all members of civil society, in Brazil.

In particular, she mentions that the appearance of these participatory forums was opposed to the long and distorted tradition of the private handling of public affairs, which since its inception, was one of the hallmarks of the policy-making spaces in Brazil. As a matter of fact, the author emphasizes that the potential contribution of these bodies to the process of improving democracy is highly evident, helping also in encouraging the progressive establishment of a “culture of rights.”

As for the democratizing role of councils, Carneiro (2006) highlights the fact that they distinguish themselves from the strict movements and manifestations of civil society, given its structure is legally defined and institutionalized. Also, it is noted that its reason for being is based on the possibility of a joint action with the state apparatus aimed at the development and management of public policies. Thus, these bodies are public spaces (not state), *loci* for argumentation and redefinition of values, norms, procedures and identities, arenas for processing preferences, creation of wills, opinions and consensus. Moreover, it is noteworthy that these forums have power of agenda and of placing issues of public interest.

Finally, we refer to Diniz (2001, p. 21), who points out that it's fundamental to consider, within the scope of these forums, the degree of organization of civil society and of the interests represented, their willingness to participate, the density and quality of the representations, as well as to assess the legitimacy and range of the representation. In summary, with reference to Brazil, there is no doubt that the spread of these arenas has been making room for endless possibilities of changing the dynamics of interaction between government agencies, market agents and other social players, despite authoritarian traditions and other barriers that could hold up their progressive consolidation. Additionally, it is evident that the appearance of these bodies has been contributing to

point out to the governments, especially municipal ones, the challenge they face regarding their real capacity to manage and harmonize interests of the government with those of the civil society.

Indeed, it is worth noting that after more than twenty years of the enactment of the Brazilian Federal Constitution of 1988 and also considering this pos-participatory scenario, these arenas have disseminated in all fields (education, health, social assistance, environment, tourism, etc), sometimes in significant number. Actually it is noticeable that these bodies are present even in fields where there is no constitutional obligation to establish participatory councils, i.e. in areas where the creation of these instances is voluntary (depending only on the will of the different levels of the public administration and on civil society pressure). As a matter of fact, it is known that these forums can be identified in approximately one third of the municipalities, worth mentioning that in certain sectors, such as tourism, their presence comes to a one fifth of the municipalities. (FARIA, RIBEIRO, 2010)

### 3 DATA AND METHODOLOGY

We decided to use a qualitative approach and conduct a case study related to the field of public management of tourism in the State of Sao Paulo. Thus, we selected an empirical object of study, namely the “Ituparanga-Sorocabana Touristic Region Forum”, due to its relevance which will be explained in a subsequent topic to this one. In fact, we adopted the following research model: first, we examined the most important policies that enabled the establishment of this body and also set its *modus operandi*. Therefore, we analysed a variety of laws, plans, norms and procedures related to this council.

In order to acknowledge the profile of all players that took part of this organism and to learn more about the agenda forming process, we then read twenty-four minutes of the plenary meetings (since the first ones depicting the initial discussions related to its inception in 2009 until the latest minute we could obtain, dated July, 2012) and attended fourteen plenary meetings. To this respect, our objective was to identify the issues at stake and try to link them to each agent /group integrating this arena.

We also conducted interviews with two of the key leaders – the President and the Vice-President of this forum. Looking forward to enrich the analysis of all the collected data we rely on the content analysis technique (BARDIN, 2011).

In fact, by using this powerful data reduction tool, to exam textual material, we also aimed at unraveling its latent content, as well as: a) achieve a better comprehension of actors' opinions regarding the democratizing nature of this forum; b) understand the actors' views about challenges they think this arena faces in relation to its capacity of influencing the public policy process.

The results, though far from conclusive, gave us the

required support to have a more accurate perception of the role these organisms play in public policy making concerning the tourism sector, and the challenges they face to include some segments traditionally excluded from the decision-making arenas.

#### 4 RESULTS

The details of the “Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum” constitution were discussed along seven meetings held on a monthly basis during the second semester of the year of 2009. At the beginning, these meetings attracted only a few players (five to nine persons).

However, when the regulations and norms depicting this forum functioning were to be submitted to a final assessment, fifteen municipalities government representatives were present on the voting event, not to mention the presence of several public servants associated to various entities with interests related to tourism activities, also including members of the three most significant universities of the region. Thus, at the end of 2009, with the support of the above cited players, the referred body was institutionalized and its board of regents elected (President, Vice-President, 1st and 2nd Secretaries).

The following act was the definition of its main objective: to stimulate the interaction of the multiple players (private and public players, ONGs agents, etc.) related to the tourism sector – and also belonging to the thirty-two municipalities that composed this arena –, aiming at improving the benchmarking among them, looking forward, at the end, to a more sustainable tourism development. It is noteworthy that the four members of the “Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum” board are public administrators from the cities of Itu, São Roque, Ibiúna, Salto, which are the most active touristic municipalities, among the thirty-two municipalities selected to integrate this body.

Actually we found out they were elected based on the recognition of their experience, reputation and capacity of leading this body to accomplish its democratic goals. Needless to say that the constitution of this arena, involving such a diverse range of entities/players – although the great majority are still public players, i.e., related to public entities – was also a novelty in the Brazilian political scenario.

As a matter of fact, usually, in the past, initiatives of this nature, if existed, were traditionally designed and organized by the federal sphere of government instead of by municipalities or state-members, allow quite exclusively public servants and government entity representatives and rarely welcome a variety of civil society members.

During 2010 and part of 2012, the “Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum” proved to be the most active and respected of the three forums of this nature in the state of São Paulo owing to the regularity of its meetings – seventeen meetings held in twenty-one months – and also in light of its achievements as will be described below. To this respect, it is worth commenting the significant role played by

the leading municipalities of the “Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum” (i.e., Itu, São Roque, Ibiúna, Salto) in improving the articulation among an assortment of municipalities belonging to this body and also in endorsing the importance of the tourism activity as a factor of development.

So, some of the strategies and action plans of the referred four leading municipalities served as models of innovative and sustainable tourism practices - especially in the field of rural tourism and ecotourism - inspiring other municipalities to promote benchmarking that resulted in several joint actions while raising the level of professionalism within the local tourism industry.

Indeed, some practical results could be noted such as: joint promotions (joining a variety of municipalities), development of common promotional material, organization of instructive seminars and lectures and an increase in participation of several municipalities in touristic events (e.g. fairs, expositions etc.).

Additionally, in acknowledgment to his achievements in this arena, the President of the “Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum” was chosen to have a seat and represent three similar existing forums cited before, in the “São Paulo State Tourism Council”.

This council brings together representatives from all active tourism councils of the mentioned state, including civil servants, private players and NGO members, and is entitled to contribute to public policy processes conceived by the State of São Paulo, in the field of tourism.

To conclude, despite the accomplishments of the “Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum”, it is evident that the greatest challenges to its consolidation are: attracting the civil society and improving the quality of contributions given by some members that join this body.

#### DISCUSSION AND CONCLUSION

Though the institutionalization of the “Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum”, as a participatory mechanism, represented a huge achievement - notably in a context of a young democracy, as it happens to be in Brazil -, it is important to underline “that the majority of the members who designed this project (and who have also been taking part in meetings held by this arena on a regular basis) are from the public sector.

Therefore, one could infer that the most evident fragilities this body faces nowadays are: few civil society members participating at its debates (which jeopardizes the goal of building a more democratic process of public policies), not to mention the poor quality of contributions given by some of its members.

In other words, it is clear that the main challenge of the “Itupararanga-Sorocabana Touristic Region Forum”, in order to become an actual pluralistic body, resides in proving its ability to integrate all kinds of players (public, private, NGO members, etc.) in the public policy process, as well as

to leverage the quality of contributions given by some of its affiliated members.

However, regardless of the embryonic character of this body and of the fact that tourism management, as an autonomous entity, is still a recent novelty to our country, it is undeniable that the existence of this arena encourages reflections, especially concerning the importance of enhancing the democratic system towards a more pluralistic public process policy with the purpose to represent all touristic interests at stake.

Indeed, as we have already mentioned in this paper, even in fields where there is no constitutional obligation to establish participatory councils, i.e. in areas where the creation of these instances is voluntary (depending only on the will of the different levels of the public administration and on civil society pressure), these arenas are present and sometimes in significant number.

As a matter of fact, it is known that these bodies can be identified in approximately one third of the municipalities, worth mentioning that in certain sectors, such as tourism, their presence comes to one fifth of the municipalities.

Finally, due to the lack of research on the topic of participation of civil society in the course of public policies in the field of tourism, in Brazil, we hope this paper could encourage new studies related to this subject, given the need to expand the knowledge about this trend and its peculiarities in the Brazilian tourism sector.

## REFERENCES

- ABERS, R. *Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil*. Lynne Rienner Publishers, 2000.
- ABER, R. N.; KECK, M. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, p.99-112, 2008.
- ALMEIDA, D. R. Metamorfose da representação política: lições práticas dos conselhos municipais de saúde no Brasil. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, p.129-174, 2010.
- ARAUJO, L. A. D; NUNES, V. S., Jr. *Curso de Direito Constitucional* (15a ed.). São Paulo: Verbatin, 2011.
- AVRITZER, L. Sociedade civil, espaço público e poder local: uma análise do orçamento participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre. In: DAGNINO, E. (Org). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AVRITZER, L., WAMPLER, B. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In V. Coelho & M. Nobre (Orgs). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo* (pp.210-239). São Paulo: Ed. 34, 2004.
- AVRITZER, L. Nouvelles sphères publique au Brésil: démocratie locale et délibération politique. In M. H. Bacqué, H. Rey, & Y. Sintomer (Orgs). *Gestion de proximité et démocratie participative: une perspective comparative* (pp. 231-251). Paris: Éditions La Découverte, 2005.
- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.
- AVRITZER, L. *Participatory institutions in democratic Brazil*. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press, 2009.
- AVRITZER, L. Introdução. In: AVRITZER, L. organizador. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, p.7-56, 2010.
- BACQUÉ, M.; REY, H.; SINTOMER, Y. “La démocratie participative, un nouveau paradigme de l’action publique?”. In BACQUÉ, M. H; REY, H; SINTOMER Y. (Orgs). *Gestion de proximité et démocratie participative: une perspective comparative* (pp. 9-46). Paris: Éditions La Découverte, 2005.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAVA, S. C. *Os conselhos como instrumentos da sociedade civil*. Conselhos gestores de política pública. São Paulo: Polis, p. 68-70,2000.
- BAVA, S. C. Democracia e participação. Os sentidos da democracia e da participação. *Revista Polis*, n. 47, P.33-46, 2005.
- BENEVIDES, M. *Cidadania Ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.
- BENEVIDES, M. V. Cidadania e Democracia. *Revista Lua Nova*, 33, 5-16, 1994.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: 34; Brasília: ENAP, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estruturas para um novo Estado. In L. C. Bresser-Pereira & P. K. Spink (Orgs). *Reforma do Estado e administração pública gerencial* (pp. 21-38). Rio de Janeiro: FGV, 1999.

- CARNEIRO, C. B. L. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. In E. Saraiva & E. Ferrarezi (Orgs). *Políticas Públicas: coletânea* (Vol. 2, pp.149-166). Brasília: ENAP, 2006.
- CATALÀ, J. P. I. *Pensar lo Público*. La transformación del Estado y la Administración Pública en la Democracia Española. Centro de Estudios Municipales y de Cooperación Internacional (CEMCI). España. 2000.
- CERQUEIRA, R. R. As Instâncias de Governança de Turismo no Brasil. In T. Zapata (Org). *Desenvolvimento Local e a Nova Governança* (pp.9-29). Pernambuco: Livro Rápido – Elógica, 2009.
- COCHRAN, C. E. et all. *American Public Policy: an introduction*. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2009.
- DINIZ, E. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), 13-22, 2001. Retrieved February 16, 2012, from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400003&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400003&lng=en&tlng=pt). <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400003>
- FARAH, M. F. S., & JACOBI, P. *Governos Locais e cooperação inter e intragovernamental*, 2009. Retrieved May 4, 2006, from <http://www.ibam.org.br>.
- FARIA, C. F.; RIBEIRO, U. C. Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os conselhos municipais de políticas públicas. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 57-92, 2010.
- GOHN, M. G. Os conselhos de Educação e a Reforma do Estado. In: CARVALHO, M. C. A.; TEIXEIRA A. C. (Orgs). *Conselhos Gestores de Políticas Públicas* (pp. 35-40). São Paulo: Polis, 2000.
- HANSOTTE, M. *Les intelligence citoyennes*. Belgium: De Boeck & Larcier, 2005.
- KERBAUY, M. T. M. Descentralização, formulação e implementação de Políticas Públicas. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Niterói, RJ, Brazil, 3, 2002, July. *Anais...* 2002.
- KETTI, D. F. A revolução global: reforma da administração do setor público”. In L. C. Bresser-Pereira & P. K. Spink (Org). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial* (pp. 75-122). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- LAVALLE, A. G, HOUTAZGER, P. P; ACHARYA, A. Lugares e atores da democracia: arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo. In: COELHO, V. S. P; NOBRE, M. (Orgs). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo* (pp.21-40). São Paulo: Editora 34, 2000.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; ACHARYA, A. Lugares e atores da democracia: arranjos institucionais participativos e sociedade civil em São Paulo. *Participação e deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: CEBRAP, 2004.
- LAVALLE, A. G. Após a participação: nota introdutória. *Lua Nova*, São Paulo, v. 84, p. 13-23, 2011.
- LAVALLE, A. G. *Na prática da democracia “pós-participativa”*. Entrevista concedida ao jornal Le Monde Diplomatique. Jul. 2012.
- LÜCHMANN, L. H. H. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, p. 87-97, 2008.
- PASQUINO, G. *Nuovo Corso di Scienza Politica*. Bolonha: Società Editrice Il Mulino, 2008.
- RIZEK, C. S. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 161-165, 2003.
- WAMPLER, B.; AVRITZER L. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed, v. 34, p. 210-238, 2008.
- WAMPLER, B. *Participatory budgeting in Brazil: contestation, cooperation, and accountability*. Penn State Press, 2008.
- WAMPLER, B. Transformando o Estado e a sociedade civil por meio da expansão das comunidades-política, associativa e de políticas públicas. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo, Cortez, p.394- 439, 2010.
- VITALE, D. Democracia direta e Poder Local: a experiência brasileira do orçamento participativo. In V. S. P. Coelho, & M. Nobre. (Orgs). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo* (pp.239-254). São Paulo: Editora 34, 2004.
- ZAPATA, T. A importância da nova governança para construir uma outra cultura política no Brasil. In T. Zapata, T (Org). *Desenvolvimento Local e a Nova Governança* (pp. 201-229). Pernambuco: Livro Rápido – Elógica, 2009.

Recebido em 10 de setembro de 2013.

Aprovado, em sua versão final, em 10 de janeiro de 2014.

Avaliado anonimamente por pares.

# Engajamento entre os atores sociais para o alcance do Turismo Sustentável: uma discussão sobre seus diferentes papéis

Jaqueline Guimarães Santos<sup>1</sup>  
Gesinaldo Ataíde Cândido<sup>2</sup>

---

## Resumo:

A temática do desenvolvimento sustentável tem despertado o interesse de vários pesquisadores em estudarem este tema. Considerado como um desafio, o alcance do desenvolvimento sustentável é tido como uma alternativa plausível para que a sociedade atual satisfaça suas necessidades sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras. Para tanto, faz-se necessário que as atividades desenvolvidas em uma dada localidade possam atender aos princípios da sustentabilidade, isto é, manter o equilíbrio e equidade entre as dimensões social, ambiental e econômica, além do engajamento dos diversos atores sociais para planejamento e execução de ações que possam contribuir para tal alcance. Dentre estas atividades, destaca-se o turismo. Este se tornou um dos temas de destaque nos debates atuais sobre desenvolvimento sustentável, visto que é uma atividade que pode impactar tanto positivamente como negativamente uma dada localidade. Considerando a perspectiva da sustentabilidade, o alcance do turismo sustentável pode tornar-se possível a partir da interação e complementaridade de diferentes atores sociais, como o governo, as empresas privadas e a sociedade civil, cada um destes cumprindo suas responsabilidades e seus deveres específicos. Nesse sentido, este artigo propõe discutir sobre o papel dos diferentes *stakeholders* atuantes para a efetivação do turismo sustentável, evidenciando as relações existentes entre estes atores sociais. Como resultados, realiza-se uma discussão em que se aponta os papéis de cada uma dos *stakeholders* importantes para o alcance do turismo sustentável. Tal discussão pode servir de base para a realização de pesquisas empíricas e futuros estudos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento. Sustentabilidade. *Stakeholders*. Turismo Sustentável.

## THE ROLE OF *STAKEHOLDERS* TO ACHIEVE SUSTAINABLE TOURISM: A THEORETICAL DISCUSSION

---

## Abstract:

The theme of sustainable development has attracted the interest of many researchers studying on this topic. Considered as a challenge, the achievement of sustainable development is seen as a plausible alternative to the current society satisfies its needs without compromising the survival of future generations. Therefore, it is necessary that the activities in a given locality can meet the principles of sustainability, it means maintain balance and equality between the social, environmental and economic, in addition to the involvement of the various social actors for planning and execution actions that may contribute to this range. Among these activities, tourism stands out as one of the themes that comes from highlighting in current debates about sustainable development, since it is an activity that can influence both positively and negatively a given location. Considering the perspective of sustainability, the scope of sustainable tourism may become possible from the interaction and complementarity of different social actors, such as government, private companies and civil society, each one fulfilling their responsibilities and their specific duties. Accordingly, this article proposes to discuss the role of different *stakeholders* working for the realization of sustainable tourism, showing the relationships between these social actors. As a result, we have the discussion and notes regarding the roles of each *stakeholder* important to the achievement of sustainable tourism as a basis for conducting empirical research and future studies.

**KEYWORDS:** Development. Sustainability. *Stakeholders*. Sustainable Tourism.

## EL PAPEL DE ACTORES SOCIALES HACIA EL PARA LOGRAR DE TURISMO SOSTENIBLE: UN DEBATE TEÓRICO

---

## Resumen:

El tema del desarrollo sostenible ha atraído el interés de muchos investigadores que estudian en este tema. Considerado como un reto, el logro del desarrollo sostenible, se considera como una alternativa plausible a la sociedad actual satisface sus necesidades sin poner en peligro la supervivencia de las generaciones futuras. Por lo tanto, es necesario que las actividades en una determinada localidad puede cumplir con los principios de sostenibilidad, es decir, mantener el equilibrio y la igualdad entre el agregado social, ambiental y económica, a la participación de los diversos actores sociales en la planificación y ejecución acciones que pueden

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração (UFCG), Mestre em Administração (PROPAD/UFPE). Professora da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: jsantos.adm@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor titular da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: gacandido@uol.com.br

contribuir a este intervalo. Entre estas actividades, el turismo se destaca como uno de los temas que vienen de relieve en los debates actuales sobre el desarrollo sostenible, ya que es una actividad que puede afectar tanto positiva como negativamente un lugar determinado. Teniendo en cuenta la perspectiva de la sostenibilidad, el alcance de un turismo sostenible puede llegar a ser posible a partir de la interacción y complementariedad de los diferentes actores sociales, tales como el gobierno, las empresas privadas y la sociedad civil, cada uno cumpliendo con sus responsabilidades y sus deberes específicos. En consecuencia, este artículo se propone discutir el papel de los diferentes actores que trabajan para la realización de un turismo sostenible, que muestra las relaciones entre estos actores sociales. Como resultado, tenemos la discusión y notas sobre los roles de cada actor importante para el logro de un turismo sostenible, como base para la realización de investigaciones empíricas y estudios futuros.

**PALABRAS CLAVE:** Desarrollo. Sostenibilidad. *Stakeholders*. Turismo Sostenible.

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento vigente, que apresenta como foco principal a dimensão econômica, baseado na propriedade privada dos meios de produção e na busca da maximização dos lucros privados no curto prazo, tem aumentado uma série de problemas relacionados a questões sociais, ambientais, culturais, dentre outras dimensões.

Diante deste cenário, discute-se o (re)direcionamento do modelo de desenvolvimento vigente, em busca de uma sociedade que apenas não cresça, mas se desenvolva sustentavelmente. O desenvolvimento sustentável foi definido no Relatório de *Brundtland* como “um processo de mudança em que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia” para que as necessidades humanas possam ser satisfeitas atualmente e no futuro (WCDE, 1987). O desenvolvimento sustentável deve ser encarado como alternativa que vai equilibrar as dimensões ambiental, social e econômico e providenciar qualidade de vida para a população sem prejudicar as possibilidades futuras (SACHS, 2007).

Entretanto considera-se o alcance do desenvolvimento sustentável como um desafio para a humanidade, segundo Foladori (2005) há certa dificuldade em se atingir este desenvolvimento, por três condições básicas, a saber: tecnologias ineficientes; o consumismo e a pobreza. Mesmo sendo considerado como um desafio, o alcance do desenvolvimento sustentável é o caminho para se alcançar melhor qualidade de vida e garantir que as gerações futuras tenham as mesmas condições de sobrevivência é a sustentabilidade global.

Diante desse contexto, é necessário um novo direcionamento das diversas atividades econômicas

desenvolvidas na sociedade, a exemplo da agricultura, do turismo, dentre outras, para a emergência das questões ambientais. De acordo com Molina (2001), o crescimento das atividades econômicas se encontra claramente limitado pelo consumo exponencial dos recursos naturais disponíveis.

Nesse sentido, o turismo enquadra-se em uma das atividades que apresenta uma estreita relação com o meio ambiente, haja vista que a paisagem natural e a biodiversidade são, muitas vezes, um dos principais fatores propulsores, senão os únicos, do desenvolvimento turístico numa área (BENI, 2003). Os recursos naturais consumidos pela atividade turística vão além da paisagem natural como atrativo e inclui a utilização de água, combustíveis fósseis, recursos minerais e outros elementos, utilizados direta ou indiretamente na prestação de serviços e na fabricação de produtos (ANDRANDE; VAN BELEN, 2006) para atender a atividade turística.

O turismo é uma atividade que vem crescendo e contribui para o crescimento econômico do país, sobretudo por envolver diferentes atores econômicos. Segundo o Ministério do Turismo (2011), o setor do turismo está otimista para o crescimento demasiado da atividade no Brasil nos próximos anos, haja vista que será sede do evento mundial que é a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Assim, planejar o turismo de forma sustentável é a maneira mais eficaz de evitar a ocorrência de danos irreversíveis aos meios turísticos, de minimizar os custos sociais, econômicos e ambientais que afetam os moradores das localidades e de otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico, resultando em um turismo sustentável (RUSCHMANN, 2010).

Para tanto, é imprescindível o envolvimento da comunidade e das empresas da iniciativa privada junto com os órgãos públicos responsáveis por seu planejamento (SOUZA; FERREIRA, 2011). Além da atuação do governo e das empresas ligadas ao setor do turismo, Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002 p. 362) afirmam que “para o turismo ecologicamente sustentável se torne uma realidade, serão necessárias iniciativas por parte de todos os envolvidos no cenário turístico, começando com os próprios turistas”.

Considera-se, assim, que os diferentes atores sociais desempenham papéis importantes no tocante ao alcance da sustentabilidade da atividade turística, tendo cada um desses responsabilidades a serem cumpridas. Nesse sentido, este estudo teórico tem por objetivo discutir sobre o papel dos diferentes *stakeholders* atuantes para a efetivação do turismo sustentável, evidenciando as relações existentes entre estes atores sociais.

Para uma melhor compreensão do objetivo proposto, o presente artigo está dividido em partes distintas. Além dessa parte introdutória são apresentados a seguir os aspectos teóricos sobre os temas que compõem a relação do objetivo central do artigo, seguindo as considerações finais do estudo.

## 2 TURISMO E SUSTENTABILIDADE

O alcance do desenvolvimento sustentável é tido como um desafio para as gerações atuais, contudo imprescindível para que as futuras possam ter chances de sobrevivência. Identifica-se que as mudanças climáticas, as crises econômicas, bem como os impactos sociais que surgem, representam os diferentes reflexos que a ação individualista do ser humano impõe ao contexto ambiental ao qual se está inserido. Tais aspectos indicam cada vez mais a necessidade de redirecionamento da prática capitalista atual para uma que consiga abranger aspectos mais coletivos e de interesses mais amplos, considerando uma mudança de valores e incorporação desses novos aspectos (SILVA, 2010), contemplando as dimensões ambiental, social e econômico, considerando que o planeta tem recursos finitos.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável surge como alternativa a essa necessidade de mudança, em se considerando que um conjunto de ações deve ser praticado para a efetivação do mesmo. Compreende-se que a sustentabilidade implica no uso dos recursos renováveis de forma qualitativamente adequada e em quantidades com a sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis de suprimentos das necessidades, além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos (DAROS, 2008).

Tomando como base tal conceito, percebe-se a necessidade de um planejamento das atividades desenvolvidas em uma localidade levando em consideração os limites dos recursos naturais e de sua capacidade de renovação. De acordo com Hardy et al. (2002), no debate sobre a proteção do ambiente há setores que são tradicionalmente apontados como os principais responsáveis pelos problemas ambientais, tais como a indústria do aço, as refinarias de petróleo, os transportes, a agricultura intensiva, e, mais recentemente, perante a evolução e dinâmica do setor do turismo, a atividade também foi considerada como impactante ao meio ambiente.

A multidimensionalidade do turismo vem sendo discutida como potencial de desenvolver locais de uma maneira mais sustentável, porém, é necessário refletir sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos inerentes a atividade (RODRÍGUEZ; LÓPEZ; ESTÉVEZ, 2008).

Para Beni (2003, p. 153) o turismo é um sistema, e como tal, é composto também pela oferta turística, que corresponde a "(...) um conjunto de recursos naturais e culturais que, em sua essência, constituem a matéria-prima da atividade turística porque, na realidade, são esses recursos que provocam a afluência de turistas (...)".

A preocupação com a sustentabilidade passou a permear as atividades turísticas. Isso se torna mais preocupante vendo a atividade turística sob o ângulo de ameaça para a destruição do meio-ambiente, a segregação dos nativos e a exclusão dos autóctones de todo o processo

de planejamento e, em longo prazo, um amplo confisco sobre a população (HAZIN; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2001).

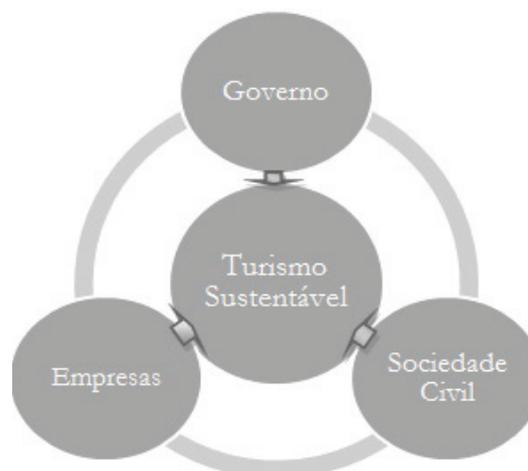
No entanto, acredita-se que a condução da atividade turística a partir dos princípios da sustentabilidade possa contribuir para o desenvolvimento local sustentável. Corroborando esta concepção, Santos e Teixeira (2008) acreditam que o turismo constitui uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável à medida que potencializa as chamadas vocações regionais, promove a utilização de recursos naturais e culturais, dinamiza e integra setores da economia local e regional.

Portanto, a inter-relação entre o desenvolvimento turístico e a sustentabilidade ambiental deve contemplar três eixos básicos de ação, conforme apontado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, a saber: a) promoção de equidade por processos distributivos; b) consolidação e construção dos direitos; c) garantia de reprodução das bases ecológicas do desenvolvimento social.

Para tanto, as organizações, incluindo empresas, governos e ONGs, além da sociedade civil, incluindo os turistas, deverão trabalhar em parceria para que as relações entre sustentabilidade e turismo resultem em mudanças que contribuam para o alcance do novo paradigma de desenvolvimento (PEATTIE; CHARTER, 2003). Desse modo na medida em que um conjunto de atores sociais se torne atuantes na sociedade, os mesmos podem contribuir direta ou indiretamente para essa nova perspectiva (CANEPA, 2007; BUARQUE, 2008).

Dessa forma, para o alcance do turismo sustentável seja efetivado é fundamental o engajamento de todos os atores sociais, quais sejam: empresas, governo e sociedade civil (Figura 1) e que estes cumpram suas responsabilidades específicas (BUARQUE, 2008).

**Figura 01: Stakeholders do turismo**



Fonte: Elaboração própria (2012).

Como observado na Figura 01, a gestão sustentável de destinos turísticos exige uma participação ativa de todos

os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento turístico (SANCHO PEREZ; GARCÍA MESANAT, 2006). A seguir serão mais detalhados os papéis de cada um desses atores sociais.

### 3 PAPÉIS DOS ATORES SOCIAIS PARA O ALCANCE DO TURISMO SUSTENTÁVEL

O alcance do turismo sustentável está atrelado ao envolvimento da comunidade local e das empresas da iniciativa privada junto com os órgãos públicos responsáveis por seu planejamento (SOUZA; FERREIRA, 2011). Hall (2001, p. 29) afirma que quando o turismo se desenvolve com base em planejamento é mais fácil “[...] minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retorno econômico nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo”.

Como mostrado na Figura 1, neste estudo são considerados como atores sociais importantes as três esferas, quais sejam: o poder público, as empresas e a comunidade local. Cada um destes apresenta objetivos e papéis diferentes, mas devem convergir e articularem-se com a finalidade do alcance do turismo sustentável. A seguir são detalhados os papéis de cada um destes atores sociais.

#### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO

Dentre os atores sociais, o governo apresenta forças expressivas na efetivação do turismo sustentável, uma vez que cabe a este regular e fomentar a atividade turística de modo a resultar em um desenvolvimento econômico, ambiental e social equilibrado (CRUZ, 2001).

Entretanto, no Brasil ainda há uma tendência de se considerar o planejamento público como uma mera questão de se fazer planos, delegar responsabilidades e definir orçamentos (SOUZA; FERREIRA, 2011). As iniciativas governamentais em prol das atividades turísticas no Brasil e do desenvolvimento de políticas públicas para o setor remontam aos anos 1930. Entretanto, não se trata das políticas de um planejamento global para o país, mas do desenvolvimento de ações para o comércio e as relações internacionais, nas quais o turismo está inserido (BORSZTYN, 2005).

Segundo Cruz (2001), somente a partir dos anos de 1990 foi adotada uma política de turismo para o Brasil. Esta política possuía dentre suas estratégias, a descentralização da gestão turística, através do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Somente em 2003, segundo Gomes e Santos (2007), criou-se um Ministério exclusivo para o Turismo. Elaborou-se o Plano Nacional de Turismo (PNT), que se organizou em macro programas, sendo cada programa desmembrado em atividades relacionadas a questões específicas do desenvolvimento do turismo brasileiro.

O Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País. Em 2011 foi divulgado o PNT 2011/2014 estabelecendo os objetivos a serem alcançados nos próximos anos, tratando, sobretudo, da preparação do turismo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Além destes aspectos, o plano propõe diretrizes para incentivar o brasileiro a viajar pelo país, incrementar a geração de divisas internacionais, aumentar a competitividade do turismo brasileiro e fortalecer a gestão compartilhada da atividade turística em todo o país (PNT, 2012).

De acordo com o documento referencial do turismo no Brasil 2011/2014, os próximos anos são de muitas expectativas para o setor, o Governo Federal assegura melhorar a infraestrutura do turismo nacional, definindo e preparando os destinos turísticos, distribuídos por todo o território nacional, dentro dos padrões mundiais de qualidade.

Dentre as regiões do Brasil, o nordeste foi escolhido para receber “[...] grandes financiamentos e investimentos em macroprojetos de infraestrutura do Governo Federal, e posterior investimentos de empresas do setor turístico” (LIMA, 2006, p. 46), por possuir um potencial para a atividade turística e, geralmente, por falta de investimentos, não consegue desenvolver o turismo de forma sustentável.

Com a Copa do Mundo e as Olimpíadas a serem realizados no Brasil nos próximos anos, o Ministério do Turismo entende que é importante investir em ações duradouras cujos reflexos sejam sentidos por longos anos após a Copa. Para tanto, foi estabelecido um mapa de investimentos em cada uma das 12 cidades sedes da copa (Manaus, Cuiabá, Brasília, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) apontando responsabilidades e prioridades para essas cidades. São investimentos, em grande parte de recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) em aeroportos, infraestrutura, rede hoteleira e qualificação profissional, entre outros (AÇÕES COPA, 2012).

É inegável que os eventos esportivos irão contribuir para o crescimento da atividade turística de forma acentuada. Entretanto, a partir dos documentos e relatórios disponibilizados pelo Ministério do Turismo (MTur), entre outros, não é possível visualizar preocupações quanto ao planejamento da atividade pautado em princípios de sustentabilidade, o que apresenta são ações pontuais e genéricas voltados para o meio ambiente e as questões sociais. Isso é um dado muito preocupante, afinal “o que se tem feito para o alcance de um desenvolvimento sustentável?” (RELATÓRIO SEBRAE, 2010, p. 50).

Para que o turismo sustentável se desenvolva em um local, a participação do poder público é fundamental, por

meio principalmente das políticas e planos de turismo. De acordo com Cruz (2001) a política deve anteceder o plano sendo ela um conjunto de diretrizes e ações deliberadas pelo poder público, com o objetivo de ordenar o desenvolvimento da atividade turística em um determinado território. No Brasil nem sempre a política precede o plano, muitos projetos, programas e políticas falham na sua implementação, não atingem os objetivos fixados ou causam impactos negativos inesperados (OLIVEIRA, 2006).

Espera-se que o poder público promova a integração entre o planejamento, legislação e gestão ambiental para democratizar o processo de tomada de decisões e legitimar uma nova ordem de natureza social e ambiental (FERNANDES, 2004), visto que, mesmo em países mais desenvolvidos, em geral o turismo é planejado de forma muito pontual, sendo necessário, portanto, um planejamento integral que leve em consideração o maior número de dimensões possíveis (ambiental, social, econômica, política, entre outras), além da participação dos atores sociais.

Para o desenvolvimento do turismo sustentável, tão importante quanto à indução à articulação dos agentes em uma região turística, são os investimentos do Estado em saneamento, transportes, infraestrutura, programa de educação ambiental para comunidade local e os turistas, segurança, educação nas regiões turísticas (GOMES; SANTOS, 2007), visto que a infraestrutura básica é um dos fatores importantes para a afluência dos turistas. No Brasil, segundo Cabrera (2002), a falta de infraestrutura adequada é um dos fatores que impedem que o turismo se desenvolva.

Também, faz parte das funções de gestão pública do turismo a elaboração e implementação de planos de marketing do turismo para a destinação, de programas de educação e treinamento para o turismo, incentivar a vitalidade do setor turístico, bem como o monitoramento do alcance dos objetivos do planejamento da atividade na localidade e sua readequação e a reação às situações de crise que possam acontecer (OMT, 2009).

É importante ressaltar que o papel do poder público e a abrangência da política de turismo que implementará, segundo Rejowski e Solha (2002), varia de acordo com as necessidades e os objetivos de cada local, sua intervenção e política deve se caracterizar pelo dinamismo, estando atenta a mudanças e influências do ambiente em que atua.

A partir do que foi exposto, percebe-se que o Governo, por meio de suas políticas públicas, apresenta um papel importante para o desenvolvimento de uma atividade turística que seja sustentável. Além do Governo, as empresas ligadas a atividade do turismo também assumem importância, uma vez que “os benefícios associados à atividade turística, dentro de uma economia bem planejada, são consequência da cooperação e integração entre o ator público e o ator privado [...]” (LIMA, 2006, p. 8), além da participação da comunidade local.

### 3.2 EMPRESAS VINCULADAS A ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística apresenta uma rede de empresas interligadas de diferentes segmentos, por isso Monfort (2000) considera que o setor turístico é excessivamente amplo e heterogêneo, para ser tratado como um todo em função dos produtos diferentes que seja capaz de articular um destino turístico.

A estrutura do turismo é composta pelos meios de hospedagem, restaurantes, entretenimento, agências de guias de turismo, as agências de viagem e pelos agentes de apoio, dentre outros (GOMES, 2008), cujos objetivos dessas empresas é aumentar o fluxo de pessoas que se deslocam para determinada área receptora, o seu grau de participação nas várias atividades de recreação, da oferta de unidades de alojamento, das taxas de ocupação dessas unidades, dentre outros, com a finalidade de obter lucro (SOUZA, FERREIRA 2011).

Diversas críticas têm sido feitas às empresas turísticas, no que se refere às questões ambientais. Swarbrooke (2000) afirma que, em termos gerais, as empresas turísticas: (1) estão excessivamente interessadas nos lucros em curto prazo, não na sustentabilidade em longo prazo; (2) estão mais preocupadas em explorar o meio ambiente e as populações locais que em conservá-las; (3) estão cada vez mais controladas por grandes corporações transnacionais; (4) não estão fazendo o suficiente para aumentar a percepção dos turistas em prol da sustentabilidade e (5) somente se interessam pelo turismo sustentável, quando há perspectiva de obter boa publicidade e de reduzir custos.

É inegável que as organizações precisam obter lucros em seus negócios, mas este não precisa ser seu único objetivo, é necessário estabelecer também outras prioridades e ser um agente atuante na sociedade em outras dimensões que não só a econômica, desenvolvendo um sentido de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) coerente com a estratégia da empresa.

De acordo com o Instituto Ethos que é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, a RSE é:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2008).

Atualmente a responsabilidade social é uma ação importante para o posicionamento social das empresas,

instituições e profissionais no mercado. Ao participar destas ações, a organização, além de adotar um comportamento e contribuir para o desenvolvimento econômico, atua na dimensão social e ambiental do desenvolvimento sustentável (MORATELLI; WÖHLKE, 2003).

Comportamentos éticos na prestação de serviços turísticos tendem a ser importantes ferramentas na gestão das organizações, gerando uma imagem positiva da mesma junto ao mercado consumidor, visto que, cada vez mais os indivíduos se mostram interessados num turismo social e ambientalmente responsável (VIRGINIO; FERNANDES, 2011).

Nesse sentido, Molina (2001) afirma que os turistas atualmente estão interessados na qualidade ambiental dos lugares que visitam, o que condiciona sua decisão de visitá-los ou não. O autor apresenta uma pesquisa feita com turistas alemães, que enumeraram as seguintes prioridades na hora de escolher um destino para curtir as férias: tivesse praias limpas, baixo nível de ruído, baixo nível de densidade na ocupação do espaço, higiene, entre outros fatores.

Organizar e planejar a atividade turística de forma responsável se caracteriza como uma oportunidade para os diversos atores envolvidos, visto que as empresas apresentam um compromisso com os seus diversos *stakeholders* (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, comunidade, Governo, entre outros).

É cada vez mais crescente a pressão desses *stakeholders* para que as empresas adêquem suas atividades para responder aos anseios da sociedade (NASCIMENTO, 2005). Em se tratando da atividade turística, foi basicamente em resposta a duas pressões essenciais: a demanda do consumidor por um turismo mais socioambientalmente responsável; e, a ameaça de regulamentação governamental (SWARBROOKE, HORNER, 2002; COOPER, et al., 2007) que impulsionaram as empresas a adotarem uma postura eticamente responsável.

Costa e Oliveira (2011) ressaltam que a sustentabilidade propriamente dita só será alcançada quando todas as ações da produção do serviço até a despedida do visitante forem feitas sob ótica da sustentabilidade. Em longo prazo, as empresas que trabalham com atividades turísticas irão ajustar suas ações para que não percam em desempenho e em vantagem competitiva, promovendo inclusive a inovação no setor (OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, Porter e Van Der Linde (1995), afirmam que a administração de recursos ambientais pode contribuir para diferentes resultados na empresa, como diminuição de custos, diferenciação da imagem da empresa no contexto internacional e o estímulo a inovação em processo, produtos e serviços e as empresas que não ajustarem para responder as demandas da sustentabilidade, em longo prazo poderá perder clientes e dinheiro.

Virginio e Fernandes (2011) apontam algumas ações importantes a serem adotadas pelas empresas que fazem responsabilidade social, quais sejam: proteção ao meio ambiente, a segurança e saúde dos colaboradores,

o respeito aos direitos humanos e aos direitos básicos, assim como, as relações com os empregados, clientes, fornecedores e as comunidades nas quais a empresa opera.

Como forma de contribuir para a incorporação dos princípios éticos que regem as relações entre empresa – sociedade – meio ambiente, a Organização Mundial do Turismo em 1999 elaborou o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem por finalidade promover um turismo responsável e sustentável, acessível a todas as pessoas que queiram utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens, e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos; a participação das empresas e sua conduta ética possam contribuir com esse processo de planejar que respalda premissas sustentáveis (OMT, 2005).

Para Araújo e Sonia-Silva (2007), as diretrizes do Código buscam definir padrões éticos de comportamento no campo profissional dos serviços turísticos, de forma a estabelecer referências claras e precisas para a atuação dos agentes do setor.

Assim, é recomendável que as empresas do setor turístico assumam seu papel social, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida das pessoas com o advento de ações sociais e ambientais e que foquem o desenvolvimento sustentável como sendo mediador nas relações humanas e empresariais de forma ética, além de exercer seu papel enquanto pertencente à sociedade.

Além do Governo e das empresas ligadas a atividade turística, Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002 p. 362) afirmam que “para o turismo ecologicamente sustentável se torne uma realidade, serão necessárias iniciativas por parte de todos os envolvidos no cenário turístico”, inclusive da sociedade civil da localidade.

### 3.3 SOCIEDADE CIVIL E SUA IMPORTÂNCIA NO TURISMO SUSTENTÁVEL

Além das empresas e o Governo, a sociedade civil também é importante e refere-se à arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Sociedades civis são frequentemente organizadas como instituições de caridade, organizações não-governamentais, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, entre outros (NOGUEIRA, 2003).

A comunidade local deve ser a maior gestora do turismo, pois se trata da maior interessada em seus benefícios e é a que mais sofre com os seus impactos. Como premissa, tem o conhecimento da realidade da localidade e de suas reais necessidades, portanto, devem estar presentes em órgãos deliberativos do turismo, além de ser também representada na gestão pelas Organizações Não-Governamentais, de modo que haja uma participação da comunidade local com a colaboração ativa no processo de desenvolvimento turístico (HANAI, 2009).

As empresas dos destinos turísticos também devem valorizar a comunidade local, dando-lhes oportunidades de trabalho em seus negócios. A busca e a eficácia da sustentabilidade local devem enfatizar as propostas que permitam a inclusão dos atores da comunidade (MARTÍNEZ; HIRABAYASHI, 2003; RANAURO, 2004).

Para que isso se efetive, o poder público, visando o desenvolvimento do turismo, necessita desenvolver ações de educação para o turismo, que qualifiquem e sensibilizem a comunidade, pois, segundo Hanai (2009), a inexistência da consciência turística da comunidade local e de sua compreensão básica sobre o fenômeno turístico numa localidade podem ocasionar:

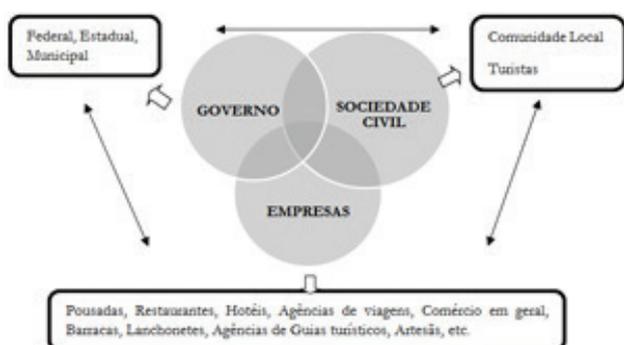
- Desinteresse da comunidade no processo participativo de desenvolvimento turístico local;
- Visão depreciativa do turismo e atitude de resistência e receio ao seu desenvolvimento, comprometendo a imagem do destino turístico;
- Frustrações locais e perda da credibilidade no desenvolvimento turístico; Falta de preparação para atuação direta ou indireta no turismo, refletindo na qualidade dos serviços e da receptividade dos turistas;
- Desconsideração dos verdadeiros interesses comunitários da sociedade local.

Magalhães (2002, p. 90), defende que “o planejamento do turismo de forma consistente e adequada só é possível a partir do envolvimento da comunidade em todas as etapas do processo de tomada de decisão”. Este incentivo à efetiva participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico busca propiciar o seu envolvimento de maneira consciente na definição das ações desejáveis nas estratégias de planejamento e nos propósitos de desenvolvimento local da atividade turística (HANAI; ESPÍNDOLA, 2011).

Assim, considera-se que todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e promoção do turismo (Figura 02) têm responsabilidades diferentes, mas interdependentes entre si, na busca por uma atividade turística sustentável.

Figura 02: agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e promoção do turismo e suas responsabilidades.

**Figura 02: Stakeholders vinculados ao turismo**



Fonte: Adaptado Carvalho (2007, p. 157).

A partir da Figura 02, percebe-se que o turismo apresenta uma gama de atores sociais envolvidos, pertencentes a cada uma das esferas apontadas (público, privado, cidadão) e estes apresentam relações entre si, assim como papéis diferenciados no tocante ao turismo sustentável, como serão analisados no item a seguir.

#### 4 INTER-RELAÇÃO ENTRE OS *STAKEHOLDERS* LIGADOS AO TURISMO

Considerando todas as discussões anteriores, passa-se então a perceber que o “[...] desenvolvimento no turismo deve partir de uma visão mais ampla das convencionais, permitindo uma apreciação simultânea dos papéis assumidos por todos os atores” (BRANDÃO, 2010, p. 29) relacionados com o turismo, estes serão apresentados no quadro resumo a seguir.

**Quadro 1: Resumo geral dos papéis dos Stakeholders para o alcance do Turismo Sustentável**

Papéis dos Stakeholders para o alcance do Turismo Sustentável	
Governo	Devem garantir os direitos civis, sociais e políticos de todos os cidadãos; elaborar políticas públicas, programas de educação ambiental e de incentivo ao turismo sustentável; incentivar pesquisas científicas voltadas para a temática; fiscalizar o cumprimento das leis ambientais, etc.
Empresas	Englobam as agências de viagens, hotéis, pousadas, restaurantes, entre outras empresas ligadas à atividade, ambas devem desenvolver seus negócios levando em consideração os aspectos ambientais, sociais e econômicos, mas não preocupar-se apenas em obter lucro. Devem desenvolver práticas socioambientais capazes de desempenhar um melhor papel no âmbito coletivo com vistas a uma melhoria na performance dessas organizações
Sociedade Civil	Além de realizar associações que visem a luta por seus direitos, devem individualmente agir como cidadão consciente da responsabilidade em relação às outras pessoas e o meio ambiente. A comunidade local não deve permitir que seus costumes, valores, culturas, entre outros aspectos, sejam corrompidos frente ao turismo.
Turistas	Devem agir como cidadãos conscientes e realizar suas atividades turísticas de modo a não causar danos ambientais e sociais aos locais visitados.

Fonte: Elaboração Própria (2012).

Analisando o Quadro 1, entende-se que a mudança na forma de atuação de todos os atores posta em prática é o ponto de partida para que se consiga atingir um desenvolvimento endógeno, autossuficiente, orientado para as necessidades, em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais (SACHS, 2007).

Considerar as relações existentes entre os atores sociais e entender que cada um destes influencia e é influenciado pelos demais é um passo importante para que estes realizem ações que contribuam para o alcance do novo paradigma de desenvolvimento. A partir desses aspectos, percebe-se que as mudanças nas ações de cada ator social tornam-se possível movimentar a dinâmica do sistema de interações direcionado ao turismo sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre sustentabilidade e turismo têm adquirido maior relevância nos debates sobre desenvolvimento sustentável, em virtude da atividade turística ser capaz de impactar tanto positivamente como negativamente uma localidade no que se refere aos aspectos ambientais, socioculturais e econômicos. Dessa forma, emerge a necessidade de buscar novas formas de atuação dos atores sociais ligados a atividade turística, sendo necessário, portanto, à interação mútua e a complementaridade entre os diversos *stakeholders*.

A partir das discussões apresentadas, foi possível perceber que cada um dos atores sociais apresenta deveres e obrigações distintos e, ao mesmo tempo, complementares, sendo provável que ações desenvolvidas por um destes possam estimular a prática dos demais, tornando um ciclo de ações imprescindíveis nessa nova prática coletiva direcionadas ao alcance do turismo sustentável.

Assim sendo, identifica-se a relevância e originalidade da presente pesquisa atendendo ao objetivo proposto, sendo possível contribuir para a discussão sobre a temática. Vale salientar que não se objetivou esgotar as discussões sobre a temática. Toma-se como limitação da pesquisa, ser um estudo teórico, por isso sugere-se a investigação empírica para identificar como os atores sociais ligados a atividade turística estão desenvolvendo seus papéis e como se dá a implementação dessas ações em um determinado destino turístico. Entende-se que o estudo apresenta discussões enriquecedoras e aponta caminhos que contribuem para o alcance do turismo sustentável.

## REFERÊNCIAS

AÇÕES COPA 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.turismo.gov.br/copa/acoes>>. Acesso: Setembro, 2012.

ANDRANDE, B. B.; VAN BELLEN, H. M.; Turismo e Sustentabilidade no Município de Florianópolis: Uma Avaliação a Partir do Método da Pegada Ecológica. In: XXX Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: EnANPAD, Setembro 2006. *Anais...*, 2006.

ARAÚJO, D. F. O.; SONIA-SILVA, G. Avaliação do turismo sustentável na praia de porto de galinhas, Pernambuco (Brasil). In: XII Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar - XII COLACMAR. Florianópolis, 2007. *Anais...*, 2007.

BENI, M. C. *Análise Estrutural do Turismo*. 9. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2003.

BRANDÃO, P. de M. *Análise da Rede Política do Turismo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2010, 217 p.  
BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURSZTYN, I. *Políticas Públicas de Turismo visando à inclusão social*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção), Universidade Federal do Rio De Janeiro, 2005, 117p.

CANEPÀ, C. *Cidades sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade*. São Paulo: RCS Editora, 2007.

CABRERA, G. *Subsídios à formulação da política nacional de turismo*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2002.

COOPER, C. et al. *Turismo Princípios e Práticas*. 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2007.

COSTA, C. S. R.; OLIVEIRA, B. R. B. de. A sustentabilidade como variável contingencial para as atividades turísticas: uma discussão teórica. In: XIV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. São Paulo: SIMPOI, Agosto 2011. *Anais...* 2011.

CRUZ, R. de C. *Políticas de turismo e território*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

DAROS, L. *A práxis docente e a pedagogia planetária emergente*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2008. Disponível em <[http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde\\_arquivos/2/TDE-2008-11-01T113352Z-961/Publico/Lauro%20Daros%20.pdf](http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/2/TDE-2008-11-01T113352Z-961/Publico/Lauro%20Daros%20.pdf)> Acesso em Jan., 2011.

FOLADORI, G. *Sustentabilidad Alternativa*. Uruguai: Colección Cabichui, 2005.

FERNANDES, D. R. Uma contribuição sobre a construção de indicadores e sua importância para a gestão empresarial. *Revista da FAE*, Curitiba, v.7, n.1, jan./jun. 2004.

- GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 478 p.
- GOMES, B. M. A. *Políticas Públicas e as Transações em Regiões Turísticas*. São Paulo: All Print, 2008.
- \_\_\_\_\_.; SANTOS, A. C. Influências das políticas públicas de Turismo nas transações entre os agentes: uma análise sob a ótica da ECT. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v. 1, n. 2, p. 72-100, dez. 2007.
- HALL, M. C. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.
- HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G. Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo: uma proposta para envolvimento e participação de comunidades locais. *Revista Turismo em Análise*. Vol. 22, n. 1, p. 4 – 24, abril 2011.
- HANAI, F. Y. *Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil*. Tese – São Paulo, 2009. (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2009, 420 p.
- HARDY, A.; BEETON, R.J.S.; PEARSON, L. Sustainable tourism: an overview of the concept and its position in relation to conceptualizations of tourism. *Journal of sustainable tourism*, Clevedon, v.10, n.6, p.475-496, 2002.
- HAZIN, A. L.; OLIVEIRA, C. G.; MEDEIROS, R. P. de. Cultura e Turismo: interação ou dominação? *Texto para Discussão*. n.121. Outubro/2001.
- INSTITUTO ETHOS (2008). Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>> Acesso em: Nov. 2011.
- LIMA, P. C. S. *Desenvolvimento Local e Turismo no Pólo de Porto de Galinhas – PE*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF; 2006, p. 108.
- MAGALHAES, C. F. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: ROCA, 2002.
- MARTÍNEZ, A. J. J.; HIRABAYASHI, Y. De la teoría a la práctica em la sustentabilidad y La participación comunitaria: na propuesta metodológica. In: NIEVES, S.G. *Desarrollo turístico y sustentabilidad*. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p. 37-56.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em:<[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas\\_indicadores/receita\\_cambial/](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/receita_cambial/)>. Acesso: Dez. 2011.
- MOLINA, S. *Turismo e Ecologia*. Bauru/SP. Editora Edusc, 2001.
- MONFORT M., V. M. *Competitividad y factores críticos de éxito en la "hotelería de litoral": experiencia de los destinos turísticos Benidorm y Peñíscola*. Tesis Doctoral - Universidad de Valência - Espanha: Biblioteca Virtual Miguel Cervantes, FITUR /IFEMA. 2000.
- MORATELLI, R. F.; WOHKLE, M. *O Turismo e o terceiro setor: ética e responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável*. Santa Catarina, 2003.
- NASCIMENTO, L. F. Gestão Socioambiental Estratégica: a percepção de executivos de pequenas e médias empresas americanas. In: Encontro da Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Administração, 2005. *Anais...*, 2005.
- NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 185-202, jun. 2003.
- OLIVEIRA, J. A P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública*, v.40, n.2, p. 273-88, mar./abr. 2006.
- \_\_\_\_\_. *Empresa na Sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. RJ: Elsevier, 2008.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Tourism Vision 2020 (2009). Disponível em: < <http://www.unwto.org/facts/eng/vision.htm>>, acesso em: Novembro, 2011.
- \_\_\_\_\_. *The Tourism Satellite Account (TSA), Understanding Tourism and Designing Strategies*. Contributions of the WTO Departement of Statistics and Economic Measurement of Tourism, WTO Conference co-organized with Argentina, Brazil and Paraguay, 2005.
- PLANO NACIONAL DO TURISMO (PNT) 2011/2014. Disponível em: < [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_no\\_Brasil\\_2011\\_-\\_2014\\_sem\\_margem\\_corte.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf)>. Acesso: Janeiro, 2012.
- PEATIE, K.; CHARTER, M. Green marketing. In: BAKER, M. (Ed.). *The marketing book*. Gram Britannia: Butter Wealth, 2003.
- PORTER, M. E.; VANDERLINDE, C. Green and competitive: ending the stalemate. *Harvard Business Review*, p. 120-134, Sept./Oct. 1995.
- RODRÍGUEZ, J. R. O.; LÓPEZ, E. P.; ESTÉVEZ V. Y. The

- sustainability of island destinations: tourism area life cycle and teleological perspectives. The case of Tenerife. *Tourism Management*. v. 29, p. 53-65, 2008.
- SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. El papel de los indicadores en la planificación turística. In: Congreso nacional turismo y tecnologías de la información y las comunicaciones, 6., 2006, Málaga. Málaga: Escola Universitaria de Turismo, Universidad de Málaga, 2006. p. 1-13. *Anais...*, 2006.
- SANTOS, S. R. dos S.; TEIXEIRA, M. G. C. Análise do Plano de Desenvolvimento Turístico no Estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão de Pólo Turístico em município estratégico. In: XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: EnANPAD, Setembro 2008. *Anais...*, 2008.
- SILVA, M. E. Consumo Sustentável: Em busca de um constructo. In: XII Encontro Internacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo: FGV-EAESP, 2010. *Anais...*, 2010.
- SOUZA; M. J. de P.; FERREIRA, E. Planos Nacionais de Turismo, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade. In: XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: EnANPAD, Setembro 2011. *Anais...*, 2011.
- SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental*. 2. ed. v. 1. São Paulo: Aleph, 2000.
- \_\_\_\_\_; HORNER, S. *O comportamento do consumidor no turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- RANAURO, M. L. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, n. 14., p. 21-28, dez. 2004.
- REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T. Turismo em um Cenário de Mudanças. In: REJOWSKI, M. (Org) *Turismo no Percurso do Tempo*. São Paulo: Aleph, p. 75-122, 2002.
- RELATÓRIO SEBRAE 2010. Disponível em: < [http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confeccoes/o-setor/mercado/Brasil\\_Sustentavel\\_Copa\\_do\\_Mundo\\_2014.pdf](http://www.sebrae.com.br/setor/textil-e-confeccoes/o-setor/mercado/Brasil_Sustentavel_Copa_do_Mundo_2014.pdf)>. Acesso: Novembro, 2011.
- RUSCHMANN, D. V. de M (Ed.). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri/SP: Manole, 2010 – (Coleção Ambiental, v. 9).
- VIRGINIO, D. F. FERNANDES, L. V. Responsabilidade socioambiental na hotelaria: um estudo na via costeira de Natal,

RN. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2., p.220-233, ago. 2011.

WCED – World Commission on Environment and Development. *Report Our common future*. Genebra, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: Jan. 2012.

*Recebido em 17 de abril de 2013.  
Aprovado, em sua versão final, em 16 de janeiro de 2014.  
Avaliado anonimamente por pares.*

# O Turismo e a Renda dos Idosos: a experiência brasileira com o Programa “Viaja Mais Melhor Idade”

Fabiola Cristina Costa de Carvalho<sup>1</sup>  
Cássia Carolina Borges da Silva<sup>2</sup>

---

## Resumo:

A população do Brasil está envelhecendo, assim preocupações com políticas e serviços públicos que até então não tinham terreno para se consolidar, como os serviços de lazer para a terceira idade, ganham espaço. Ressalta-se que o envelhecimento é marcado por um gradual declínio de aptidões físicas, que conduz a alterações nos hábitos de vida e na rotina pessoais, interferem no bem-estar dos idosos e pode resultar em apatia, insegurança ou isolamento social. Em contrapartida o turismo tem a capacidade de estimular a socialização e a vivência de novas experiências inclusive no grupo que compõe essa faixa etária, contribuindo para melhor a qualidade de vida dos idosos. A partir desse cenário esse artigo propõe debater sobre os estímulos estatais para o desenvolvimento do turismo de terceira idade, associado as políticas de proteção social e de garantia de renda. Especificamente são examinadas as estratégias do Programa “Viaja Mais Melhor Idade”, o qual foi desenvolvido com o objetivo de motivar o lazer do público idoso. Como considerações ressaltamos os êxitos e as falhas do primeiro ciclo do programa, executado entre os anos de 2007 e 2010, igualmente às oportunidades observadas para o segundo ciclo iniciado durante o segundo semestre de 2013.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aposentadoria. Turismo. Políticas Públicas.

---

## TOURISM AND THE INCOME OF THE ELDERLY: THE BRAZILIAN EXPERIENCE WITH THE PROGRAM “VIAJA MAIS MELHOR IDADE”

---

### Abstract:

Brazil's population is aging, so worries about public policies and services, which hitherto had no ground to consolidate, as leisure services for seniors gain space. It is noteworthy that aging is marked by a gradual decline in physical abilities, which leads to changes in lifestyle and personal routine, interfere in the well-being of the elderly and may result in apathy, insecurity and social isolation. However, tourism has the ability to stimulate socialization and opportunity of new experiences, including group composing this age group, contributing to better quality of life for seniors. Considering this scenario this paper proposes to discuss on state incentives for the development of the third age tourism associated policies for social protection and income security. Specifically examines the strategies of the “Viaja Mais Melhor Idade” program, that was developed with the purpose of motivating the elderly public recreation. As considerations it is highlighted the successes, as well as failures of the first cycle of the program, run between the years 2007 and 2010, as well as noted the opportunities for the second cycle started during the second half of 2013.

**KEYWORDS:** Retirement. Tourism. Public Policy.

---

## TURISMO Y LA RENTA DE LOS MAYORES: LA EXPERIENCIA BRASILEÑA CON EL PROGRAMA “VIAJA MAIS MELHOR IDADE”

---

### RESUMEN

La población de Brasil está envejeciendo, por lo que no se preocupa por las políticas y los servicios públicos que hasta ahora no había terreno para consolidarse, como servicios de ocio para personas mayores, ganan espacio. Es de destacar que el envejecimiento se caracteriza por una disminución gradual de las capacidades físicas, dando lugar a cambios en el estilo de vida y la rutina personal, interfiere en el bienestar de los ancianos y puede dar lugar a la apatía, la inseguridad y el aislamiento social. Sin embargo el turismo tiene la capacidad de estimular la socialización y las oportunidades de experimentar de nuevas experiencias, incluyendo el grupo que compone este grupo de edad, lo que contribuye a una mejor calidad de vida para las personas mayores. A partir de este escenario este artículo propone discutir sobre los incentivos estatales para el desarrollo del turismo para los mayores, asociado con las políticas para la protección social y la seguridad de los ingresos. Específicamente examina las estrategias del programa “Viaja mais Melhor Idade”, que fue desarrollado con el objetivo de motivar al público anciano el ocio. Como consideraciones ponen de relieve los éxitos y fracasos del primer ciclo del programa,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Administração Pública – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Bacharel em Turismo – UFJF. E-mail: fabiolacarvalho.tur@hotmail.com

<sup>2</sup> Analista do Instituto Nacional do Seguro Social. Mestre em Administração Pública – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Especialista em Comunicação Interna para Relacionamentos Estratégicos – PUC Minas. Bacharel em Comunicação Social – UFJF. E-mail: cassia.bsilva@inss.gov.br

a cargo entre los años 2007 y 2010, también tomase nota de las oportunidades para el segundo ciclo que ha empezado en el segundo semestre de 2013.

**PALABRAS CLAVE:** Jubilación. Turismo. Políticas Públicas.

## 1. INTRODUÇÃO

A população do Brasil está envelhecendo e preocupações com políticas e serviços públicos que até então não tinham terreno para se consolidar, como os serviços de lazer para a terceira idade ganham espaço. Assim, a proteção social, como forma institucionalizada de cobertura da população contra riscos ou perdas que comprometam as condições de vida dos cidadãos, ganha um escopo de importância que ultrapassa questões essenciais como saúde, habitação, assistência social, educação e previdência social (SIQUEIRA, 2008).

Cabe considerar que o gradual declínio de aptidões físicas, com o envelhecimento, leva à alteração dos hábitos de vida e da rotina, interferindo no bem-estar dos idosos<sup>3</sup> e pode resultar em comportamentos de apatia, insegurança, perda da motivação e isolamento social (SANTOS; BERTOLDI, 2012). Contudo, o turismo pode ser um aliado no estímulo à socialização e na criação de oportunidades de vivenciar novas experiências para o grupo que compõe essa faixa etária, através de opções de entretenimento, lazer e conhecimento que favoreçam as interações sociais, a conquista de novas amizades e o melhoramento da qualidade de vida dos idosos (LIZ; RUSCHMANN; VERDINELLI, 2011).

Do ponto de vista econômico, o turismo é um bem de consumo, ou seja, tem utilidade, satisfazendo alguma necessidade ou suprimindo carência (SANDRONI, 2001). É caracterizado como bem superior – aquele em que o efeito-renda é positivo – e, nesse caso, a quantidade demandada varia inversamente com o preço (FERGUSON, 1992). Ou seja, quanto maior a renda do indivíduo, maior a possibilidade de desfrutar do bem. Ao contrário, reduções na renda interferem diretamente no usufruto do turismo.

A terceira idade é uma fase promissora do ponto de vista do mercado de consumo no turismo. Porém, “[...] para que os idosos possam viver mais e de forma mais proveitosa, muitas mudanças de caráter providencial devem ser tomadas pelo setor público, bem como pelo setor privado” (LIZ et al., 2011, p. 6), desde adaptações e melhorias infraestruturais, até do ponto de vista da qualidade do atendimento e das opções de financiamento das viagens.

Em um universo generalizado, segundo Campos (2009), a renda é um dos fatores estruturais que garantem qualidade de vida para idosos, quando analisados indicadores de saúde para a terceira idade. Vale destacar que o desenho

do sistema de proteção social brasileiro, principalmente do sistema de aposentadorias e pensões, influencia diretamente na decisão do indivíduo em permanecer no mercado de trabalho, inclusive entre os idosos trabalhadores autônomos contribuintes individuais da Previdência Social (LIMA, 2011).

O objetivo deste artigo é, portanto, avaliar os incentivos criados para o desenvolvimento do turismo entre a faixa da terceira idade, a qual não está mais inserida no mercado de trabalho, associado às políticas de proteção social e à garantia de renda dos idosos. Para tanto, serão analisadas as estratégias do programa “Viaja Mais Melhor Idade”, executado entre os anos de 2007 e 2010, assim como as oportunidades para a 2ª edição a ser lançada em 2013.

Os dados apresentados neste artigo foram identificados a partir de estudos anteriores e informações institucionais. Adicionalmente, algumas informações sobre o programa “Viaja Mais Melhor Idade” foram esclarecidas pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, vinculada ao Ministério do Turismo, através de contato por correio eletrônico.

A construção do estudo partiu do pressuposto de que a garantia de renda na terceira idade, a partir principalmente do rendimento mensal pela aposentadoria previdenciária, criou um ambiente propício para que os brasileiros com mais de 60 anos pudessem desfrutar mais frequentemente de atividades de lazer, em particular do turismo. Porém, o fator renda, ou os altos custos dos produtos turísticos, seriam um empecilho para os idosos consumirem tais produtos.

Entretanto, na década de 2000, observa-se o desenvolvimento da atividade turística baseada na segmentação de mercado e, nesse contexto, ocorre uma expansão do turismo para a terceira idade, observando as potencialidades desse público consumidor. Assim, a indústria do turismo começa a desenvolver um mercado competitivo aliado a estratégias de marketing para incentivar o consumo daquele segmento em maior escala (SEDGLEY; PRITCHARD; MORGAN, 2010).

Diante disso, o intuito deste trabalho é associar o sistema de proteção social, ilustrado pelo seguro social e garantia de renda para idosos que completaram as condições necessárias para fazer jus à aposentadoria, às ações recentes para o desenvolvimento do turismo no país, notadamente voltadas à terceira idade. Para alcançar o objetivo, é apresentada uma discussão acerca do desenvolvimento de políticas de proteção social relacionado aos incentivos para os idosos viajarem, através do Programa “Viaja Mais Melhor Idade”.

Para tanto, este artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na segunda seção, discute-se sobre as políticas de proteção social, com um desdobramento sobre os fatores que supostamente contribuem para o diferencial de renda dos idosos. A análise remonta ao sistema de proteção social brasileiro, cujas políticas mais consistentes remetem ao século XX. Na terceira parte, se apresenta o programa “Viaja Mais Melhor Idade” (2007-2010) e uma breve reflexão sobre as

<sup>3</sup> “A Organização Mundial da Saúde (OMS) define pessoa idosa como aquela de 65 anos de idade ou mais, para os países desenvolvidos, e de 60 anos ou mais para os países em desenvolvimento” (Campos, 2009, p. 24).

potencialidades e os desafios referentes à segunda edição a ser iniciada em 2013. Finalmente, como conclusão, são apresentadas as principais reflexões deste estudo.

## 2 POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DIFERENCIAL DE RENDA DOS IDOSOS

Os sistemas de proteção social podem ser caracterizados como formas institucionalizadas pela sociedade para proteger parte ou o conjunto de seus membros de problemas naturais ou sociais, como velhice, doença, desemprego e pobreza (DI GIOVANNI, 1998). Englobam, então, políticas públicas sociais diversas voltadas para esse objetivo e incluem programas governamentais de educação, saúde, previdência e assistência social, proteção à maternidade e infância, seguro contra o desemprego, habitação, saneamento, lazer, cultura e todas as áreas consideradas em cada sociedade como essenciais para o bem-estar social dos cidadãos.

Como integrante das políticas sociais, os sistemas de aposentadorias e pensões se espalharam na Europa durante o final do século XIX e início do século XX. A aposentadoria passou a ser vista como a terceira fase de uma vida institucionalizada, promovendo a independência econômica das pessoas que não teriam mais condições de estar no mercado de trabalho. “No avançado Estado de bem-estar, hoje, em média, menos de 7% dos homens e 3% das mulheres com idade acima de 65 são ativos no mercado de trabalho” (HINRICHS; LYNCH, 2010, p. 357).

As primeiras experiências brasileiras de proteção social seguiam as diretrizes do modelo alemão *bismarckiano*. Os países que adotaram esse modelo estabeleceram um “pisso” de proteção mínima para os idosos, com a institucionalização do sistema de seguro social mediante contribuição ou criação de regimes gerais de previdência e assistência social. Sistemas *bismarckianos*, em média, gastam mais da metade de seus recursos de bem-estar em aposentadorias e pensões. Mais de 11% do PIB alemão, por exemplo, corresponde ao pagamento de aposentadorias e pensões pelo sistema público de proteção social (HINRICHS; LYNCH, 2010).

Em 1923 foi publicado o decreto de criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões, chamado Lei Eloy Chaves, considerada o marco fundador da Previdência no Brasil. Ao longo da década de 1920 e 1930, a lei foi incorporada por diversos segmentos de trabalho, como mineradores e portuários. “[Esse] regime foi estendido aos trabalhadores de outros ramos, de modo que, em 1937, contabilizava-se um total de 183 Caixas existentes no país” (LIMA, 2011, p. 24).

A extensão do sistema de proteção previdenciário no Brasil iniciou na década de 1930, com a criação da primeira previdência social pública nacional, o Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP) dos Marítimos, em 1933. Os IAP's foram multiplicados ao longo das décadas seguintes, ainda de acordo com a área econômica a qual o empregado

estava vinculado – indústria, comércio, bancos, estiva, etc.

Apenas em 1960, quando foi publicada a Lei Orgânica da Previdência Social brasileira, foram unificados os IAP's, sob mesma legislação, deveres, direitos e benefícios, aumentando a intervenção estatal. Contudo as “regulações no campo da educação, saúde, previdência e habitação, sendo o sistema de proteção social brasileiro, se configuram de forma mais ampla principalmente na década de 1970, quando já estava consolidada a economia nacional de base industrial” (SIQUEIRA, 2008, p. 25).

A democratização do país na década de 1980 e a promulgação da Constituição de 1988 – a “Constituição Cidadã” – abriu novos leques de atuação e cobertura do sistema previdenciário e consolidou os direitos sociais como dever de Estado. A ideia de Seguridade Social – baseada no tripé Previdência, Saúde e Assistência – foi considerada uma grande inovação, garantindo universalidade de acesso de todos os cidadãos aos serviços públicos de seguridade social, o que permitiria que qualquer pessoa participasse da proteção social patrocinada pelo Estado.

Apesar de a Constituição de 1988 preconizar a descentralização de vários serviços públicos, inclusive os de saúde e assistência social, que deixaram de ter sua administração e execução centralizada no Governo Executivo Federal, passando a ser responsabilidade também dos demais entes federados, “permanecem sob competência exclusiva da União o financiamento e a gestão dos benefícios previdenciários federais, do programa de seguro-desemprego e das pensões para idosos e deficientes” (ARRETCHE, 1997, p. 22).

Assim, as políticas públicas previdenciárias são geridas pelo Ministério da Previdência Social, através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enquanto o seguro-desemprego é administrado pelo Ministério do Trabalho, ambos ministérios de representações nacionais vinculadas ao Governo Federal.

### 2.1 APOSENTADORIA COMO GARANTIA DE RENDA

A Previdência Social brasileira é definida como um seguro que garante a renda do contribuinte e de sua família em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte e velhice. Para ter proteção, são necessárias inscrição formal e contribuição mensal (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012b).

O seguro social [...] se constitui em um programa de pagamentos em dinheiro e/ou serviços prestados ao indivíduo e/ou a seus dependentes, geralmente condicionado à preexistência de um vínculo contributivo ao sistema, como compensação parcial ou total da perda de capacidade laborativa. Tal perda pode ser efetiva ou presumida. Nos sistemas previdenciários atuais, a idade avançada é uma dessas situações em que se presume a perda. [...] A existência de um seguro social, por outro lado, presume um nível razoável de riqueza na sociedade para

que os indivíduos, produtivos ou não, possam usufruir de uma renda regular (BELTRÃO et al., 2004, p. 307-308).

A Previdência Social é, atualmente, composta por três regimes: (a) o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sistema compulsório administrado pelo INSS, que atende os trabalhadores formais e informais do setor privado, rural e urbano; (b) o Regime Próprio da Previdência Social, que também é compulsório, mas atende aos servidores do setor público federal, estadual e municipal; (c) e o Regime de Previdência Privada, de caráter complementar, voluntário e organizado de forma autônoma em relação à Previdência Social.

As principais fontes de arrecadação são as contribuições feitas pelos trabalhadores formais com carteira assinada; as contribuições das empresas sobre a folha de pagamento; dos autônomos e dos produtores rurais. A arrecadação também é constituída de contribuições sociais efetuadas para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL), da Contribuição sobre a Renda Líquida de Concursos de Prognósticos e sobre a Renda Líquida da Loteria Federal Instantânea; além da extinta Contribuição Sobre a Movimentação Financeira – CPMF (MARRI, 2009).

A Previdência Social brasileira concede 10 benefícios a trabalhadores urbanos mediante contribuição. São eles: aposentadorias por tempo de contribuição, por idade, por invalidez e especial (por insalubridade); auxílios acidente, doença e reclusão, salários família e maternidade e pensão por morte (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2008). Os benefícios rurais têm legislação diferenciada, não contributiva em sua totalidade, e não serão considerados nesta análise.

Posto isso, este trabalho considera como renda para terceira idade as aposentadorias por tempo de contribuição, por idade e por invalidez do RGPS e dos inativos do Regime Próprio. Os dados utilizados são disponibilizados no portal do Ministério da Previdência Social, através do AEPS Dados Históricos da Previdência Social, e são abertos à consulta pública.

O foco deste artigo são as aposentadorias urbanas contributivas, com exceção da especial, cujas diretrizes legais são: (a) aposentadoria por tempo de contribuição é devida a trabalhadoras que contribuíram por 30 anos e homens, por 35 anos, sem idade mínima; (b) aposentadoria por idade, mulher com mais de 60 anos ou trabalhador com mais de 65, ambos com carência mínima de 15 anos de contribuição; (c) aposentadoria por invalidez previdenciária, ou seja, incapacidade laboral não causada por acidente de trabalho, mas outras doenças, inclusive as ocupacionais não acidentárias (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2008).

A legislação para aposentadoria pelo Regime Próprio, desde 2003, quando foi implementada uma reforma atuarial,

prevê que o cálculo seja obtido pela relação entre tempo de contribuição e idade, fazendo com que as variáveis não sejam fixas. Para servidores públicos que ingressaram no Regime Próprio após aquela data receberem o benefício, porém, são necessários ao menos 30 anos de contribuição e 55 anos de idade (para mulheres) ou 60 anos (para homens).

Segundo o Boletim Estatístico da Previdência Social de setembro de 2012, o Regime Geral pagou 29,7 milhões de benefícios previdenciários naquele mês, o que corresponde a R\$ 23,9 bilhões injetados na economia. Quando considerado todo o ano de 2011, foram R\$ 281,4 bilhões em pagamentos de benefícios, o que correspondeu a 6,79% do Produto Interno Bruto (PIB) registrado naquele ano (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA, 2012a).

Em 2009, o pagamento de benefícios previdenciários correspondeu a 7,2% do PIB, um aumento considerado em relação a 1994, quando os investimentos do governo federal nos benefícios previdenciários eram de 4,3% do PIB (TAFNER; GIAMBIAGI, 2011).

Em remuneração à aposentadoria, foram R\$ 126 bilhões em pagamento a aposentadorias, em 2011. No mesmo ano, o Regime Próprio repassou R\$ 84,7 bilhões para pagamento de 1,8 milhões de inativos das esferas federal, estadual e municipal. Só de aposentadorias, então, foram R\$ 210,7 bilhões destinados à proteção previdenciária de milhões de aposentados brasileiros (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2008; AEPS, 2012). Isso corresponde a uma renda média de R\$ 1.758 por aposentado e equivale a 4,78% do PIB registrado no ano de 2012.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011, a renda média dos indivíduos ocupados remunerados foi de R\$ 1.345. Para trabalhadores residentes em moradias permanentes, a renda registrada média é de R\$ 2.419 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2012). Ou seja, a renda média de aposentados, quando considerados os regimes Geral e Próprio, ultrapassa em mais de 20% a renda média da População Economicamente Ativa (PEA). Vale ressaltar que o tempo médio de recebimento dos benefícios era de 17 e 21 anos, em 2004, para homens e mulheres, respectivamente (LIMA, 2011).

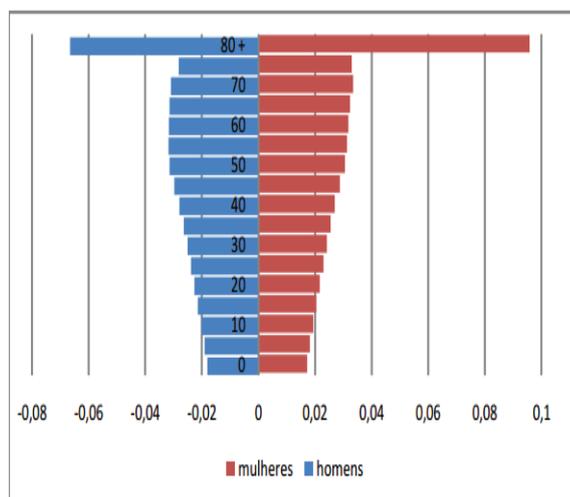
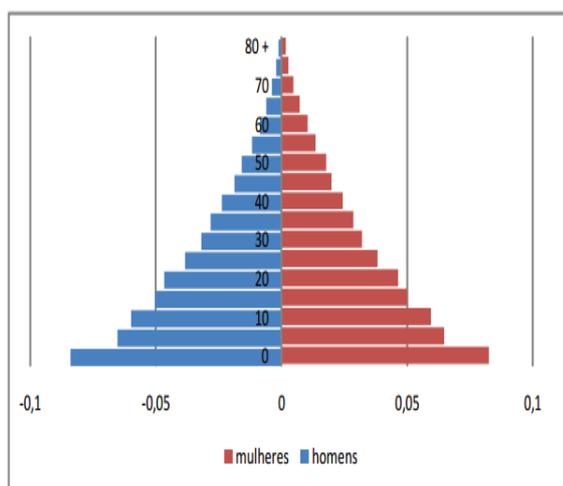
### 3 TURISMO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS NO BRASIL: O PROGRAMA “VIAJA MAIS MELHOR IDADE”

O envelhecimento das populações é objeto de estudo de várias disciplinas. Para a pesquisa no turismo um aspecto importante está relacionado ao fato de a terceira idade ser o período da vida em que há mais tempo livre e renda disponível para viajar. Nesse sentido, Beni (2007) menciona que no cenário mundial as gerações nascidas pouco antes e após a Segunda Guerra Mundial, nos dias atuais, movimentam o mercado de viagens. Isso porque esse grupo está no auge dos rendimentos, além de terem

sido os primeiros a se sensibilizar para certos aspectos da sociedade do lazer, os quais as gerações anteriores davam menor importância.

A demografia mundial está se transformando com o envelhecimento populacional. Na figura 3, por exemplo, observa-se a pirâmide etária brasileira, apresentando uma comparação da população no ano de 1950 e projeções para o ano de 2100. Assim, se observa que haverá uma completa inversão da base populacional, a qual já provoca reflexos no período atual, em função dos avanços em tratamentos médicos e qualidade de vida.

**Figura 3: Comparação entre a população brasileira no ano de 1950 e a projeção para o ano de 2100**



**Fonte:** Reproduzido de Myrrha (2009, p. 21).

Nesse contexto, entre cerca de 25 milhões de idosos brasileiros, nove milhões habitualmente viajam todos os anos, somando 20% dos turistas brasileiros (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS OPERADORAS DE TURISMO – BRAZTOA, 2012).

Nessas circunstâncias, o desenvolvimento e o crescimento do segmento de turismo para a terceira idade

é um aspecto amplamente observado principalmente a partir dos anos 2000. Contudo, tanto em países desenvolvidos quanto nas economias em desenvolvimento, o turista idoso busca experiências distintas dos turistas de faixas etárias mais jovens (TRETHERWAY; MAK, 2006). Assim, os investimentos do setor público em nível mundial no âmbito do turismo de terceira idade apresentam novas atitudes, diante das oportunidades, bem como dos problemas que surgem dessa tendência que está em ascensão plena.

No Brasil, o “Viaja Mais Melhor Idade” (VMMI) é uma das ações do macroprograma de Promoção e Apoio à Comercialização, que por sua vez está inserido no Plano Nacional de Turismo (2007-2010). Seu desenho institucional e operacionalização são resultado da parceria entre o Ministério do Turismo (MTUR) e a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA).

Durante o primeiro ciclo do programa, entre 2007 e 2010, a finalidade principal das ações estava baseada na criação de estímulo para que aposentados e pensionistas maiores de 60 anos viajassem dentro do território nacional, particularmente nos períodos de baixa ocupação dos estabelecimentos turísticos. Nesse sentido, cabe destacar dois aspectos: de forma geral os idosos aposentados não estão presos ao período de férias para viajar; em consequência, tendem a escolher frequentemente os períodos de média e baixa estação, quando as tarifas do mercado de turismo são reduzidas (CARVALHO E SILVA; GADELHA, 2011).

Carvalho e Silva e Gadelha (2011) classificam o VMMI como “social e inclusivo”, visto que procurava garantir aos idosos o exercício do direito humano ao lazer por meio do turismo. Ao mesmo tempo, o programa tinha o intuito de movimentar o mercado de viagens brasileiro durante a baixa estação, de forma a gerar oferta atrativa no período em que há retração da economia do turismo, garantindo a sustentabilidade econômica da atividade.

Cabe considerar que os produtos turísticos para o público idoso devem atender a três critérios: conveniência, segurança e conforto (SCHEIN et al., 2009). Esse público tende a ser menos propenso à exposição a riscos físicos, sociais e financeiros, ao contrário das faixas etárias menores, que têm maior tendência a se arriscar tanto em relação ao tipo quanto ao preço e a qualidade dos produtos consumidos.

Pensando nessa questão, os pacotes turísticos com a marca “Viaja Mais Melhor Idade” deveriam oferecer pelo menos os seguintes serviços: (1) transporte de ida e volta (aéreo ou rodoviário); (2) hospedagem entre 3 e 8 dias; (3) no mínimo 2 passeios por pacote; (4) regime de meia pensão ou pensão completa; (5) transfers de ida e volta entre aeroporto e hotel; e (6) seguro de viagem (BRAZTOA, 2012).

Durante os quatro anos da primeira edição do programa foram oferecidos pacotes turísticos com origem e destinos específicos e serviços diferenciados, segundo as necessidades do público idoso. Desse modo, se buscava alcançar dois objetivos: promover a inclusão social dos idosos e fortalecer o turismo dentro do território nacional. As

estratégias estavam baseadas em três ações: (1) pagamento de pacotes de viagem específicos elaborados especialmente para a terceira idade através de crédito consignado com juros a 1% (segundo a Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS<sup>4</sup>, os aposentados e pensionistas podem comprometer até 30% da sua renda em empréstimo bancário consignado ao benefício previdenciário); (2) descontos de 35% em passagens aéreas na empresa Trip Linhas Aéreas; (3) e descontos de 50% em períodos de baixa temporada nos hotéis conveniados ao programa (BRAZTOA, 2012).

Foram apoiadores do programa o Ministério da Previdência e do Trabalho, o INSS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os órgãos estaduais de Turismo, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Social do Comércio (SESC), a Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV) e a Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade (ABCMI) (BRAZTOA, 2012).

De acordo com informações repassadas pelo MTUR (2013), no primeiro ano do programa foram vendidos nove mil pacotes turísticos, sendo que a meta programada era sete mil. Os grupos partiram, a princípio, apenas das cidades de Brasília e São Paulo para doze destinos turísticos nacionais. Gradualmente, outras capitais passaram a ser emissoras de turistas, à medida que as parcerias avançavam e aumentava a capacidade de operação do programa.

As cidades de origem e destino foram selecionadas pela Braztoa, parceira executora do VMML, seguindo, principalmente, critérios comerciais e operacionais, ou seja, buscou-se por menores tarifas e melhores condições de atendimento para o público da terceira idade. Ao Ministério do Turismo cabia a validação das origens e dos destinos (MTUR, 2013).

Desse modo, durante o período de execução do programa entre 2007-2010 houve uma evolução considerável quanto às cidades emissoras e receptoras dos turistas (cf. quadro 1). Ainda de acordo com o MTUR (2013), foram comercializados 599 mil pacotes do VMML entre 2007 e 2010, somando R\$ 531,15 milhões em vendas na indústria do turismo.

O balanço do programa em 2010 mostrou que havia meios de hospedagem com ofertas do programa em 588 cidades – 10,6% dos 5.564 municípios brasileiros naquele ano – de modo que foram colocados à disposição mais de 217 mil leitos, os quais possuíam diárias médias cotadas em R\$ 98,07 para solteiros e R\$ 114,56 para casal (SANTOS; BERTOLDI, 2012). Segundo o MTUR (2013), em 2010 havia 2 mil agências de viagem, comercializando os pacotes turísticos do VMML, além de 2.040 estabelecimentos de hospedagem e a Companhia Aérea Trip que ofereciam tarifas reduzidas para o público idoso.

A partir das informações do MTUR (2013) é possível verificar que, de forma geral, em relação ao primeiro ano de execução do programa, os anos posteriores tiveram um aumento progressivo dos destinos emissores e receptores. Em 2008, por exemplo, o crescimento de destinos emissores foi de 17% e receptores de 32,5%, seguido por um aumento sensível de ambos os tipos de destino no ano subsequente. Já em 2010, observou-se um aumento de 45% dos destinos emissores e estabilidade dos destinos receptores em relação ao ano de 2009.

As metas de vendas, que previam aumento gradual e constante, foram ultrapassadas em todos os anos. Já os valores referentes às vendas e à movimentação financeira aumentaram do primeiro para o segundo ano, reduziram em 2009 e aumentaram novamente em 2010. Quanto ao número de operadoras parceiras, houve um período de redução à medida que contratos não foram renovados, o que, porém, não implicou na redução das vendas, que eram feitas pelas agências de viagem.

Destaca-se que o preço médio dos pacotes de viagem estava vinculado à dinâmica econômica, condicionado a reajustes no salário-mínimo e a outras interferências do mercado de viagens. Assim, enquanto houve aumento progressivo no valor do salário-mínimo, o preço médio dos pacotes turísticos do VMML sofreu uma flutuação, com destaque para a queda em 2009 (cf. quadro 1)<sup>5</sup>.

**Quadro 1: Síntese dos dados da 1ª edição do VMML**

	2007	2008	2009	2010
Origens (Cidades Emissoras)	2	12	13	28
Destinos (Cidades Receptoras)	12	37	40	40
Meta de Venda	7 mil pacotes	50 mil	150 mil	180 mil
Vendas Totais	9 mil pacotes	200 mil	180 mil	210 mil
Valores Referentes à Movimentação Financeira	R\$7,65 milhões	R\$180 milhões	R\$144 milhões	R\$199 milhões
Preço Médio dos Pacotes	R\$ 850,00	R\$ 900,00	R\$ 800,00	R\$ 950,00
Operadoras Parceiras	13	22	13	9
Salário-mínimo	R\$ 380,00	R\$ 415,00	R\$ 465,00	R\$ 510,00

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do MTUR e do INSS

<sup>4</sup> Disponível em <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/INSS-PRES/2008/28.htm>>. Acesso em 09 jul. 2013

<sup>5</sup> Vale esclarecer que as aposentadorias e pensões da Previdência Social com valor superior ao salário-mínimo têm variação menor que o reajuste do piso. Enquanto o salário-mínimo variou 9% positivamente, de 2007 para 2008, por exemplo, o reajuste de aposentadorias e pensões com valor superior a R\$ 380 teve variação de aproximadamente 6%.

Entre os destinos mais visitados pode-se observar a prioridade por segmentos de turismo termal, como Caldas Novas (GO), Araxá (MG) e Gravataí (SC); os destinos de sol e praia – Maceió (AL), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA); além da Serra Gaúcha (RS), que tem como atrativos vinícolas, cantinas e museus dedicados a colonização italiana e alemã (quadro 2). Entre os destinos mais visitados pode-se observar a prioridade por segmentos de turismo termal, como Caldas Novas (GO), Araxá (MG) e Gravataí (SC); os destinos de sol e praia – Maceió (AL), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA); além da Serra Gaúcha (RS), que tem como atrativos vinícolas, cantinas e museus dedicados a colonização italiana e alemã (quadro 2).

**Quadro 2: Destinos mais procurados entre 2007 e 2009**

2007	2008	2009
1º Caldas Novas (GO)	1º Serra Gaúcha (RS)	1º Caldas Novas (GO)
2º Serra Gaúcha (RS)	2º Caldas Novas (GO)	2º Serra Gaúcha (RS)
3º Maceió (AL)	3º Fortaleza (CE)	3º Fortaleza (CE)
4º Araxá (MG)	4º Recife (PE)	4º Maceió (AL)
5º Fortaleza (CE)	5º Gravatal (SC)	5º Salvador (BA)

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do MTUR

### 3.1 A SEGUNDA EDIÇÃO DO PROGRAMA “VIAJA MAIS MELHOR IDADE”

Segundo informado pelo Ministério do Turismo o término da primeira edição do VMMI se deve ao aporte em convênios e termos de parceria para a operacionalização das ações. Assim, na medida em que os acordos estabelecidos terminaram não foi possível à manutenção do programa. Entretanto, o fato de ser um projeto bem sucedido, aliado ao apelo popular dos beneficiários por sua retomada, estimulou a reformulação do projeto, que foi lançado durante o segundo semestre de 2013.

Vale destacar que na nova fase a gestão do programa ficará a cargo do Ministério do Turismo. Assim, espera-se a eliminação de empecilhos operacionais, como aqueles relacionados à necessidade de renovação de acordos de parceria. Logo, pretende-se que o Programa “Viaja Mais Melhor Idade” seja permanente.

Ressalta-se que no período de levantamento dos dados para este trabalho, o programa se encontrava na fase de mobilização de parceiros. Estava acordada a participação da Braztoa, por meio das operadoras de turismo associadas e da CVC (operadora e agência de viagens com lojas espalhadas no território nacional). Além disso, uma parceria entre o Ministério do Turismo, o Banco

do Brasil e a Caixa Econômica Federal oferecerá alternativas de crédito para viagem a taxas reduzidas e vantagens exclusivas para o público da terceira idade (MTUR, 2013).

Também destaca-se uma alteração quanto ao foco do VMMI, que passou a ser os descontos e as vantagens para o consumidor, segundo a principal demanda do público-alvo. Ademais não haverá uma predefinição de destinos emissores e receptores. Assim, em todo o Brasil, os prestadores de serviços turísticos têm a opção de aderir ao “Viaja Mais Melhor Idade”, através de produtos e serviços com descontos ou vantagens para os turistas a partir de 60 anos, aposentados ou pensionistas (MTUR, 2013).

Conforme apontado pelo MTUR, diferente da primeira edição, o turista idoso poderá adquirir serviços isolados, como aluguel de veículo, hospedagem ou ingresso em parque temático, além dos pacotes turísticos. Portanto, houve uma ampliação no escopo dos prestadores de serviços a serem incorporados no programa.

No site do VMMI existem instruções às empresas interessadas em se credenciar para ofertar produtos exclusivos para os idosos. Para tanto, devem estar incluídas na base de prestadores de serviços do Ministério do Turismo – Cadastur. Após criar o perfil empresarial no site do VMMI, as empresas inserem suas ofertas exclusivas, com descrição dos serviços incluídos no pacote, bem como as condições e o período em que a oferta é válida.

De acordo com as informações disponíveis no portal do VMMI<sup>6</sup>, haverá uma lista atualizada dos descontos e das ofertas oferecidos pelas empresas cadastradas. As buscas poderão ser feitas através do nome dos destinos turísticos ou da categoria de prestador de serviços, como meios de hospedagem e agências de viagem. O cliente poderá realizar a compra através dos links das empresas ofertantes, ou através de uma agência de viagens.

### 3.2 POTENCIALIDADES E DESAFIOS A RESPEITO DO VMMI

Destaca-se que o público-alvo do programa está inserido no grupo que recebe acima do salário-mínimo, uma parcela significativa da população brasileira: 2,3 milhões de aposentados do Regime Geral, somados aos 1,8 milhões do Regime Próprio de Previdência, totalizam 2% da população brasileira. Porém, de acordo com os dados do AEPS, dados Históricos da Previdência Social, a maioria dos 17,9 milhões de aposentados brasileiros recebe benefício previdenciário igual ao valor do salário-mínimo (10,1 milhões, em 2011).

Ademais, o número de aposentados está crescendo ao longo dos anos. Enquanto em 2011, o Regime Geral abrangia 16,1 milhões de aposentados, esse número subiu para 16,8 milhões em 2012 e já chega aos 17 milhões, em junho de 2013, um crescimento de 5% em 18 meses.

<sup>6</sup> Disponível em <<http://www.viajamais.com.br>>. Acesso em 09 jul. 2013.

Os aposentados que têm renda superior ao salário-mínimo também cresceu, chegando a 2,5 milhões, no primeiro semestre de 2013. Ou seja, o número de idosos com renda garantida pela Previdência Social está crescendo, no Brasil.

Cabe considerar o êxito da primeira edição do “Viaja Mais Melhor Idade” entre o público-alvo, bem como entre as empresas do setor de turismo, já que era uma forma de estimular a ocupação dos meios de hospedagem durante a baixa temporada, períodos em que as receitas provenientes do mercado de viagens são reduzidos. Além disso, as tendências de crescimento da população idosa brasileira (cf. figura 1) reforçam a necessidade, assim como as potencialidades para retomar o programa.

De forma geral, as mudanças elencadas a respeito da segunda edição do VMMI são consideradas positivas para o êxito do programa, além de beneficiar mais empresas do mercado de viagens que têm interesse em atender o público idoso. “A Terceira Idade contemporânea é um nicho de mercado real, que muitas vezes, por falta de conhecimento, as empresas voltadas à atividade turística deixam de oferecer produtos e serviços para esse público” (LIZ et al., 2011). Assim, o VMMI pode contribuir para levar as ofertas ao público aposentado que tem acesso a internet, por meio do Portal, e também das agências de viagem.

Além disso, o fato de inserir toda a cadeia produtiva do turismo diretamente nos produtos ofertados contribuirá para o crescimento do mercado de viagens, tanto do ponto de vista das empresas, quanto dos consumidores, pois ampliará as opções de serviços turísticos para a terceira idade.

Contudo, os destinos mais visitados formam um eixo que exclui a região Norte do país, o que deve ser levado em consideração para a nova etapa do programa. Especificamente, sobre a região Nordeste do país, para Carvalho e Silva e Gadelha (2011), na primeira edição do VMMI a tradicional disparidade regional do Brasil foi reproduzida no programa, pois a maior parte das operadoras de viagem inseridas eram estabelecidas no eixo Centro-Sul do país. Adicionalmente, nessas regiões está a maioria dos destinos emissivos.

Por outro lado, entre as nove capitais dos estados da região Nordeste, apenas Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE) – capitais com maior PIB da região – eram destinos emissivos do programa. Todavia, a possibilidade de ampliação do escopo da oferta dos produtos da segunda edição do programa poderá superar essa deficiência e garantir a movimentação de turistas também nas regiões não contempladas anteriormente, que possuem atrativos turísticos relevantes. Também vale lembrar que as saídas dos grupos das capitais ou metrópoles é outro fator que excluiu um grande público potencial não residente naquelas regiões. Os interessados nos pacotes turísticos residentes onde não havia saídas do programa deveriam

necessariamente ter o custo adicional de deslocamento até os pontos de saída das viagens.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi fazer uma avaliação do programa VMMI considerando a relação entre o sistema de proteção social e as ações voltadas ao desenvolvimento do segmento de turismo de terceira idade. Buscamos uma relação causal entre os incentivos às viagens do público idoso a partir da trajetória das políticas de proteção social e garantia de renda, destacando-se a aposentadoria previdenciária. Os dados governamentais mostram que a renda média da terceira idade, no Brasil, supera a dos indivíduos com ocupação, e tem potencial para movimentar novos setores voltados para a qualidade de vida.

É preciso observar os desafios e as oportunidades apresentadas nas novas configurações sociais da pirâmide demográfica, a qual indica o crescimento da população idosa brasileira. Nesse sentido, o Estado tem a responsabilidade de garantir a qualidade de vida dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis, como os idosos. Assim, o turismo, como outras ações de promoção ao acesso ao lazer alinhadas a formas alternativas de incrementar a qualidade de vida da terceira idade, deve ser foco de atenção do Estado. Nos últimos anos o programa “Viaja Mais Melhor Idade” empreendeu incentivos para o consumo no mercado de turismo doméstico, com o objetivo de atender ao público da terceira idade.

Neste artigo observou-se a trajetória das políticas de proteção social e buscou-se apresentar alguns dos fatores que podem contribuir para o diferencial de renda dos idosos, pois a configuração do sistema de proteção social, principalmente de aposentadorias e pensões, condiciona diretamente a decisão sobre a permanência no mercado de trabalho diante da possibilidade da aposentadoria, e assim reflete em mais ou menos tempo e renda disponível para viajar.

Notou-se que a população brasileira está envelhecendo progressivamente e, de acordo com as projeções apresentadas, haverá uma grande redução de crianças e jovens, aliada ao crescimento dos idosos. Ressalta-se que esses fatos devem ser considerados no âmbito do planejamento urbano e nas políticas sociais, com vistas a ter no longo prazo uma estrutura de serviços adequada às necessidades da terceira idade. Assim, o turismo deve seguir essas tendências, desenvolvendo estratégias específicas para aquele segmento.

O programa “Viaja Mais Melhor Idade” é evidencia desse cenário que começa a se formatar no Brasil. A necessidade de produtos com características especiais ao público idoso, aliado à necessidade de ocupação nos períodos de baixa estação no turismo, se conformaram em uma fórmula de êxito do programa. Todavia alguns

aspectos como ampliação dos destinos emissores e receptores, além da oferta de produtos aos aposentados e pensionistas que recebem apenas um salário-mínimo são algumas das questões que poderiam melhorar ainda mais as oportunidades de crescimento e sucesso do programa.

## REFERÊNCIAS

- AEPS. *Base de dados históricos da Previdência Social*. 2012. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/>>. Acesso em 09 jul 2013.
- ARRETCHE, M. O sistema de proteção social brasileiro: em direção a um modelo descentralizado. *São Paulo em Perspectiva*, n. 11, v.3, p. 20-31, 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS OPERADORAS DE TURISMO – BRAZTOA. *Viaja Mais Melhor Idade*. 2012. Disponível em <[http://www.braztoa.com.br/home/index2.php?url=abre\\_projeto&id=14](http://www.braztoa.com.br/home/index2.php?url=abre_projeto&id=14)>. Acesso em 01 nov. 2012.
- BELTRÃO, K.; OLIVEIRA, F.; PINHEIRO, S.; PEYNEAU, F.; MENDONÇA, J. O idoso e a Previdência Social. In: CAMARANO, A. A. (Org). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro, IPEA, p. 411-426, 2004. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq\\_20\\_Cap\\_12.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq_20_Cap_12.pdf)>. Acesso em 31 out. 2012.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 12. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.
- CARVALHO e SILVA, R. F.; GADELHA, D. P. Turismo, desenvolvimento sustentável e direitos humanos: o caso do programa “Viaja Mais Melhor Idade”. VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. *Anais...* Univali, SC, 2011
- DI GIOVANNI, G. Sistema de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. (Org). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas, Unicamp, p. 9-29, 1998.
- FERGUSON, C.E. *Microeconomia*. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1992.
- HINRICHS, K.; LYNCH, J. Old-age pensions. In: CASTLES, F.; LEIBFRIED, S.; LEWIS, J.; OBINGER, H.; PIERSON, C. *The Oxford handbook of the welfare state*. Oxford, University Press, p. 353-366, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sala de Imprensa: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2011. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2222&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1)>. Acesso em 03 nov. 2012.
- LIMA, J. *Impacto de alterações no mercado de trabalho sobre a relação entre contribuintes e beneficiários do regime geral de previdência social*. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. 143f. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pos-em-demografia/dissertacoes-2011/index.php>>. Acesso em 02 nov 2012.
- LIZ, E.; RUSCHMANN, D.; VERDINELLI M. A. Turismo e Lazer para a Terceira Idade: Perspectivas e Desafios. VIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. *Anais...* Univali, SC. 2011.
- MARRI, I. *Reforma da Previdência Social: simulações e impactos sobre os diferenciais de gênero*. 2009. 155f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pos-em-demografia/teses-2009/index.php>>. Acesso em 02 nov. 2012.
- MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. [Questionário sobre o Viaja Mais Melhor Idade respondido por meio do correio eletrônico em 25 jun. 2013], 2013.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Anuário Estatístico da Previdência Social - Suplemento Histórico (1980 a 2008)*. Brasília: MPS, 2008. Disponível em <<http://previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>. Acesso em 30 out. 2012.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. (2012a) *Benefícios da Previdência Social*. Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/index.php>>. Acesso em 01 nov 2012.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. (2012b) *Boletim Estatístico da Previdência Social*, v. 17, n. 09, set 2012. Disponível em <[http://www.previdencia.gov.br/arquivosoffice/1\\_121031-153921-777.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivosoffice/1_121031-153921-777.pdf)>. Acesso em 01 nov. 2012.
- MYRRHA, L. *Estrutura etária brasileira: decomposição segundo variações na fecundidade e na mortalidade*. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, 121f. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pos-em-demografia/dissertacoes-2009/index.php>>. Acesso em 02 nov. 2012.
- SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo, Best Seller, 2001.
- SANTOS, R. A.; BERTOLDI, J. Os Benefícios da Atividade

Turística para a Melhor Idade. *Revista Científica Eletônica de Turismo*. v. 9, n. 16., jan. 2012.

SEDGLEY, D.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. Tourism and Ageing: a transformative research agenda. *Annals of Tourism Research*. n. 38, p. 422-436, 2011.

SCHEIN, M.; PERIN M. G.; SAMPAIO, C. H.; UGALDE, M. M. O Comportamento da Compra de Serviços de Turismo na Terceira Idade. *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*, n. 11, v.3, p. 341-357, set./dez. 2009.

SIQUEIRA, A. *Programa Bolsa Família: autonomia ou legitimação da pobreza?* Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008. 107f. Disponível em <<http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/12355>>. Acesso em 21 set. 2012.

TAFNER, P.; GIAMBIAGI, F. Previdência Social: uma nova agenda de reformas. In: SCHWARTZMAN, S. (Org). *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC, p. 10-9165. 2011. Disponível em <[http://www.schwartzman.org.br/sites/imon/?page\\_id=2327&lang=pt-br](http://www.schwartzman.org.br/sites/imon/?page_id=2327&lang=pt-br)>. Acesso em 21 set. 2012.

*Recebido em 11 de abril de 2014.  
Aprovado, em sua versão final, em 8 de maio de 2014.  
Artigo convidado*

# A Cachaça é nossa: Cultura e ideologia na construção da identidade nacional

Nathália Caroline Dias<sup>1</sup>

---

## Resumo:

Bebida presente em importantes momentos históricos da formação da nação brasileira, por muitas vezes marginalizada e associada às camadas mais inferiores da sociedade, a cachaça nas últimas décadas vem passando por um processo crescente de valorização econômica e, principalmente cultural a ponto de o governo brasileiro elaborar legislação específica para preservar a bebida como autenticamente brasileira. Em linhas gerais, este artigo tem como objetivo analisar a construção social da cachaça e da caipirinha como bebidas representativas da cultura popular brasileira, ou seja, elementos da memória coletiva de diversos grupos sociais brasileiros. Esta pesquisa, que adota olhares sociológico e antropológico, caracteriza-se como sendo de natureza qualitativa. Através da análise documental e com a ajuda dos conceitos de patrimônio, cultura e identidade, busco compreender a maneira como a cachaça e a caipirinha são reapropriadas pelo Estado com vistas a reforçar aspectos de uma identidade nacional consensual e homogênea. Ambas as bebidas, através de um processo ideológico, operado pelo Estado com a mediação de intelectuais, são apresentadas como bebidas que rememoram uma suposta origem histórica da nação. Nesse sentido, sua preservação, por meio do registro legal em dois decretos, caracteriza-se como instrumento ideológico de construção da identidade nacional brasileira por meio da reapropriação da cultura popular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória coletiva. Identidade nacional. Estado nacional. Patrimônio cultural. Cachaça.

## THE CACHAÇA IS OURS: CULTURE AND IDEOLOGY IN THE CONSTRUCTION OF NATIONAL IDENTITY

---

## Abstract:

Beverage found in important historical moments in the Brazil's formation, for often marginalized and associated with the lower class of society, the cachaça in recent decades has been passing by a growing process of economic and especially cultural valorization to point the Brazilian government develop specific legislation to preserve the beverage as authentically Brazilian. In general this paper intends to analyse the social construction of cachaça and caipirinha as beverages which represent the Brazilian popular culture. In other words, they are seen as elements of the collective memory of many Brazilian social groups. This sociological and anthropological research is one of qualitative nature. Through the analysis of documents and with the help of concepts such as "heritage", "culture" and "identity", this paper focuses on understanding how cachaça and caipirinha are re-appropriated by the State as a way of reinforcing aspects of a consensual and homogeneous national identity. Both beverages, through an ideological process operated by the State with the mediation of intellectuals, are presented as beverages that are somehow reminiscent of the historical origin of the nation. In this sense, their preservation, through legal registration in two decrees, is characterized as an instrument of ideological construction of Brazilian national identity through the reappropriation of popular culture.

**KEYWORDS:** Collective memory. National identity. National state. Cultural heritage. Cachaça.

## LA CACHAÇA ES NUESTRA: CULTURA E IDEOLOGÍA EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD NACIONAL

---

## Resumen:

Bebida presente en importantes acontecimientos históricos en la formación de Brasil, con frecuencia marginada y asociada a las clases inferiores de la sociedad, la cachaça en las últimas décadas ha sido sometida a un proceso de creciente valorización económico y sobre todo el aspecto cultural a punto del gobierno brasileño desarrollar legislación específica para conservar la bebida como auténticamente brasileña. En general, este artículo tiene como objetivo analizar la construcción social de cachaça y caipirinha como bebidas representantes de la cultura popular brasileña, es decir, los elementos de la memoria colectiva de muchos grupos sociales brasileños. Esta investigación, que adopta aspecto sociológico y antropológico, la caracterizada como de naturaleza cualitativa. A través del análisis de documentos y con la ayuda de los conceptos de patrimonio, la cultura y la identidad, trato de entender cómo la cachaça y caipirinha son apropiados por el Estado para fortalecer los aspectos del proceso de la identidad nacional consensuada y homogénea. Tanto las bebidas a través de un proceso ideológico, operado por el Estado con la mediación de los intelectuales, se presentan como las bebidas que recuerdan a supuestos orígenes históricos de la nación. En este sentido, su conservación, a través del registro legal de dos decretos, se caracteriza como una herramienta de construcción

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF.

ideológica de la identidad nacional brasileña a través de la re-apropiación de la cultura popular.

**PALABRAS CLAVE:** Memoria colectiva. Identidad nacional. Estado Nacional. Patrimonio cultural. Cachaça.

## 1 INTRODUÇÃO : O TEMA INVESTIGADO, OS OBJETIVOS E A METODOLOGIA DA PESQUISA

O mundo contemporâneo tem sido caracterizado como um período de muitas transformações sociais e culturais, principalmente por seus avanços tecnológicos que possibilitam maior abrangência de acesso a bens, conhecimentos, modos de fazer e tradições, antes restritos à particularidade de cada cultura dentro do contexto de um território.

Nessa conjuntura, esta pesquisa se justifica pela crescente valorização social que, nas últimas décadas, tem sido atribuída a determinados elementos da cultura popular de uma nação, enquanto meios pelos quais os valores e significados de um povo são atribuídos a símbolos que encenam uma origem construtiva de sua identidade.

Esses bens e práticas tradicionais do passado caracterizam o patrimônio cultural de grupos particulares e representam o que do passado deve ser constantemente recriado para manter-se preservado vivo no presente. Através da ação do Estado nacional e da mediação de intelectuais, alguns desses elementos são destacados de seu cotidiano e, ideologicamente, universalizados.

Neste artigo proponho-me a evidenciar a cachaça e a caipirinha como elementos populares a serem transformados em nacionais, a partir da análise da ação estatal de registrar legalmente a origem das bebidas através de dois decretos. Sendo assim, este trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa realizada através de revisões bibliográficas pelo viés antropológico acerca dos simbolismos atribuídos à cachaça e à caipirinha pelos brasileiros no processo de construção de nossa identidade.

Inicialmente, como referencial para uma melhor compreensão sobre a relação entre patrimônio cultural e identidade, bem como sobre o papel do Estado nesse processo, os autores escolhidos foram Ortiz (1998) e Canclini (2008). Em seguida, ao abordar o patrimônio histórico cultural, com destaque para o patrimônio imaterial, escolhi basear-me nos estudos de autores, como Arantes (1984), Durham (1984), Bolle (1984), Anico (2005) e Gonçalves (2007). Posteriormente, para o retrospecto histórico sobre a origem da cachaça no Brasil optei pelos estudos de Gravatá e Gonçalves (1991), Câmara Cascudo (2006) e Trindade (2006).

Para a realização deste trabalho também foi utilizada pesquisa documental em meios eletrônicos, com destaque para os *sites* especializados na bebida em

questão, como o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC)<sup>2</sup> e o Mapa da Cachaça<sup>3</sup>. Através dos *sites* eletrônicos supracitados obtive acesso aos decretos que registram a origem da cachaça e da caipirinha como bebidas tipicamente brasileiras, respectivamente, o Decreto nº 4062, de 21 de dezembro de 2001 e o Decreto nº 4851, de 2 de outubro de 2003<sup>4</sup>.

Pessoalmente, me interessei pela construção da identidade nacional através da apropriação estatal da cachaça e da caipirinha como autenticamente brasileiras por ambas as bebidas estarem presentes em diversos momentos sociais de minha vida desde a infância, sendo consideradas essenciais nas reuniões familiares e nos encontros com os amigos. Durante o ano de 2012, entre os meses de fevereiro e agosto, aproximadamente, tive a oportunidade de trabalhar diretamente com bebidas e coquetéis em festas de formaturas e casamentos. Nesses eventos o destaque eram os coquetéis feitos a partir da mistura de frutas, açúcar e vodka, os quais são popularmente conhecidos como “caipivodca”, porém, presenciei por várias vezes, convidados pedindo por “caipirinha”, feita a partir da mistura de limão, açúcar e cachaça, fato que me chamou mais atenção para tal objeto de estudo.

Nesse sentido, minhas experiências pessoais somadas à minha formação acadêmica me permitiram chegar a problematização deste estudo, pois através deste artigo busco colocar em evidência a forma como o Estado se apropria da cachaça e da caipirinha com vias a construir a identidade de uma bebida genuinamente e autenticamente nacional.

## 2 O ESTADO E A IDENTIDADE NACIONAL

Para dar início ao estudo acerca do Estado e da identidade nacional é indispensável uma análise sobre a relação entre o nacional e o popular, bem como sobre a função social do patrimônio histórico cultural no processo de formação da identidade nacional. Para tanto, optei por basear-me nas obras do sociólogo brasileiro Renato Ortiz e do antropólogo argentino Néstor Garcia Canclini. Tal escolha se deu pela forma como abordam a relação entre a memória, a cultura e o Estado, apesar de ter conhecimento que existem outros autores que defendem pontos de vista distintos.

Ambos os autores parecem concordar que há uma escassez de estudos voltados para a temática da identidade nacional e do patrimônio histórico cultural nos países da América Latina. Ortiz (1998) menciona autores do final do século XIX e início do século XX, como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, considerados os

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.ibrac.net/>>. Acesso em 22 out. 2012.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.mapadacachaca.com.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

<sup>4</sup> Disponíveis para pesquisa em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em 22 out. 2012.

precursores das Ciências Sociais no Brasil, que buscaram na cultura popular uma raça dita “autêntica” constituinte do homem brasileiro, tendo como base de análise os argumentos racistas provenientes dos países da Europa. Para esses autores, o elemento europeu não conseguiria se adaptar nos trópicos e tanto negros como mestiços não forneciam os elementos para uma nação moderna, daí a contradição: como erigir uma nação nesses termos? A aposta girou em torno da adaptação do elemento europeu nos trópicos, mas isso levaria tempo.

Para explicar a relação entre nacional e popular, Ortiz (1998, p.131) fundamenta-se nas noções de memória coletiva e memória nacional dentro de um contexto geográfico: o do Estado nacional. Para expressar tal relação o autor utiliza como exemplos o candomblé e as manifestações folclóricas.

Ao estudar o candomblé, ritual religioso de origem particular no continente africano, Ortiz (1998, p.132) explica que o modo de fazer e o ritual que envolve bens e práticas tradicionais fixadas no passado se referem à memória coletiva de um grupo social, e essas, apesar de possibilitarem a preservação de tradições, são passíveis de mudanças através da assimilação de elementos culturais de outros grupos, como, no caso, a fusão dos deuses africanos com os santos católicos, porém, resguardando a memória coletiva africana até os dias atuais.

Quando aborda os fenômenos folclóricos, Ortiz (1998, p.134) os caracteriza como tendo origens plurais, diferenciando-os assim dos rituais religiosos, detentores de uma origem particular. A semelhança entre os dois está na qualidade de suas existências estarem essencialmente ligadas à tradição de um grupo social, dentro do qual os sujeitos possuem determinadas posições e funções, e para que a memória coletiva se mantenha viva é necessário que ela seja praticada no cotidiano dos sujeitos.

A partir dessa contextualização, ele associa as manifestações folclóricas à cultura popular, por esta também caracterizar-se como plural, de origens diversas. Portanto, somente é popular aquilo que faz parte da tradição de um grupo específico, ou seja, de sua memória coletiva que é transmitida, sobretudo de forma oral. A existência de diversos grupos populares implica a existência de múltiplas memórias coletivas. A memória nacional, bem como a identidade nacional, unificam essas memórias no processo de transformação do particular em universal ou nacional, no qual o Estado nacional e os intelectuais agindo em seu interior vão se apropriar das produções culturais particulares e locais, selecioná-las e reorganizá-las ideologicamente de modo a construir uma memória coletiva nacional.

Na relação entre o nacional (universal) e o popular (particular), a intermediação dos intelectuais se apresenta como essencial, pois é por meio da reinterpretação das práticas populares que pertencem aos distintos grupos sociais, ou seja, é por meio dos elementos que caracterizam a memória coletiva de cada grupo, que

os mediadores promovem a unificação das expressões culturais particulares de forma a integrá-las e elaborar uma identidade universal.

Utilizando-se da distinção proposta por Peter Berger sobre o simbolismo acerca dos fenômenos da memória, Ortiz (1998, p.135) explica que devido à exigência da tradição da memória coletiva ser rotineiramente vivenciada, ela se relaciona ao mito, pois é ritualmente manifestada. E a memória nacional, por ser resultado da história social do Estado, pertence ao domínio da ideologia.

Nesse ponto, acredito ser relevante uma breve análise acerca da noção de ritual, tendo como referencial o estudo do antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1997), que em seu texto sobre os mecanismos da ritualização explica que o ritual é, por muitas vezes, qualificado como um momento distante do cotidiano das relações sociais, por ser entendido apenas pelo viés do “misticismo”. O posicionamento de DaMatta, no entanto, afirma que o universo ritual não deve ser analisado de forma separada da realidade cotidiana, pois “sendo o mundo social fundado em convenções e símbolos, todas as ações sociais são realmente atos rituais ou atos passíveis de ritualização” (DAMATTA, 1997, p.72).

Dessa forma, os elementos comuns ao cotidiano de um grupo social são “deslocados e, assim, transformados em *símbolos* que, em certos contextos, permitem engendrar um momento especial ou extraordinário” (DAMATTA, 1997, p.76, grifo do autor). Gonçalves (2007) analisa os simbolismos atribuídos aos bens e tradições que, nesse sentido, passam a encenar meios,

sobretudo para ‘agir’ e não somente para se ‘comunicar’. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom para agir [...]. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. Ele, de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2007, p.114).

Portanto, a ritualização da memória coletiva é um processo no qual, por meio do discurso ideológico, elementos rotineiros têm seus valores e significados destacados de acordo com os interesses dos próprios membros do grupo.

Canclini (2008, p.160), ao estudar a ritualização do patrimônio cultural de uma nação, questiona como os bens e práticas tradicionais pertencentes ao passado histórico de um povo ganham destaque no mundo presente por meio da construção ideológica que, geralmente, transforma os patrimônios em elementos de identificação, sendo assim, apreciados como um dom recebido do passado e que, devido sua perenidade, possuem valor singular e, por isso, são fontes de consenso comum. Nas palavras do autor, “os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição da ordem” (CANCLINI, 2008, p.163), constituindo-se no que

Ortiz (1998, p.137) caracterizou como “discurso de segunda ordem”, uma ideologia que naturaliza as diferenças sociais.

À medida que o ritual inclui todos os que compartilham a memória coletiva, ele exclui os que não fazem parte dessa ordem. Nas palavras de Canclini (2008, p.164), “todo grupo que quer diferenciar-se e afirmar sua identidade faz uso tácito ou hermético de códigos de identificação fundamentais para a coerção interna e para proteger-se frente a estranhos”. Em consequência, muitas vezes os conflitos étnicos presentes na história nacional não são mencionados, pois a maneira como cada grupo tem acesso à cultura e o modo pelo qual cada um a absorve tende a ser desigual. Como afirma Canclini (2008, p.194, grifo do autor).

[...] os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem *realmente* a todos, mesmo que *formalmente* pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem [...] diversos grupos se apropriam de formas diferentes e desiguais da herança cultural [...]. Como vimos no estudo do público em museus de arte, à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriar-se do capital cultural transmitido por essas instituições.

A construção da identidade nacional exige um lugar delimitado no espaço geográfico, pois é em seu interior que se dá a relação entre nacional e popular. Como explica Canclini (2008), a partir de movimentos de independência nacional, ocorridos durante o século XX, a recuperação da identidade passou a estar intrinsecamente ligada à recuperação do território antes apropriado por estranhos. Nas palavras de Arantes (1984, p.9), “toda cultura, antiga ou moderna, de nações política e socialmente complexas, ou de pequenos grupos de caçadores e coletores nômades, transforma o ‘espaço’ físico em ‘lugar’, ‘território’ ou ‘lar’”.

Reafirmando Canclini quando ele assevera que as políticas culturais seriam mais bem sucedidas a partir da articulação dos bens e tradições do passado com os seus significados no presente, ao invés de serem analisadas apenas pelo viés da relação entre tradição e modernidade. “Existem objetos e práticas que merecem ser especialmente valorizadas porque representam descobertas para o saber, inovações formais e sensíveis, ou acontecimentos fundadores da história de um povo” (CANCLINI, 2008, p.200).

Acredito ser esse o caso específico da aguardente de cana produzida no Brasil, a nossa cachaça, pois a partir de um retrospecto histórico acerca das práticas sociais que envolvem a bebida no país, é possível perceber sua popularidade e seu papel de elemento unificador na cultura popular. Cascudo (2006, p.51) menciona que a cachaça é a bebida predominante em diferentes grupos “demonstrando aculturação nacional”, sendo um elemento universalizador de memórias coletivas.

O Estado brasileiro atua reforçando essa transformação da bebida em identidade nacional a partir da elaboração de legislação específica, estabelecendo que a “cachaça” e a caipirinha são de origem exclusivamente brasileira. Além dos decretos, há um projeto de Lei que visa instituir o Dia Nacional da Cachaça<sup>5</sup>. Por meio dessas iniciativas o Estado se apropria das memórias coletivas dos distintos grupos sociais e, com o apoio dos mediadores, unifica-as e fundamenta a formação de uma identidade universal abstrata: o ser brasileiro.

### 3 A CONSTRUÇÃO DA CACHAÇA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

A construção da identidade nacional a partir da apropriação por parte do Estado de elementos populares para o brasileiro como a cachaça e a caipirinha nada mais é do que uma ação ideológica na qual o que se objetiva é a patrimonialização de determinados elementos da cultura popular visando a reforçar aspectos da identidade nacional. Acredito que essa ideologia, além de uma ação política estatal, reflete a existência de uma associação “autêntica” entre o brasileiro e a famosa “branquinha”.

#### 3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL

Apresenta-se como relevante para o estudo do patrimônio cultural uma breve análise sobre a conceituação de cultura, notadamente através do viés antropológico. Em linhas gerais, quando o termo cultura é acionado, quer-se dizer, sobretudo, a obra de arte ou a produção literária erudita. Sendo assim, a cultura apresenta um caráter elitista, o que, claramente a distancia da população comum, como se a cultura fosse o que Eunice Durham caracterizou como um “produto superior, que exige qualidades superiores para ser usufruída” (DURHAM, 1984, p.24).

Em consequência desse posicionamento da cultura, lhe é conferido alto valor por parte, tanto dos mediadores que a estudam, como pela população que a admira, o que cria o desejo de preservação e torna possível a elaboração de políticas públicas. Além disso, o termo cultura possui uma ampla rede de significados, abarcando objetos, conhecimentos e capacidades, o que Durham (1984, p.25) expõe como sendo a base que constitui a formação do conceito antropológico de cultura. Nesse novo conceito, em oposição ao senso comum, a cultura é vista como um ambiente de “deselitização”, ou seja, não é mais conferido à cultura esse “saber superior” que só pode ser desfrutado por pessoas de determinados grupos sociais.

A cultura passa a ser o meio no qual, os significados e os valores de uma sociedade são constantemente

<sup>5</sup> Projeto de lei 5428/2009 disponível para consulta em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 03 mar. 2013.

concedidos a símbolos que entram na formação de sua identidade, pois “a teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação a qual deveríamos atuar hoje [...]. Ser culto implica conhecer esse repertório de bens simbólicos e intervir corretamente nos rituais que o reproduzem” (CANCLINI, 2008, p.162).

Para a Antropologia, o comportamento humano social é classificado como manifestação cultural a partir da relação de oposição entre natureza e cultura. Essa relação baseia-se na ideia de que o homem é um tipo especial de animal, o qual não transmite geneticamente guias de comportamento e, por isso, “organizam sua conduta coletiva através de sistemas simbólicos que criam e transmitem sob a forma de regras. Produz-se, assim [...] comportamentos padronizados, que são aprendidos e transformados por cada geração” (DURHAM, 1984, p.26).

Senso assim, o comportamento humano é “produzido” e não é “natural”, pois é algo aprendido durante sua existência e não algo intrínseco ao ser, herdado geneticamente. Essa produção de valores e significados que é dada tanto aos bens materiais, como aos bens imateriais, é o que Durham considera como fundamento do conceito de cultura. O viés ideológico da preservação do patrimônio cultural refere-se, portanto, ao que Arantes (1984, p.8) define como “a vontade coletiva de defender o que constitui e que, ao mesmo tempo, é testemunho de experiências comuns, que são pensadas como história compartilhada”.

Nessa perspectiva, o patrimônio cultural representa uma série de bens e práticas tradicionais considerados importantes para a formação da identidade de um povo em função dos valores e significados que lhe são atribuídos. Nas palavras de Marta Anico (2005, p.83):

Patrimônio e museus desempenham um papel importante no que concerne quer à criação de consciências pessoais, quer no que diz respeito à construção e representação de identidades locais, regionais ou nacionais, em virtude do seu posicionamento enquanto instrumentos pedagógicos e ideológicos. Simultaneamente agentes e produtos da mudança política, social e cultural.

Dessa forma, o patrimônio cultural é definido por aquilo que do passado é (re) criado e utilizado no presente, mantendo-se vivo e preservado. É por meio dessa articulação entre o passado e o presente que as políticas culturais devem ser organizadas, a fim de dar novos significados às tradições e possibilitar sua identificação com as sociedades atuais. O patrimônio, a partir desse viés, é visto como um elo de continuidade entre as gerações. É relevante, neste ponto, a análise sobre as noções de memória voluntária e involuntária apresentadas por Willi Bolle (1984) a partir de seu estudo sobre o texto *Infância berlinense por volta de 1900*, do filósofo alemão Walter Benjamin.

Segundo Bolle, a memória voluntária é aquela que faz parte de nossa vida cotidiana, cujas referências são constantemente reforçadas por divulgação nos meios de comunicação. A memória involuntária se caracteriza por ser essencialmente relacionada às experiências que tivemos no passado. Nesse sentido, “a memória não aparece apenas como uma instância voltada para o passado. Devemos imaginá-la como uma relação dinâmica entre passado e presente. A memória é um elemento muito enraizado no presente” (BOLLE, 1984, p.13).

Para o autor, existiria ainda uma terceira manifestação da memória,

ligada basicamente à memória involuntária, mas não totalmente restrito a ela. Para um indivíduo cuja cultura sofre ameaça de destruição, uma arma eficiente de resistência é a memória afetiva. Dela é que depende a preservação de identidade, sua ou de seu grupo; ela é o núcleo de sua personalidade (BOLLE, 1984, p.13-14).

Nesse sentido, da mesma forma que a memória coletiva precisa ser manifestada no cotidiano do grupo social ao qual pertence, os bens culturais materiais e imateriais devem ser constantemente produzidos e utilizados por todos para tornar a existência humana coletiva coesa e organizada. Sobre a preservação do patrimônio, Durham (1984, p.38) diz que:

As coisas preservadas podem ser monumentos às realizações das classes dominantes ou monumentos às realizações das classes dominadas [...] a tentativa de preservar, no sentido de tornar disponível, uma variedade maior daquelas coisas que foram criadas. Porque muito do que os homens produzem e inventam se perde com relativa facilidade.

É por meio da preservação dos valores simbólicos de uma cultura que se dá a relação entre o Estado e seu povo. Para Canclini (2008, p.162), “o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus”. Sendo assim, a questão agora não é mais a de preservar ou não, mas sim a de o que preservar.

Para a UNESCO (2012):

É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos

oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial.

Os modos de apropriação e de usos sociais do patrimônio, bem como os interesses políticos muitas vezes divergentes, criam disputas entre os grupos sociais que o compartilham. Dentro desse contexto, retomo o estudo de Roberto DaMatta sobre os mecanismos da ritualização. O autor destaca que “na sociedade complexa, existem oscilações entre grupos especializados que passam de dominantes a dominados e vice-versa” (DAMATTA, 1997, p.74-75), ou seja, há disputas no sentido de qual grupo social terá sua memória coletiva universalizada em memória nacional, o que o autor mencionou como “contaminação de todo sistema por parte de um grupo social e sua ideologia” (1997, p.75). Nesse sentido, os sistemas podem ser caracterizados como dinâmicos e mutáveis, os quais seriam totalmente “contaminados” por um grupo dominante ou passariam por períodos de equilíbrio entre os diversos grupos existentes.

Através de um retrospecto acerca da história do Brasil, vimos que, no nosso país, o processo de formação da identidade nacional foi marcado pelo encontro de três principais grupos culturais: o branco proveniente dos países europeus, o indígena autóctone e o negro escravo africano. Porém, durante essa formação, houve o que Durham (1984, p.39-40) caracterizou como:

Um processo de desapropriação e destruição de culturas existentes. Os portugueses se apropriaram de inúmeras produções culturais indígenas e destruíram os índios. Depois, tiveram uma ação intensíssima no sentido de descaracterizar e não permitir a reprodução de toda a cultura trazida pelos escravos. A escravidão é um dos processos mais violentos que existe de empobrecimento cultural. Estabelece-se um controle absoluto que impede a reprodução da cultura original e, ao mesmo tempo, nega-se o acesso à cultura dominante. Com os negros aconteceram as duas coisas, de modo que a imensa contribuição negra na cultura brasileira é nada menos que um milagre.

De acordo com Trindade (2006, p.31) é a partir desse momento histórico, por volta de 1600, que a cachaça brasileira nos é apresentada. Na tentativa portuguesa de superar a concorrência espanhola pela comercialização de bebidas, a cachaça é inserida no continente africano. Entretanto, no Brasil a bebida já era considerada popular, sendo consumida pelos menos abastados da população, pelos indígenas e, principalmente, pelos escravos africanos que, como veremos a seguir, provavelmente foram os responsáveis pela sua descoberta.

### 3.2 HISTÓRIA DA “BRANQUINHA”

Para muitos, a cachaça é um dos bens mais expressivos de nossa identidade cultural e sua origem se confunde com a própria origem histórica do Brasil. A cana-de-açúcar, matéria prima da bebida, provavelmente foi introduzida no país pelos portugueses logo após o Descobrimento, porém, como explica Alessandra Trindade (2006), seu cultivo teria apresentado relevância somente a partir de 1530, mantendo-se como principal produto econômico do Brasil-colônia até, aproximadamente, 1650, período histórico conhecido como “ciclo da cana”. Durante esse período diversos engenhos foram construídos e, para a produção do açúcar, empregava-se mão de obra escrava. Segundo Gilberto Freyre (1969, p.598), “sem escravos não se produzia açúcar. E escravos em grande número; para plantarem a cana; para a cortarem [...] fazerem coalhar o caldo; purgarem e branquearem o açúcar nas fôrmas de barro; destilarem a aguardente”.

A cana caiana, vinda de Cayenne, capital da Guiana Francesa, então domínio de Portugal, era considerada a melhor para a produção da bebida e “a única *Saccharum officinarum* a denominar aguardente, ingressando na rica sinonímia da cachaça” (CASCUDO, 2006, p.71), tendo sido predominante de 1810 até 1930, quando novas variedades javanesas mais resistentes à doença do mosaico chegaram ao país (TRINDADE, 2006, p.29).

De acordo com Gravatá (1991) e os demais estudiosos, o início da produção da cachaça teria ocorrido concomitantemente à produção do açúcar, ou seja, a partir da implantação dos engenhos no início do século XVI. A bebida teria sido originalmente descoberta por acaso, devido à curiosidade dos escravos. Trindade (2006, p.27) nos conta que:

Nos engenhos de açúcar, durante a fervura da garapa surgia uma espuma que era retirada dos tachos e jogada nos colchos para servir de alimento aos animais. Dentro desses colchos, o produto fermentava e transformava-se num caldo que parecia revigorar os animais. Os escravos, vendo os animais consumirem aquele caldo, decidiram experimentá-lo, gostaram e passaram a consumi-lo com frequência.

Os portugueses, que nessa época já dominavam as técnicas de destilação alcoólica, antes aplicada ao mosto fermentado de uva, ao tomarem conhecimento do consumo da nova bebida pelos escravos, aplicaram as mesmas técnicas ao mosto da cana de açúcar, utilizando-se de alambiques de barro, cobre ou cerâmica (TRINDADE, 2006, p.27).

A partir da segunda metade do século XVII, quando o açúcar começou a perder valor econômico em decorrência do declínio de seu consumo no continente

européu e do aumento da concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas, a cachaça transformou-se em moeda de troca na compra de escravos africanos e tomou-se alimento integrante da dieta dos navegantes que viajavam pelo Oceano Atlântico. Os engenhos, “casas de cozer méis” como eram registrados, foram sendo cada vez mais adaptados para a fabricação da aguardente. A bebida, inicialmente consumida por escravos, começou a ganhar importância econômica no Brasil-colônia e a representar uma ameaça ao consumo da aguardente do Reino, produzida a partir do bagaço da uva (TRINDADE, 2006, p.31).

Como consequência, a venda da cachaça foi proibida na Capitania da Bahia em 1635 e entre 1639 até as últimas décadas do século XVIII o governo português tomou diversas medidas na tentativa de impedir sua produção no Brasil. Entre novembro de 1660 e abril de 1661 ocorreu no Rio de Janeiro a chamada Revolta da Cachaça, motivada pela desistência do governador Salvador de Sá do acordo que legalizaria a produção e comércio da bebida através do pagamento de impostos pelos senhores de engenho. Na ocasião, cento e doze senhores de engenho não aceitaram a proibição do fabrico e comércio da bebida estabelecida pela Companhia Geral do Comércio do Brasil. Como resultado, os senhores de engenho conseguiram que o governador fosse deposto e a proibição fosse cancelada (TRINDADE, 2006).

Dentre outras medidas do governo português, os engenhos não foram permitidos na Capitania de Minas em 1743 e tributos sobre a cachaça foram criados, como o “subsídio voluntário” em 1756, para reconstruir Lisboa após um terremoto, e o “subsídio literário” em 1773, para sustentar os professores régios (GONÇALVES; GRAVATÁ, 1991).

Com relação à origem do vocábulo “cachaça”, Gonçalves e Gravatá (1991, p.15) nos apresentam a versão de Silveira Bueno, na qual ele afirma que a bebida era utilizada para amaciar a carne de porco/porca, na época conhecida como cachaço/cachaça e como consequência a aguardente passou a ser conhecida por esse nome. Cascudo (2006, p.13) menciona a Carta II de Sá de Miranda, escrita para Antônio Pereira na primeira metade do século XVI, como o texto que contém a primeira citação do nome “cachaça”.

No entanto, nas primeiras referências, “cachaça” seria o nome dado à espuma proveniente da fervura do caldo de cana no processo de fabricação do açúcar e que, por ser considerada impura, servia de alimento para os animais de tração, a chamada de primeira caldeira. A garapa, espuma produzida pela segunda caldeira, ao passar pelo processo de fermentação tornava-se aguardente. “Garapa azeda é, pois, sinônimo de aguardente” (CASCUDO, 2006, p.18).

Durante alguns séculos o nome “cachaça” não foi registrado em documentos oficiais, sendo divulgada em materiais impressos com o nome de aguardente. Em Portugal era chamada vulgarmente de “aguardente da terra”, “jeribita” ou “bagaceira” (CASCUDO, 2006, p.19-20). De acordo com Cascudo, as primeiras citações de cachaça referindo-se à aguardente de cana-de-açúcar surgiram a partir do começo do século XIX em textos de estrangeiros que visitaram o país.

Com o decorrer do tempo, a partir da descoberta das pedras e metais preciosos no interior de Minas Gerais, um grande número de pessoas passou a deslocar-se de diversas áreas do país e do mundo para tentar a sorte nas minas, e, em algumas regiões, por terem clima muito frio, a cachaça era consumida em larga escala para “esquentar o corpo” (TRINDADE, 2006, p.37). O que, como mencionado anteriormente, ao representar uma ameaça ao consumo da bagaceira portuguesa, provocou uma série de medidas tributárias e proibitivas.

No entanto, devido às dificuldades na fiscalização, baixa arrecadação e grande sonegação, a produção e o consumo da bebida aconteciam mesmo de forma ilegal, o que elevou a cachaça como símbolo da resistência à dominação portuguesa. Nas palavras de Cascudo (2006, p.33), “a cachaça conquistou ascensão aos níveis, antes indevassáveis, nos surtos da eloquência nacionalizante, precursora e consequente ao período da Independência, quando era patriotismo não beber produto das vinhas portuguesas”.

A cachaça, além de seu fundamental papel na economia nacional, tornou-se um dos símbolos da cultura popular brasileira, sendo relacionada ao imaginário, expressando e revelando a memória e a identidade do brasileiro, povo mestiço. Nas palavras de Cascudo, a cachaça “é a bebida-do-povo, áspera, rebelada, insubmissa aos ditames do amável paladar, bebida de 1817, da Independência, atrevendo-se enfrentar o vinho português soberano [...] bebida nacional, a *Brasileira*” (CASCUDO, 2006, p.47, grifo do autor).

A cachaça, no decorrer dos anos, foi sendo enriquecida por uma variedade de sinônimos na língua portuguesa, dentre os quais destaco os sinônimos os quais já possuía conhecimento durante minha infância: água-que-passarinho-não-bebe, aguardente, amarelinha, branquinha, caiana, cana, caninha, malvada, parati, pinga, tira-juízo. Essa riquíssima nomeação da bebida demonstra seu forte apelo social e cultural em todas as regiões do Brasil. O chamado folclore da cachaça também abrange a literatura popular, especialmente a de cordel; orações; versinhos; e músicas que retratam a vivência cotidiana em nosso país.

Contudo, entre o século XIX e início do século XX, a elite e a classe média brasileira, numa tentativa de se identificarem com a cultura europeia, desenvolveram um forte preconceito contra os hábitos e costumes brasileiros. Nesse sentido, a cachaça passou a ser considerada uma bebida inferior, marginalizada. Foi somente a partir de 1922, com a Semana de Arte Moderna, movimento de renovação da brasilidade e da valorização da cultura nacional realizado por intelectuais, artistas e estudiosos, que a cachaça tornou-se novamente bebida relevante econômica e culturalmente, consolidando-se como um símbolo da identidade brasileira (GONÇALVES; GRAVATÁ, 1991).

Como consequência, gradativamente, a cachaça

foi sendo inserida em todos os níveis sociais, tendo sua imagem desvinculada dos sujeitos à margem da sociedade e ganhando local de destaque nas casas dos mais nobres.

#### 4 A “CACHAÇA” É NOSSA

A partir dos estudos de Ortiz, Canclini e demais autores, a formação da identidade nacional é analisada neste artigo tendo como referencial as noções de memória coletiva e patrimônio cultural. Dessa forma, a construção da identidade nacional brasileira será realizada através da apropriação estatal da cachaça, bebida popular, que rememora a origem histórica do Brasil, promovendo um elo entre o passado e o presente. Nas palavras de Gonçalves (2007, p.123), “o ‘passado nacional’ é simbolicamente usado com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva presente”.

A memória coletiva, como exposta anteriormente, pertence a um grupo social que possui tradições fixadas no passado e, para manter-se viva, precisa ser ritualizada e atualizada no presente de tempos em tempos através de manifestações festivas. A memória nacional, ideologicamente, unifica a pluralidade de memórias presentes na cultura popular brasileira.

A cachaça esteve presente em diversos momentos importantes para a construção histórica do Brasil, sendo inclusive símbolo nacional contra a dominação portuguesa. Por ser uma bebida fundamental em diversos grupos sociais e por sua rica sinonímia encontrada em todo o território nacional torna-se elemento da cultura popular, presente na memória coletiva dos brasileiros.

#### 4.1 UMA DOSE DE AÇÃO POLÍTICA

A construção da identidade nacional é um processo ideológico no qual há uma reinterpretação e universalização das práticas populares particulares a cada grupo. Esse processo de construção é realizado por intelectuais e estudiosos situados no interior do Estado. Nesse sentido, o Estado nacional se relaciona com os brasileiros por meio da elaboração de legislação específica para promover a preservação e identificação da cachaça e da caipirinha como bebidas tipicamente brasileiras, através de seus registros, pois como explica Gonçalves (2007, p.111) “a proposta é no sentido de se ‘registrar’ essas práticas e representações e de se fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e transformações”.

Sendo assim, em 21 de dezembro de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto 4.062, define as expressões “cachaça”, “Brasil” e “cachaça do Brasil” como sendo indicações geográficas. Em seu artigo primeiro, estabelece que “o nome ‘cachaça’, vocábulo de origem e uso exclusivamente brasileiros, constitui indicação geográfica para os efeitos, no comércio

internacional” e no artigo terceiro determina que “o uso das expressões protegidas ‘cachaça’, ‘Brasil’ e ‘cachaça do Brasil’ é restrito aos produtores estabelecidos no país”.

Outra importante ação do Estado foi a elaboração do Decreto número 4.851, de 2 de outubro de 2003, que estabelece que “a caipirinha é a bebida típica brasileira, com graduação alcoólica de quinze a trinta e seis por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida exclusivamente com Cachaça, acrescida de limão e açúcar”. Dessa forma, a cachaça e a caipirinha são apropriadas como atrativos culturais brasileiros, contribuindo para sua preservação como patrimônio cultural imaterial.

Além de estabelecer o registro de bebidas, esse decreto define uma classificação na qual há uma relevante distinção entre aguardente de cana, cachaça e rum, a partir da variação da porcentagem alcoólica e da matéria-prima utilizada para a produção de cada destilado. De acordo com o decreto 4.851/2003, a aguardente de cana é a bebida com graduação alcoólica de trinta e oito a cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida de destilado alcoólico simples de cana-de-açúcar ou pela destilação do mosto fermentado de cana-de-açúcar.

A cachaça, nesse momento entendida como denominação típica e exclusiva da aguardente de cana produzida no Brasil, se diferencia da aguardente comum por possuir graduação alcoólica de trinta e oito a quarenta e oito por cento em volume, a vinte graus Celsius, e apesar de também ser obtida pela destilação do mosto fermentado de cana-de-açúcar, apresenta características sensoriais peculiares.

O rum passa a ser registrado como bebida com graduação alcoólica de trinta e cinco a cinquenta e quatro por cento em volume, a vinte graus Celsius, produzida a partir do destilado alcoólico simples de melaço, ou da mistura dos destilados de caldo de cana-de-açúcar e de melaço, envelhecidos, total ou parcialmente, em recipiente de carvalho ou madeira equivalente, conservando suas características sensoriais peculiares.

Acredito que a distinção decretada entre a cachaça (ou aguardente de cana) e o rum, além de tratar-se de uma disputa econômica, seja uma das mais expressivas ações do Estado no processo de construção da identidade nacional tendo a bebida como elemento popular unificador.

Entretanto, há ainda um árduo caminho a ser percorrido na busca pelo reconhecimento internacional, pois a nossa cachaça ainda é conhecida em muitos países como “*Brazilian Rum*” (rum brasileiro). Contudo, desde abril de 2012 um acordo entre Brasil e Estados Unidos da América (EUA) vem sendo elaborado para alterar essa situação. Recentemente, foi divulgado nos meios de comunicação que esse acordo será em breve colocado em prática. A partir do dia 11 de abril de 2013, a cachaça será exportada para os EUA como bebida de origem exclusivamente brasileira. Dessa forma, para se chamar cachaça nos EUA, o produto terá obrigatoriamente que ter indicação de

origem geográfica e estar de acordo com padrões oficiais brasileiros de identidade e qualidade. Em contrapartida, o governo brasileiro, seguindo o entendimento prévio entre os dois governos, publicou no Diário Oficial da União, no dia 27 de março de 2013, o Decreto nº 7.968, de 26 de março de 2013, reconhecendo o Bourbon e o Tennessee Whisky como produtos de origem norte-americana<sup>6</sup>.

Apesar desse processo de reconhecimento externo da cachaça estar apenas no começo, dentro do contexto do Estado nacional a bebida me parece possuir uma clara relação de “autenticidade” com o povo brasileiro. Nesse sentido, a noção de autenticidade é analisada tendo como base os estudos de Gonçalves (2007) acerca dos patrimônios culturais.

A autenticidade da cachaça como bebida tipicamente brasileira refere-se à sua originalidade histórica. A cana-de-açúcar e a cachaça, por terem suas origens muitas vezes confundidas com a própria origem do Brasil, estiveram presentes em importantes acontecimentos históricos do país. Os esforços em prol do desenvolvimento e fortalecimento da cachaça, tanto no mercado interno quanto no exterior, possibilitaram a padronização, classificação e registro da bebida no Brasil. Sendo assim, nada mais justo do que a existência de um dia em que sua origem é celebrada nacionalmente.

A iniciativa da criação do Dia Nacional da Cachaça partiu do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC)<sup>7</sup> em 2009 e a data escolhida foi o dia 13 de setembro. A escolha se justifica pelo fato de que em 13 de setembro de 1661 a produção e a venda da bebida tornaram-se legalizadas no país, após a Revolta da Cachaça, movimento ocorrido no Rio de Janeiro no qual os senhores de engenho se revoltaram contra a Corte portuguesa.

Atualmente o projeto de lei que visa a instituir o dia nacional da cachaça (PL 5428/2009), criado pelo deputado federal catarinense Valdir Colatto (PMDB/SC) tramita na Câmara dos Deputados aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Por meio de todas essas ações, o Estado ao definir que a cachaça é nossa, constrói uma série de valores e significados que rememoram o passado da nação e promovem todo um imaginário associado ao território e ao povo brasileiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade nacional encontra-se profundamente ligada a uma constante reinterpretação de elementos da cultura popular e da memória coletiva

<sup>6</sup> Informação disponível em: <<http://www.ibrac.net/>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

<sup>7</sup> O IBRAC é uma associação nacional fundada em 2006 que envolve grandes, médias, pequenas e micro empresas, além de entidades de classe do segmento produtivo da cachaça. O Instituto tem como um de seus principais objetivos a consolidação, no Brasil e no exterior, da cachaça como uma bebida originalmente brasileira.

dos diversos grupos sociais que integram a nação. Nesse processo de construção ideológica, o Estado Nacional e os ideólogos da nação realizam a transformação do particular em universal, reapropriando e reinterpretando práticas culturais de ritos e mitos sustentados por uma memória, sobretudo oral, de grupos particulares.

Desse modo, o Estado relaciona-se com os membros da nação por meio da elaboração de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural como expressando uma unidade livre de conflitos e tensões. Ao apropriar-se das memórias coletivas, particulares a cada grupo, essas são tomadas como a expressão de uma suposta cultura nacional harmônica e consensual, agora transformada em representante de todos os brasileiros.

Em linhas gerais, o presente artigo buscou problematizar como o Estado Nacional Brasileiro se apropria da cachaça e da caipirinha, elementos da memória coletiva apropriadas de maneiras e formas diferentes por diversos grupos sociais brasileiros transformando-as ideologicamente em elementos unificadores, construtores de uma memória nacional.

A partir da análise do olhar antropológico e do recurso a conceitos importantes assim como de um retrospecto histórico acerca da cachaça no Brasil e de seu imaginário na cultura popular brasileira, é possível concluir, ainda que provisoriamente, que o Estado Brasileiro, através da criação dos dois decretos visa à padronização, através do registro e, principalmente, à identificação da bebida como sendo nacional, demonstrando na prática os estudos de Ortiz e Canclini, dentre outros, acerca dos simbolismos atribuídos ao patrimônio cultural imaterial no processo ideológico de transformação de um elemento particular em universal, construindo isso que vamos chamar de identidade nacional.

A cachaça e a caipirinha são, portanto, apropriadas sob a forma de memórias coletivas por diversos grupos sociais brasileiros e, devido a sua popularidade e tradição, são re-apropriadas pelo Estado através do esvaziamento de sua concretude traduzida na forma da lei abstrata, vazia de todo conteúdo da vida social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

13 de Setembro: Dia Nacional da Cachaça. Disponível em: <<http://www.mapadacachaca.com.br/artigos/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

13 de Setembro: Fatores culturais e econômicos justificam o Dia Nacional da Cachaça. Disponível em: <<http://www.ibrac.net/>>. Acesso em: 22 out. 2012.

ANICO, M. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.71-86, 2005.

- BOLLE, W. Cultura, patrimônio e preservação In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado. Estratégias para a construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Cachaça será exportada aos EUA como de origem exclusiva*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia>>. Acesso em 01 mar. 2013.
- CÂMARA CASCUDO, L. da. *Prelúdio da Cachaça*. Etnografia, História e Sociologia da aguardente no Brasil. Rio de Janeiro: IAA, 1968.
- Cana-de-açúcar*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal>>. Acesso em 01 mar. 2013.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- Decreto nº 4062/2001. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em 22 out. 2012.
- Decreto nº 4851/2003. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em 22 out. 2012.
- DURHAM, E. R. In: ARANTES, A. A. (org.). *Produzindo o passado*. Estratégias para a construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- EUA reconhece cachaça como produto exclusivamente brasileiro*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias>>. Acesso em 01 mar. 2013.
- Foi publicado hoje no DOU o decreto nº 7968/2013, alterando o decreto nº 6871/2009 e reconhecendo o Bourbon e o Tennessee Whisky como produtos distintos dos EUA. Disponível em: <<http://www.ibrac.net>>. Acesso em 28 mar. 2013.
- GONÇALVES, J. R. S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007.
- GONÇALVES, L. O. P; GRAVATÁ, C. E. *Almanaque da cachaça*. Belo Horizonte: Formato, 1991.
- GRAVATÁ, C. E. *Manual da cachaça artesanal*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 1992.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- Patrimônio Imaterial*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em 02 mar. 2013.
- Patrimônio Intangível*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil>>. Acesso em 02 mar. 2013.
- Projeto de Lei 5428/2009. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em 03 mar. 2013.
- Publicada pelo governo dos EUA a nova regulamentação para a Cachaça, reconhecida como produto distinto do Brasil*. Disponível em: <<http://www.ibrac.net>>. Acesso em 26 fev. 2013.
- RÚSSIO, W. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado*. Estratégias para a construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- TRINDADE, A. *Cachaça, um amor brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

Recebido em 4 de junho de 2013.

Aprovado, em sua versão final, em 25 de janeiro de 2014.

Avaliado anonimamente por pares.

# Da mobilidade do trabalho à mobilidade no turismo

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano<sup>1</sup>

Laura M. Marques Fernandes<sup>2</sup>

---

## Resumo:

O trabalho tem como foco os temas migração temporária, mobilidade sazonal e mobilidade turística. O objetivo é mostrar o debate e a produção científica em torno do entendimento dos fluxos turísticos enquanto mobilidade temporária e avançar na construção teórica que inclui o turismo como mobilidade. São abordadas contradições e desigualdades inerentes à mobilidade temporária relacionada ao turismo. O turismo constitui possibilidade das pessoas se movimentarem voluntariamente, ao se analisar concepções e perspectivas de diferentes autores sobre mobilidade vislumbram-se dificuldades na teorização de mobilidade e migração pelo turismo. Assim, realiza-se revisão bibliográfica sobre migração, mobilidade e turismo com o intuito de explicar a concepção de turismo como mobilidade sazonal e migração temporária. Diante da ascensão dos fluxos turísticos admite-se apenas a mobilidade relacionada ao trabalho significa redução de compreensão e não condiz com a realidade. Os teóricos do turismo estudados, tanto os franceses como os brasileiros, explicam de forma convincente a mobilidade turística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mobilidade sazonal. Migração temporária. Turismo. Mobilidade turística.

## FROM WORK MOBILITY TO TOURIST ONE

---

## Abstract:

This work is focused on themes like temporary migration, seasonal mobility and tourist mobility. Its aim is showing the debate and scientific production about the understanding of tourism fluxes while temporary mobility and advance on theoretical construction which includes tourism as mobility. Contradictions and inequalities inherent to temporary mobility related to tourism are approached. Tourism constitutes the possibility of people to voluntarily move, by analyzing conceptions and perspectives of different authors about mobility, difficulties on theorization of mobility and migration by tourism are seen. Therefore, bibliographic survey on migration, mobility and tourism are carried out aiming to explain the conception of tourism as seasonal mobility and temporary migration. Facing the significant tourism fluxes admit that mobility is related to work or house fixation means to reduce comprehension and it is not consistent with reality. Scholars that study tourism like the French and the Brazilians explain tourist mobility.

**KEYWORDS:** Seasonal mobility. Temporary migration. Tourism. Tourist mobility.

## DE LA MOVILIDAD LABORAL A LA MOVILIDAD EN EL TURISMO

---

## Resumen:

El trabajo se centra en los temas de migración temporal, la movilidad y la movilidad turística estacional. El objetivo es mostrar el debate y la producción científica en torno a la comprensión del turismo como la movilidad temporal y avanzar en la construcción teórica que incluye el turismo como la movilidad. Abórdense las contradicciones y las desigualdades inherentes a la movilidad temporal relacionada con el turismo. El turismo se constituye como una posibilidad de las personas se movimentaren voluntariamente. Nosotros analizamos las concepciones y perspectivas de los diferentes autores que abordan el tema de la movilidad desde ahí identificamos las dificultades en la teorización de la movilidad y la migración y en turismo. Así, se realiza una revisión de la bibliografía sobre migración, movilidad y turismo, con el intento de explicar la concepción del turismo como una forma de movilidad sazonal bajo el marco de la migración temporaria. En este escenario de la ascensión de los flujos turísticos acepta sólo la movilidad relacionada al trabajo lo que significa la reducción de la comprensión y no es adecuado con la realidad. Los teóricos del turismo estudiados aquí, tanto los franceses como los brasileños, explican de forma convincente la movilidad turística.

**PALABRAS CLAVE:** Movilidad estacional. La migración temporal. Turismo. La movilidad turística.

---

<sup>1</sup> Profª associada da Universidade Estadual do Ceará e do PROPGEIO. Doutorada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, e Pós-Doutorado na Universidade Regional de Blumenau /FURB. Coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da UECE. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, 1D. Realiza pesquisas na área de Geografia, com ênfase em Turismo, Arranjos Produtivos Locais, Espaços Públicos e Privados do Lazer e Turismo, Desenvolvimento Endogêno e na Escala Humana. E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia / UECE. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. Mestre em Turismo pela Universidade Paris 1, Pantheon Sorbonne e Mestre em Gestão de Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Graduada em Letras e técnica em Turismo. Possui experiências nas áreas: políticas públicas, planejamento e marketing turístico, elaboração de roteiros e receptivo. E-mail: lauralucas66@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O texto apresenta reflexões sobre conceitos que estão no cerne da atividade turística: mobilidade sazonal e migração temporária. O turismo desempenha importante papel na movimentação de pessoas para as mais diferentes direções conduzindo aos núcleos receptores. Mobilidade populacional implica relação entre espaço, capital e população, não apenas para trabalho, mas contemporaneamente para lazer. Este é o foco do artigo.

As metrópoles e os espaços litorâneos são as áreas por excelência da convergência e atração de turistas, investimentos, concentração de trabalhadores e de pessoas que usufruem do lazer. No turismo, mobilizam-se pessoas que trabalham e pessoas que aproveitam o tempo livre, e nesse movimento redes de hotéis e resorts deslocam-se para lugares de maior conveniência à acumulação de capital. Por diferentes motivações as pessoas procuram lugares que lhes proporcionem alegria, prazer e consumo. Quanto aos residentes e aos trabalhadores, especificamente, a relação com a atividade é influenciada pelo nível de turistificação do lugar.

O turismo no Brasil se intensifica como consequência da mobilidade do capital e do trabalho dos países centrais para os periféricos, ou seja, o pano de fundo dado integra o desenvolvimento e a análise da atividade. O artigo não tem como foco explicar a mobilidade do capital, embora seja tema subjacente, mas a materialização do turismo por meio da mobilidade dos fluxos turísticos e desdobramentos: pessoas que ao realizarem turismo decidem retornar ao lugar visitado e fixar residência, abrir um negócio, morar e/ou investir, pessoas que se deslocam em busca de oportunidade de trabalho ou remanejadas pelas empresas. Sendo o turismo atividade sazonal incorre na mobilidade do trabalho, muitas vezes, também de forma sazonal. O objetivo é situar o turismo no contexto dos conceitos de mobilidade e de imigração, uma vez que fazer turismo implica, fundamentalmente, na mobilidade de pessoas qualquer que seja o modo de produção: socialista, capitalista. Sem fluxo turístico, expresso pela qualidade ou quantidade, não há turismo. Ainda cabe destacar a influência do posicionamento do destino turístico (país, cidade) no mercado nos desdobramentos decorrentes da movimentação dos fluxos turísticos, ou seja, interesse em trabalhar, investir e/ou morar no destino turístico.

Ao se apreender a mobilidade dos turistas no cotidiano das grandes cidades e de pequenos territórios turísticos capta-se deslocamentos diários de trabalhadores para os locais que prestam serviços de hospedagem e restauração. São relações complexas que produzem espacialidade com territórios e lugares em um mosaico de múltiplas estruturas e formas espaciais.

Para o estudo, realiza-se revisão bibliográfica sobre migração, mobilidade e mobilidade turística, com o intuito de explicar a concepção de turismo como mobilidade

sazonal e migração temporária, assim relacionam-se conceitos com a atividade turística em destinos turísticos, em especial com o Ceará, estado do Nordeste do Brasil.

## 2 MOBILIDADE SAZONAL E TURISMO

O turismo supõe viagem e lazer, assim a mobilidade de fluxos, seja de viajantes, moedas, capital e trabalho está no cerne da atividade. Apesar da complexidade em conceituar turismo e da flexibilidade dos conceitos adotados ao admitirem diferentes motivações fragilizarem a conceituação há concordância entre os autores em relacionar turismo à viagem fora do lugar de residência implicando em retorno. O turismo realiza-se em tempo livre, e envolve lazer e viagem, pois o fazer turismo se concretiza com deslocamento do lugar de residência ao destino turístico. Turismo envolve tempo e espaço. Mobilidade significa facilidade para se mover, para ser movido. Balbim (2004, p.4) afirma que:

A mobilidade geográfica pode constituir-se de deslocamentos cotidianos recorrentes, fruto da separação entre lugar de trabalho e habitação (migração pendular), de movimentos destinados às compras e ao lazer, ou, ainda, resultar de ritmos sazonais, imposições de ordem natural, etc. Os deslocamentos duráveis, com mudança de residência, podem ser impostos (deportação, exílio, êxodo) ou desejados (mudanças de vida).

Ao sistematizar os tipos de mobilidade no espaço geográfico, Balbim (2004, p.4) sugere as dimensões espacial e temporal do movimento. A dimensão temporal apresenta-se com “intenção de retorno num curto espaço de tempo (movimento circular de ida e volta), ou, ao contrário, ausência de intenção de retorno breve (movimento linear).” A dimensão espacial engloba o “deslocamento interno ao lugar de vida ou deslocamento para fora desse lugar.” Desse raciocínio, Balbim (2004, p.5) apresenta tipos de mobilidade espacial ou geográfica, sem levar em conta o sedentarismo e o nomadismo: mobilidade cotidiana (movimento interno e cíclico); mobilidade residencial (movimento interno e linear); as viagens e o turismo (movimento externo e cíclico); as migrações (movimento externo e linear). Para cada tipo, Balbim (2004, p.5) relaciona temporalidades sociais específicas: mobilidade cotidiana, mobilidade residencial, “viagens e turismo: temporalidade mais longa, excedendo um dia. E migração com “temporalidade ligada ao conjunto total da vida, marca a identidade do sujeito. É também definitiva e independente do possível retorno do indivíduo.”

No caso de viagens de turismo a temporalidade excede um dia fora do lugar de residência, ressalta-se, no entanto, que tomando por base os conceitos utilizados pela OMT (2001) para efeito de estatística os visitantes

são classificados como turistas quando pernoitam e como excursionistas quando visitantes do dia. Balbim (2004, p. 5-6) considera como principais tipos de mobilidade:

- A cotidiana, que tem duração máxima de uma jornada, circunscrita ao espaço urbano, sendo identificada com os deslocamentos domicílio-trabalho, domicílio-escola, trabalho-escola, etc. Essa forma de mobilidade, a mais comum, é tanto consequência da organização urbana quanto fator de reorganização da cidade.
- A sazonal, que se repete a cada ano seguindo ciclos climáticos, podendo durar vários dias dependendo das técnicas empregadas.
- A migração, que é deslocamento de longa duração entre contextos espaço-temporais distintos, movimento que pode durar por toda a vida após realizado.
- A residencial, que implica na mudança de domicílio numa mesma aglomeração e também é de longa duração.
- A profissional, que pode ser uma alternativa à mobilidade residencial e pode implicar uma mobilidade social.
- A social, que é uma forma de deslocamento simbólico que tem como referência uma escala de renda ou de valores.
- A ocasional, que não obedece a nenhum padrão e está ligada sobretudo às viagens de trabalho.

À luz da explicação de Balbim (2004, p.6) que entende que cada um desses tipos de mobilidade “têm ligações fortes entre si, o que leva à ideia de que os fluxos de mobilidade não são isolados uns dos outros, mas estabelecem relações de causalidade, complementaridade, substituição, incompatibilidade”, considera-se que na análise do turismo verificam-se além dos movimentos sazonais dos fluxos voltados ao lazer (mobilidade sazonal), possibilidades de movimentos pendulares e de movimentos sazonais de trabalhadores (mobilidade cotidiana, sazonal, residencial, profissional, social) bem como movimentos com mudança de residência motivados pela mobilidade do trabalho ou pelo desejo de mudança de vida (residencial, profissional, social). Evidencia-se nos estudos de Balbim (2004, p.6 -8) que o turismo é inserido no rol das mobilidades:

Cada prática de deslocamento e forma de mobilidade (cotidiana, migrações, turismo, residencial) tem sua projeção e efetivação balizada pelas necessidades, complementaridades, imposições, acessos e impedimentos relacionados com todas as demais formas de mobilidade. [...] Um indivíduo, segundo sua história de vida, estará mais ou menos apto a realizar uma ou outra forma de mobilidade. Se

o indivíduo carrega uma bagagem de ter sido criado na estrada, por exemplo, conhecendo diversos lugares, culturas, é mais fácil que ele consiga uma maior mobilidade social, que seja afeito a uma maior mobilidade residencial ou de turismo e por aí vai. [...] O turismo, a mobilidade cotidiana, as migrações, a mobilidade residencial, a mobilidade social, etc, possuem um mesmo ponto de origem do movimento, que é o lugar de permanência. [...] A mobilidade cotidiana, assim como a mobilidade residencial, o turismo e as migrações expressam alguma forma de mobilidade social, pois revelam um certo capital simbólico que pode estar associado ao modo de transporte empregado ou aos lugares visitados (o interior do estado ou o exterior do país, por exemplo).

A mobilidade do turista é temporária, sem mobilidade não há turismo, diferente de lazer que pode se dar no lugar de residência. Acrescente-se que a mobilidade dos fluxos turísticos se diferencia pelo fato de ser voluntária. Viard (2011) explica que a mobilidade não é fenômeno tão prático, técnico e espacial foi transformado em norma com definição de regras e valores. A mobilidade se insere na vida contemporânea daqueles que podem viajar e que têm acesso ao consumo do turismo. No livro *Éloge de la Mobilité* o autor afirma que “a cultura da mobilidade nascida no tempo livre termina por submergir a oposição entre sedentários e nômades e migrantes estruturados pela relação de trabalho, ou ao trabalho.” (Viard, 2011, p.18). Para este autor a vida se organiza de outra forma, com práticas e relações que levam a estabelecer novas relações entre os lugares e mobilidade. E o turismo se insere nessas novas relações, fenômeno recente que demanda estudos e teorização, portanto atualização de conceitos.

A esse respeito, Bauman (1999) assegura que a combinação da anulação dos vistos de entrada nos países com o aumento do controle de imigração tem forte significado simbólico, apresenta-se como estratificação emergente, e denota que o acesso à mobilidade global foi elevado a mais alta categoria dentre os fatores de estratificação. Depois das migrações e das conquistas das colônias a mobilidade passa a ser nova etapa do deslocamento dos homens com nova lógica de trajeto dentro do espaço comum, não se parte mais totalmente de onde se vem, pois se pode novamente passar sem parar nos lugares. Os estudos sobre mobilidade não se restringem mais aos deslocamentos forçados, surge a lógica do lazer e do turismo. No entanto, lembra Viard (2011) as mobilidades são criadoras de liberdades, assim como de exclusões. Se o turismo se expande e vários trabalhadores passam a ter acesso ao turismo, há grande contingente de pessoas que vive na pobreza e que não tem acesso sequer ao trabalho.

O Estado do Ceará de onde já saíram levadas de migrantes recebe cerca de 2.848.459 turistas via Fortaleza, demanda composta por brasileiros e estrangeiros em 2011. (SETUR, 2012). Esse número é maior que a população da capital que é de 2.315.116 habitantes (IBGE, 2012). Para 2012 é estimada a demanda de 3.050.000 turistas. A mobilidade dos visitantes concentra-se em áreas específicas da cidade: Av. Beira-Mar, Praia do Futuro, Praia de Iracema, mercado central, centro de turismo, ou seja, bairros ditos nobres onde está a oferta e o centro da Metrópole.

Essa mobilidade é testemunha das mudanças espaciais e sociais e se insere no contexto da produção desigual e combinada da Metrópole. Se antes a mobilidade do “êxodo rural” ou mobilidade de camponeses para as metrópoles era a temática chave, na contemporaneidade a mobilidade turística é incontestável para as metrópoles. Fortaleza é um dos destinos turísticos mais procurados no Brasil de acordo com as estatísticas do fluxo turístico doméstico.

Conforme veiculado pela SETUR/CE<sup>3</sup> os dados da pesquisa “Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011”, encomendado pelo Ministério do Turismo (MTur) à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), vinculada à Universidade de São Paulo (USP) mostram no item que avalia qual destino as pessoas mais desejam conhecer que Fortaleza aparece como preferência para 10,9% dos entrevistados, à frente do Rio de Janeiro (10,7%) e atrás apenas do arquipélago de Fernando de Noronha, com 13,3%.

### 3 MIGRAÇÃO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS

O aprofundamento do tema remete aos estudos sobre mobilidade espacial da população em Becker (1997) que diferencia migração internacional, migração interna e em outras escalas, a exemplo dos movimentos pendulares intrametropolitanos para trabalho e/ou estudo, assim como os deslocamentos intraurbanos de caráter residencial. Observa-se que o desempenho dos núcleos turísticos afeta o movimento pendular. No Ceará, por exemplo, trabalhadores se deslocam de comunidades próximas para trabalhar em Jericoacoara/Jijoca de Jericoacoara e em Canoa Quebrada/Aracati devido aos postos gerados nas atividades ligadas ao turismo (pousadas, restaurantes, entre outros). No município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, a oferta de meios de hospedagem instalada para atender o fluxo turístico tem permitido que trabalhadores ligados às atividades do Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, também situado na RMF, pernoitem no destino turístico. O movimento pendular ocorre também para turismo, para

exemplificar citam-se as excursões que saem de Fortaleza em direção às praias fora da cidade com retorno no fim do dia.

Migração é objeto de estudo de diferentes áreas de conhecimentos e analisado em diferentes interpretações. Destaca-se neste trabalho a perspectiva neoclássica e a neomarxista. A neoclássica analisa migração como consequência de decisão pessoal e dos chamados fatores de atração-repulsão (push-pull factors). Outro aspecto que compõe o enfoque clássico é a compreensão da migração como mecanismo gerador de equilíbrio para economias em mudança. Nessa linha de reflexão destacam-se os teóricos: Ravenstein, Lee e Todaro. A perspectiva neomarxista trabalhada por Gaudemar surge nos meados dos anos 1970. Na perspectiva crítica, Becker (1997) explica que migração é entendida como mobilidade forçada pelas necessidades do capital.

Do ponto de vista de Salim (1992) não existe unanimidade na compreensão do que seja migração, migrante ou mobilidade. O autor afirma que existem dificuldades para se delimitar o que sejam fluxos ou correntes migratórias – nomadismo, evasão populacional, movimentos sazonais. Esclarece que o consenso nas diversas concepções vincula-se ao entendimento que:

Os fluxos migratórios originam-se do desequilíbrio espacial de natureza econômica, o qual produz diferencial de renda e emprego, por exemplo, entre as áreas de origem e destino. Além deste denominador comum, tudo é controversia: desde a concepção do que é fluxo ou mobilidade até a análise e tratamento empírico dos dados. (SALIM, 1992, p.121).

Salim (1992, p.121) acrescenta que:

A migração não se reduz à transferência de um contingente humano que, em determinado período, desloca-se entre duas regiões e muda de residência de forma permanente. Definição criteriosa de migração teria que incluir outras possibilidades como a migração de retorno e abranger também as migrações temporárias.

Compreende-se que para Salim (1992) a concepção de migração abrange mobilidades sazonais havendo várias formas de migrar o que possibilita inserir turismo na conceituação de migração temporária concretizada na viagem de lazer que não impõe fixação de residência. Pode-se abordar ainda a migração temporária para realização de atividade laboral. Nos centros turísticos de montanha na França, por exemplo, a sazonalidade é determinante dos fluxos de turistas e de trabalhadores, estes passam a residir durante a temporada no destino turístico. Assim há várias formas de migrar e turismo se insere também na conceituação de migração, não na migração que impõe fixação de residência, mas corresponde à migração temporária.

<sup>3</sup> Fortaleza é um dos destinos turísticos mais procurados pelos brasileiros. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/6971-fortaleza-e-um-dos-destinos-turisticos-mais-procurados-pelos-brasileiros>>. Acesso em 21/04/2013.

O Instituto Migrações e Direitos Humanos define migração como movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro. O documento: Conceitos Básicos de Migração da Organização Internacional para as Migrações – OIM define migração como movimento de população de um território para outro ou dentro do mesmo, abrange todo movimento de pessoas, seja qual for o tamanho, composição e causa. Inclui a migração de refugiados, de pessoas deslocadas, desarraigadas e migrantes econômicos. Nos destinos turísticos do Brasil e do mundo pode-se encontrar pessoas que após visitarem o lugar na condição de turistas decidem retornar para morar por diferentes razões, uma delas pode ser a possibilidade de desenvolver atividades laborais.

Migrar significa passar de uma região para outra; passar periodicamente de uma região ou clima a outro, assim torna-se possível utilizar o termo migração temporária ou sazonal. A migração turística se enquadra nessa explicação.

#### 4 MOBILIDADE TURÍSTICA

A mobilidade dos fluxos turísticos é uma mobilidade e uma migração temporária, sazonal. Moriniaux (2010) dedica parte do livro *Les Mobilités* às explicações das mobilidades ligadas ao turismo e ao lazer, e considera as mobilidades do turismo e do lazer no centro da hipermobilidade urbana. Relaciona as mobilidades turísticas com as dinâmicas urbanas na promoção de investimentos e produção de lugares. Moriniaux (2010) ao apresentar o tema mobilidade no livro citado anuncia que dedica grande espaço à questão epistemológica e que cada capítulo traz à tona a história e o estado da pesquisa em cada domínio relacionado às mobilidades, migrações internacionais, migrações e mobilidades internas, aspectos sociais das mobilidades e as mobilidades turísticas. Verifica-se a inserção da mobilidade turística no âmbito de análise da mobilidade e da migração.

Pode-se afirmar que turismo é mobilidade, supõe deslocamento. As mobilidades dos fluxos turísticos são temporárias ou sazonais. Moriniaux (2010) esclarece ainda que as causas econômicas são essenciais para compreender as mobilidades e que as únicas mobilidades realmente voluntárias e escolhidas são as mobilidades turísticas. Viard (2011) corrobora com a ideia ao afirmar que as mobilidades do tempo livre usado para lazer são quase sempre voluntárias. Não é objetivo do trabalho discutir o efeito mimético no ato de fazer turismo e fatores que influenciam a viagem, o que se busca explicar é a inserção do turismo no campo da mobilidade, ou a concepção teórica da mobilidade turística. Os autores citados consideram deslocamento para fazer turismo em pé de igualdade com outras mobilidades “não escolhidas”, aquelas decorrentes das imposições do mercado de trabalho, das questões climáticas. A mobilidade, portanto,

diz respeito ao deslocamento quer de fluxos turísticos, quer de trabalhadores e no estudo do turismo não são excludentes. Na análise de Fagnoni (2010, p.191) as mobilidades do turismo e do lazer estão no centro da hipermobilidade contemporânea:

Diante da variedade das mobilidades contemporâneas, os habitantes do planeta se tornaram nômades. O turismo e o lazer contribuem largamente com esse “nomadismo”, levando a uma era do movimento e conseqüentemente ligando os lugares e interconectando o mundo. O aumento e a diversificação do consumo e a aspiração de tempos de deslocamento mais e mais curtos contribuíram para o desenvolvimento espetacular do setor de transporte impactando a multiplicação e diversificação das mobilidades temporárias ligadas à recreação do indivíduo, implicando na ruptura do cotidiano.

Não resta dúvida que os fluxos turísticos estão relacionados às mobilidades temporárias, e que ocorre turistificação em muitos lugares onde se assiste ao desenvolvimento da mobilidade turística que implica em fluxos humanos, culturais, técnicos e financeiros. O turismo não se limita aos deslocamentos, pois os fluxos turísticos evidenciam transformações espaciais e no comportamento das sociedades. Os deslocamentos turísticos têm impacto significativo nas economias, nas paisagens, em especial nos polos emissores e receptores das mobilidades turísticas. Fagnoni (2010, p.192) questiona por qual razão se viaja, e se essa prática antecede o século do turismo, e afirma, categoricamente, que:

Distante das grandes migrações sazonais induzidas pela massificação recente do turismo, a mobilidade turística encontra raízes na capacidade que as pessoas têm de relacionar com o outro, no reconhecimento e nas diferenças do outro.

Portanto o turismo supõe alteridade, implica encontro, respeito e compreensão do outro e assim nem todo turismo é focado meramente no puro consumo. Existem pessoas que viajam interessadas na cultura, nas vivências e experiências, outras que se interessam pelos lugares tradicionais e de ancestrais no turismo de raiz (CORIOLANO, 2009).

A pré-mobilidade turística para Fagnoni (2010) vai do fim do século XVI a primeira metade do século XVII e remete à mobilidade educativa inglesa no fim do século XVII que marca o surgimento da migração turística e permite compreender como surgem as viagens turísticas. O *Grand Tour* representa a mobilidade de estudantes e intelectuais da aristocracia europeia. Na apreciação de Fagnoni (2010) significa apenas pré-mobilidade, pois as mobilidades propriamente ditas ocorrem nos séculos seguintes, em

especial na contemporaneidade. A mobilidade turística situa-se no espaço e no tempo mostrando intensidades, assim como transformações sociais e espaciais por ela produzidas.

O turismo imprime nova dimensão à concepção de urbanização. Afirmam Duhamel, Knafou apud Fagnoni (2010), que as mobilidades turísticas nos territórios urbanos permitem compreender melhor o cotidiano e o que está fora do cotidiano dos indivíduos, portanto envolvem residentes e turistas. Há turistas que buscam envolvimento com o cotidiano dos residentes e há aqueles que se mantêm em bolhas e se afastam do contato com as pessoas do lugar visitado.

Compreende-se que a realidade estudada por Fagnoni (2010) está centrada no padrão de vida francês, no entanto, acredita-se que o referencial teórico auxilia no avanço da investigação do turismo no Brasil e oferece suporte conceitual. Fagnoni (2010) esclarece que nos anos 1960 foram escritas as primeiras teses dedicadas ao turismo na França, tais como: Villégiature e Turismo na Costa Francesa em 1963, Paisagem Humana na Costa Brava em 1966, e Grande Migração de Verão dos Franceses em 1969. Esta última desenvolvida por Françoise Cribier que produz uma geografia da civilização urbana a partir das migrações de férias, de lazer e de turismo.

Tornam-se relevantes os estudos que relacionam turismo com mobilidade e avançam na elaboração teórica do termo mobilidade turística. Menciona-se Dehoorne (2002) que elabora reflexões a partir de lugares turísticos sobre a inter-relação turismo-migração e apresenta resultado das inter-relações de cenários de migração espontânea, de turistas que se tornam residentes, e de falsos turistas, aqueles que usam o turismo como pretexto para entrar no país em busca de trabalho tornando-se imigrantes. No Nordeste do Brasil encontram-se turistas comprando imóveis, tornando-se proprietários e residentes temporários, outros residentes definitivos, quando deixam de ser turistas para ser imigrantes. Alguns casam e conseguem permanecer oficialmente no Brasil com residência fixa. Essas implicações nas mobilidades dificultam a aquisição de dados estatísticos, pois fica difícil o registro dos que passam a morar definitivamente.

Dehoorne (2002) afirma que o lugar turístico é plataforma para novas lógicas migratórias, pois recebe fluxos variados de turistas e trabalhadores, como gerentes de hotéis, maîtres, cozinheiros, garçons, e instrutores de *kite surf*, *windsurf*. São casos diferenciados de turistas, alguns que retornam ao lugar de férias para fixar residência, outros que se deslocam ao destino turístico para trabalhar, pessoas com mais mobilidade por serem qualificadas e aposentadas. O autor cita Williams e Hall para mostrar que as mobilidades multiformes alteram as tipologias mais clássicas e que é tão significativa a relação turismo e migração que se fundem. Portanto, o assunto diz respeito ao Código dos Estrangeiros nos países. Para Dehoorne

(2002, s/p):

O mercado turístico é uma realidade econômica estabelecida e está no centro de trajetos migratórios variados e renovados no contexto internacional. Os lugares turísticos tradicionais e emergentes constituem interessantes laboratórios para análise das lógicas das mobilidades contemporâneas e de suas recomposições multiformes.

O autor acrescenta que nos lugares onde o turismo melhor se estruturou os deslocamentos sazonais se tornaram migrações definitivas, fazendo do turismo uma atividade que provoca povoamento enquanto outras migrações temporárias alimentam o mercado. Isso explica a presença de estrangeiros no Brasil com residência fixa e casa de veraneio em núcleos internacionais de turismo no Ceará com ofertas de serviços e mão de obra de diversos países como Jericoacora/Jijoca de Jericoacoara e Canoa Quebrada/Aracati. Para Viard (2011, p.9) “o turismo se transformou no grande construtor dos lugares montanhosos, onde regiões inteiras foram despovoadas e outras repovoadas.”

Mobilidade não se reduz a movimentos migratórios com fixação de residência. Dehoorne (2002, s/p) considera o turismo “um componente da mobilidade, mas não uma migração no senso estrito, não podendo ser inserido no conjunto dos fluxos migratórios”. Portanto, Dehoorne compreende o turismo no contexto da mobilidade, mas não como migração.

Lejoux (2007) define mobilidade turística como aquela que corresponde aos deslocamentos de pelo menos uma noite efetuados fora do lugar de residência com o objetivo de lazer, negócios e outros motivos não ligados a atividade remunerada no lugar da visita. Aborda a mobilidade turística e enfatiza que as mudanças temporárias de localização dos consumidores geradas pelas mobilidades turísticas merecem ser consideradas na análise da organização espacial da economia e agrega ao campo de análise o consumo. Dessa forma, adota para mobilidade turística uma das primeiras definições de turismo da Organização Mundial do Turismo – OMT.

Chapuis (2010, p.213) esclarece que “as mobilidades turísticas são deslocamentos temporários dos indivíduos fora do lugar de vida cotidiana com a finalidade de recreação”. Entre as mobilidades turísticas intraurbanas, as mais estudadas, conforme a autora são aquelas ligadas às visitas guiadas. Coriolano (2001) menciona que turismo é uma forma de migração temporária para um ou vários lugares em busca de prazer, satisfação, lazer e entretenimento. Turistas internacionais utilizam passaporte, dependendo da legislação do país deverão obter um visto. Ao turista é cobrada a intencionalidade da não migração plena.

Os estudos sobre mobilidade e migração admitem diferentes enfoques, sob a perspectiva do turismo abre-se

novo leque que, por sua vez, se desdobra em diferentes possibilidades: mobilidade dos fluxos turísticos em busca de lazer, mobilidade dos trabalhadores em busca de ocupação como consequência do desenvolvimento do turismo em dado lugar, mudança de residência por decisão de investir no lugar visitado.

## 5 MOBILIDADE TURÍSTICA E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A situação do estrangeiro no Brasil é definida pela Lei nº 6.815 de 1980 que apresenta no Art. 4º as modalidades de vistos que podem ser concedidos a estrangeiros que pretendam ingressar no Brasil: de trânsito, turista, temporário, permanente, cortesia, oficial e diplomático. O art. 9º esclarece que o visto de turista poderá ser concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade remunerada. Ou seja, turista não é imigrante. No art. 12 lê-se que o prazo de validade do visto de turista será de até cinco anos, fixado pelo Ministério das Relações Exteriores, dentro de critérios de reciprocidade, e proporciona múltiplas entradas no País, com estadas não excedentes a noventa dias, prorrogáveis por igual período, totalizando o máximo de cento e oitenta dias por ano. Há ainda situações contempladas em Acordos Bilaterais em que não há exigência de visto para o estrangeiro que vem fazer turismo.

O tema mobilidade turística é polêmico e atual, envolve o direito de ir e vir assegurado nas Constituições sendo assim assunto com variadas interpretações e normas. Considere-se que leis, normas, conceitos respondem às mudanças que se dão ao longo da história, portanto passíveis de atualização. Vainer (2005) ao abordar a realidade atual e as inovações contemporâneas sugere que o novo vem da emergência efetiva de novos processos, novas práticas, novas projeções espaciais, novas escalas e novas relações interescares, novas territorialidades, novas dimensões espaciais, novos significados e funções para estas dimensões, escalas e territórios. Trata o novo como resultante de um processo de reconfiguração da nossa capacidade perceptiva: é como se determinados processos ou práticas presentes desde há muito tempo na realidade social viessem à tona. O turismo é tema recente sendo necessário teorizá-lo, aprofundar a compreensão desta atividade relevante para o Brasil.

## CONCLUSÕES

A explicação da realidade estudada e sua teorização vinculam-se à incorporação do novo, parte-se da realidade que está em movimento constante. O turismo como fenômeno mundial e desigual é atividade recente, nova e inovadora. No Brasil instalou-se apenas há cinco décadas. Faz-se necessário a exemplo de

outros fenômenos, investigá-lo, teorizá-lo e repensar as teorias no contexto das mudanças que ocorrem na contemporaneidade. Se antes o turismo não era visível no Ceará, agora é impossível negá-lo. O turismo constitui possibilidade das pessoas se movimentarem, mobilizarem e migrarem, o que permite vislumbrar dificuldades na teorização de mobilidade e migração pelo turismo ao se analisar as concepções e perspectivas de diferentes autores. Admitir que só exista mobilidade relacionada ao trabalho ou com fixação de residência significa redução da compreensão e não condiz com a realidade do processo civilizatório no contexto histórico contemporâneo. Teóricos do turismo tanto franceses como brasileiros explicam de forma convincente a mobilidade turística, fato aceito por pesquisadores menos ortodoxos e mais flexíveis. Sabe-se que nas Ciências Sociais as teorias são subjetivas, explicações teóricas datadas e localizadas e assim passíveis de várias interpretações. Daí porque se opta por determinadas teorias.

Considerando que o turismo é atividade recente e que a produção científica refere-se à realidade, acredita-se na elaboração teórica que abra espaço para a inserção do turismo no contexto conceitual de assuntos tradicionais. Se a realidade aponta nova lógica, necessário se faz analisar os processos que surgem e incorporá-los na produção teórica.

Com a realização desta investigação verifica-se que as mobilidades turísticas são estudadas no âmbito acadêmico na França e no Brasil. Certamente, é enorme o alcance do turismo em países como a França, maior destino receptor mundial, no entanto pode-se afirmar que no Brasil o desenvolvimento do turismo também atua na produção do espaço o que pode ser comprovado na observação dos destinos turísticos do país.

Quanto aos termos mobilidade turística e migração temporária, observa-se que os autores estudados utilizam o termo mobilidade turística, no entanto, o entendimento do turismo como migração não se apresenta como consenso. O turismo é mobilidade e migração. Acrescente-se que mobilidade e migração ligadas aos fluxos turísticos são temporárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALBIM, R. *Mobilidade: uma abordagem sistêmica*. Palestra CETESB, Sec. do Meio Ambiente. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.edu-doc.com/download.ph>. Acesso em 28/01/2012, 2004.
- BAUMAN, Z. *Globalização*. As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E. *et all. Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- BRASIL. *Lei Nº 6.815*, de 19 de agosto de 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm)>, 1980.
- CÂMARA CASCUDO, L. da. *Prelúdio da Cachaça*. São Paulo: Global, 2006
- CHAPUIS, A. *Mobilités touristiques et dynamiques urbaines: de l'investissement à la production des lieux*. In: MORINIAUX, Vincent *et al.* *Les mobilités*. S/l: Éditions Sedes, 2010.
- CORIOLOANO, L. N. T. *Turismo e Migração: um estudo de caso*. S/l: 2011.  
<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=P755059>>. Acesso em: 29/01/2012.
- CORIOLOANO, L. N. T *et al.* *Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário*. Fortaleza: EDUECE, 2009.
- DEHOORNE, O. *Tourisme, travail, migration: interrelations et logiques mobilitaires*. *Revue Européenne des migrations internationales*. Vol. 18, nº1/2002. Turismo e migração. Disponível em: <<http://remi.revues.org/1676>> . Acesso em : 29/01/2012.
- FAGNONI, É. *Les mobilités de tourisme et de loisirs au coeur de l'hypermobilité contemporaine*. In: MORINIAUX, V. *et al.* *Les mobilités*. S/l: Éditions Sedes, 2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=23](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=23)>. Acesso em: 10/01/2012.
- LEJOUX, P. (2007). *Des temporalités de la production aux temporalités de la consommation : l'enjeu des mobilités touristiques pour les économies locales*. (2007) *Espace populations sociétés*, 2007/2-3. Disponível em: <<http://eps.revues.org/index2179.html>> . Acesso em : 28/01/2012.
- Moriniaux, V. *et al.* *Les mobilités*. S/l: Éditions Sedes, 2010.
- Organização Internacional para as Migrações – OIM. *Conceitos básicos de migração segundo a Organização Internacional para as Migrações – OIM*. Disponível em: <[http://www.csem.org.br/pdfs/conceitos\\_basicos\\_de\\_migracao\\_segundo\\_a\\_oim.pdf](http://www.csem.org.br/pdfs/conceitos_basicos_de_migracao_segundo_a_oim.pdf)>. Acesso em: 28/01/2012.
- SALIM, C. A. *Migração: o fato e a controvérsia teórica*. In : ABEP. VIII Encontro de Estudos Populacionais, 1992.
- SECRETARIA ESTADUAL DO TURISMO. (2012). *Indicadores turísticos*. Disponível em:
- <[http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/copy4\\_of\\_estudos-e-pesquisas](http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/copy4_of_estudos-e-pesquisas)>. Acesso em: 18/12/2011.
- VAINER, C. B. *Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade*. In: NETO, Helion P. e FERREIRA, Ademir P. (Org.) *Cruzando fronteiras disciplinares*. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.
- VIARD, J. *Éloge de la mobilité*. Essai sur le capital temps libre et la valeur travail. S/l : Éditions de l'Aube, 2011.

Recebido em 25 de abril de 2013.

Aprovado, em sua versão final, em 14 de agosto de 2013.

Artigo avaliado anonimamente por pares.

# Flujo y perfil del mercado turístico nacional en Mazatlán, Sinaloa durante el periodo 2012-2013

Omar Lizárraga Morales<sup>1</sup>

---

## Resumen:

El artículo presenta la estructura de los flujos turísticos domésticos que llegan a la ciudad de Mazatlán, Sinaloa; un destino turístico ubicado en el noroeste mexicano. Se realizaron encuestas de muestreo representativo durante los tres periodos vacacionales más importantes: en invierno (2012), Semana Santa (2013) y verano (2013). El análisis pone énfasis al perfil socioeconómico y en las motivaciones por grupos demográficos en cada temporada. Para explicar la composición del mercado nacional y sus características, hacemos un diagnóstico de la actividad turística en este destino durante los últimos seis años. Presentamos un esbozo teórico sobre los factores de atracción en el turismo, y posteriormente ilustramos con mapas la composición nacional del mercado turístico.

**PALABRAS CLAVE:** Mercado turístico. Flujos nacionales. Perfil turístico. Mazatlán. México.

## FLUXO E PERFIL DO MERCADO TURÍSTICO NACIONAL EM MAZATLÁN, SINALOA DURANTE O PERÍODO DE 2012 - 2013

---

### Resumo:

O trabalho apresenta a estrutura dos fluxos turísticos domésticos para a cidade de Mazatlán, Sinaloa; um destino turístico localizado no noroeste do México. Realizaram-se levantamentos com amostragem representativa durante os três grandes períodos de férias: Inverno (2012), Verão (2013) e da Páscoa (2013). A análise enfatiza perfil socioeconômico e motivações por grupos demográficos em cada temporada. Para explicar a composição do mercado interno e das suas características, fazemos um diagnóstico do turismo nesse local durante os últimos seis anos. Apresentamos um esboço teórico sobre os fatores de atração do turismo, onde posteriormente é ilustrada com mapas a composição nacional do mercado de turismo.

**PALAVRAS CHAVE:** Mercado de turismo. Fluxos nacionais. Perfil do turista. Mazatlan. Mexico.

## FLOW AND PROFILE OF THE NATIONAL TOURISM MARKET IN MAZATLAN, SINALOA DURING THE PERIOD 2012-2013

---

### Abstract:

The paper presents the structure of domestic tourism flows to the city of Mazatlan, Sinaloa; a destination located in northwest Mexico. Representative sampling surveys were conducted during the three major holiday periods: Winter (2012), Summer (2013) and Easter week (2013). The analysis emphasizes the socioeconomic profile and motivations by demographic groups in each season. To explain the composition of the domestic market and its features, we make a diagnostic of the activity in this location during the past six years. We present a theoretical framework about the pull factors in tourism, and then we illustrated with maps the national composition of the mexican domestic tourism.

**KEYWORDS:** Tourism market. Domestic flows. Turistic profile. Mazatlan. Mexico.

## 1 INTRODUCCIÓN

En el presente artículo hacemos un diagnóstico de la estructura del mercado turístico nacional en Mazatlán, Sinaloa durante el periodo 2012-2013, entendiendo esto como la composición de los flujos de turistas nacionales de otras entidades hacia esta localidad, así como su perfil socioeconómico y demográfico. El principal objetivo de este trabajo es estructurar un mapeo regional de los flujos turísticos nacionales que arriban a Mazatlán, Sinaloa, detallando el perfil de sus participantes, durante las tres temporadas vacacionales más importantes del año: invierno, Semana Santa y verano.

Para lograr este objetivo se consultaron las cifras oficiales de afluencia turística en el estado, con el fin de analizar los flujos de los doce meses del año. El instrumento de captura de información para las diferentes variables del turista

---

<sup>1</sup> Omar Lizárraga Morales es Licenciado en Turismo, Maestro en Estudios de América del Norte y Doctor en Ciencias Sociales. En el año 2011 recibió en México el Premio Nacional de Investigación Turística a la Mejor Tesis de Doctorado. Actualmente es profesor-investigador de Tiempo Completo de la Facultad de Ciencias Sociales de la UAS y miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Correo electrónico: o\_lizarragam@hotmail.com

nacional durante el periodo 2012-2013 fue la encuesta. Mediante ésta técnica se obtuvo información sobre su perfil socioeconómico y demográfico. La encuesta se aplicó en puntos turísticos estratégicos de la ciudad. El muestreo se hizo tomando en cuenta como universo el número de turistas recibidos en la entidad durante el periodo de invierno del año 2012, y Semana Santa y verano del 2013, esto es 160,000; 200,000 y 250,000 respectivamente. Tomando un 95% de confiabilidad y 5% de margen de error, la muestra a levantar fue de 113, 132 y 152 cuestionarios.

Para explicar la composición del mercado turístico nacional en el puerto y sus características socioeconómicas y demográficas, hacemos un esbozo teórico sobre los factores de atracción de los turistas al momento de elegir el destino para practicar el turismo.

## 2 FACTORES DETERMINANTES EN LA ACTIVIDAD TURÍSTICA

Para conocer la composición del turismo en Mazatlán es necesario analizar los factores que inciden en el comportamiento del turista. Estos factores de atracción se dividen en la literatura especializada en factores internos y externos de la demanda (LONDON; DELLA, 1995; SOLOMON, 1997). Los factores internos están directamente relacionados al comportamiento del turista, es decir, aspectos psicológicos que moldean su conducta hacia un producto en específico; mientras que los factores externos se vinculan a todos aquellos agentes exógenos que el consumidor percibe tanto de su entorno como del producto demandado, ya sea aspectos económicos, culturales, sociales, políticos o geográficos.

Así, los factores internos y los externos dejan de tener combinados influyen en la decisión al momento de elegir un destino para practicar el turismo. En unos casos influirán más los aspectos cognitivos (el aprendizaje, las actitudes, etc.) en su decisión, y en otros los factores externos (la publicidad o el estilo de vida, por ejemplo).

Los determinantes económicos de la demanda pueden explicar la utilización por parte de los consumidores turistas de servicios concretos, pero hay un conjunto de variables que, según los estudios realizados por Sancho y Pérez (1995), ejerce sobre la demanda mayores efectos que los puramente económicos. Se trata de los factores de motivación, sociológicos, psicológicos, formas y estilos de vida, tiempo de ocio, nivel cultural, costumbres estacionales, creencias ideológicas y religiosas y factores demográficos poblacionales, que se explican a continuación.

*Condicionantes socioculturales.* Se incluyen dentro de este apartado factores como la edad, la profesión, el empleo, etc. Otros factores como el nivel de educación o la movilidad personal influyen positivamente en el hecho de que un individuo demande más cantidad de turismo. Así por ejemplo, a mayor educación, mayor información y

conocimiento de las oportunidades existentes. El impacto del desempleo sobre la demanda turística es obvio, como lo son las perspectivas de estabilidad en el puesto de trabajo.

*Formas y estilos de vida.* Las formas y estilos de vida y los atributos individuales de las personas –actitudes, percepciones, personalidad, experiencias y motivaciones –, dan lugar a diferentes tipos de turistas que Cohen (1974) clasifica en cuatro grandes grupos, describiendo los dos primeros como turismo institucionalizado y los dos últimos como turismo no-institucionalizado:

1. *El turista de masas organizado:* tiene poco contacto con la cultura local y busca mantener su entorno habitual en el destino de vacaciones.
2. *El turista de masas individual:* similar al anterior, aunque con un poco más de flexibilidad en sus decisiones.
3. *El explorador:* organiza su viaje independientemente, aunque buscando transporte y alojamiento confortables. Abandona el entorno habitual, pero de vez en cuando vuelve a él.
4. *El impulsivo:* no tiene ningún contacto con la industria turística, intenta abandonar su entorno de siempre, no tiene itinerario fijo y tiene contacto con las culturas que visita.

*Tiempo de ocio.* El tiempo dedicado al ocio determina asimismo la capacidad para viajar de un individuo determinado. Normalmente, a mayor tiempo libre, mayor disponibilidad para viajar, aunque esta relación sólo está muy clara en los casos extremos.

*Costumbres estacionales.* Algunos factores como las fiestas, vacaciones escolares o climatología son condiciones favorables para que los individuos decidan demandar turismo. Es por ello que los mercados turísticos se van adaptando a esta estacionalidad del negocio turístico, ofreciendo condiciones distintas para cada temporada, distinguiendo entre temporadas bajas, altas y medias.

*Creencias ideológicas, religiosas y políticas.* Son variables que condicionan la demanda de turismo en los individuos. Ejemplos de este factor son las peregrinaciones a la Meca, así como las visitas a las basílicas, santuarios, etc.

*Los factores políticos.* Las actuaciones políticas de los gobiernos pueden fomentar (creación de infraestructuras y apoyo a la industria turística por parte del gobierno central o regional, etc.) o impedir (exigencia de visado, régimen inestable, limitaciones de divisas que pueden entrar o salir de un país, etc.) el aumento de la demanda turística.

*Factores demográficos.* La demanda turística está muy relacionada con la edad del individuo (no entendida como edad cronológica, sino más bien como edad doméstica), ya que cada edad se caracteriza por una serie de preocupaciones, actividades, intereses e inquietudes, que dan forma al tipo de vacaciones elegido por cada grupo. Por otra parte, los factores demográficos, ligados

al desarrollo económico de una nación, también inciden en la capacidad para viajar. En los países desarrollados se produce lo que se conoce por paradoja del ocio, en la que queda reflejada la vida de un individuo: cuando se es joven se tiene tiempo, pero no dinero para viajar; cuando se es adulto, se tiene dinero, pero no tiempo. Las naciones en vías de desarrollo, fundamentalmente rurales, con altos índices de natalidad y de mortalidad, con jóvenes y extensas familias, se caracterizan por una baja propensión al viaje, ya que subsisten de la agricultura y sus poblaciones no tienen ni tiempo ni dinero para gastar en el turismo. Sin embargo, las naciones desarrolladas, predominantemente urbanas, con bajos índices de natalidad y de mortalidad, con un alto poder adquisitivo por parte de una población con necesidad de escapar de la urbe y con intereses diversos, se caracterizan por una alta propensión al viaje.

### 3 PROCEDIMIENTO METODOLÓGICO

Esta investigación se llevó a cabo con la siguiente metodología:

#### A) Fase de revisión de la información.

1.- Se construyó un marco teórico en torno a los mercados turísticos, para esto nos apoyamos en la bibliografía existente en la temática.

2. Se analizaron las características económicas, sociales y culturales de Mazatlán. Para ello se realizó una investigación bibliográfica, hemerográfica y documental; de la misma manera, se hizo una revisión de los resultados de otros proyectos de investigación -aun cuando no se refieran a Sinaloa-, con el fin de retomar elementos válidos aplicables a este trabajo.

3. Se consultaron las cifras oficiales de afluencia turística en el Estado, tales como la Secretaría de Turismo, con el fin de analizar los flujos durante los meses, por los últimos diez años.

#### B) Fase de diseño de instrumentos.

1. Los instrumentos de captura de información para las diferentes variables fue la encuesta. En esta fase se construyó el diseño de la misma, con el cual buscábamos información sobre el perfil de los turistas, sus gustos y preferencias en oferta turística.

#### C) Fase de trabajo de campo

1. Se aplicó la encuesta en puntos turísticos estratégicos de la ciudad. El muestreo se hizo tomando en cuenta como universo el número de turistas recibidos en la entidad durante el periodo de invierno del año 2012, y Semana Santa y verano del 2013, esto es 160,000; 200,000 y 250,000 respectivamente. Tomando un 95%

de confiabilidad y 5% de margen de error, la muestra a levantar fue de 113, 132 y 152 cuestionarios.

2. Se acudió a las Secretarías de Turismo Estatal y Federal con el fin de obtener información confiable sobre el número de turistas.

#### D) Fase de procesamiento

1. En esta fase de diseño, construyó y validó una base de datos de turismo en el municipio.

2.- Se analizó la imbricación de los flujos turísticos.

3.- Se interpretó la información recopilada en la base de datos y se establecieron los esquemas de la dinámica turística.

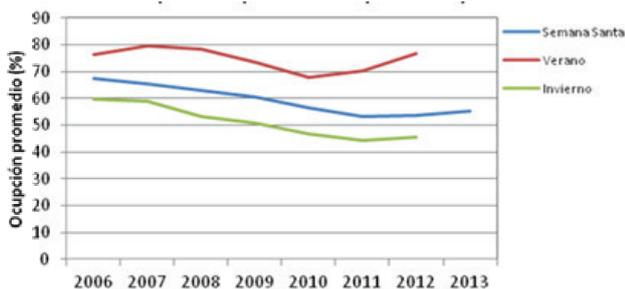
4. Se construyeron mapas ilustrativos con los flujos turísticos y se analizaron para dar explicación detallada.

### 4 COMPORTAMIENTO DE LA ACTIVIDAD TURÍSTICA EN MAZATLÁN

De acuerdo a la Secretaría de Turismo en su portal Datatur (<http://datatur.sectur.gob.mx/>), tenemos que la ocupación promedio en Mazatlán durante el año 2012 fue de 47.52%, siendo ligeramente superior al del año anterior (47.35% en 2011), sin embargo durante los últimos 8 años el porcentaje de ocupación hotelera ha mantenido un crecimiento promedio negativo de -0.4%. A pesar de la tendencia a la baja de los últimos años de la ocupación hotelera, se observa un punto de inflexión a partir de 2011, que va acompañado de una ligera recuperación de la crisis económica del 2008, con lo cual es de esperarse que en los próximos años la función de la ocupación tenga un comportamiento positivo.

Al desplegar la ocupación de acuerdo a las diversas temporadas del año que corresponden a los periodos vacacionales (invierno, semana santa y verano), observamos que en los últimos 8 años existe un comportamiento diferente entre éstas tres temporadas: en la temporada de verano se han presenten los niveles más altos en ocupación hotelera (74.65% de ocupación promedio), además de que a partir de 2011 presenta crecimiento positivo; mientras que en los meses en donde se programan las vacaciones de semana santa (en marzo y abril se registra 59.37% % de ocupación promedio) e invierno (51.26% % de ocupación promedio) cuentan con un comportamiento similar a la ocupación general con una ligera recuperación a partir de 2011.

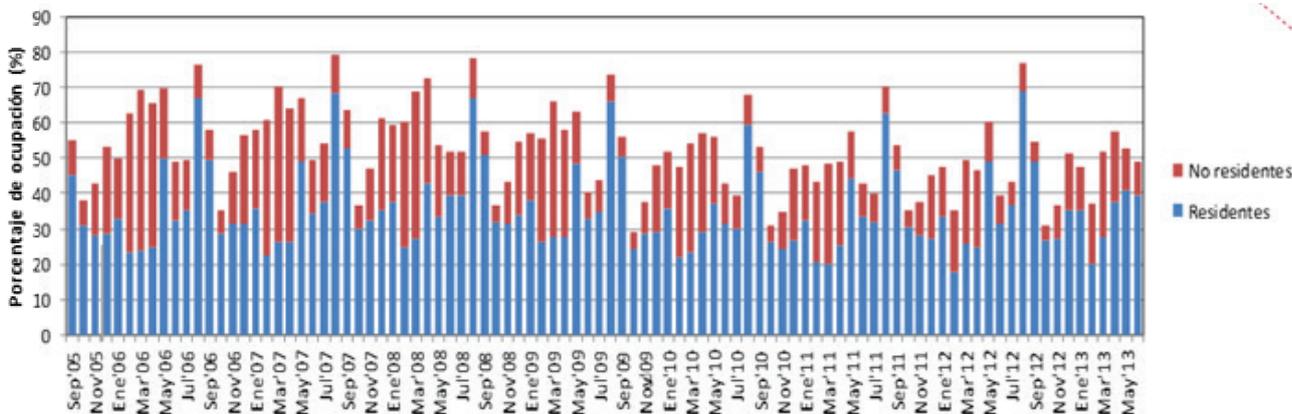
**Gráfica 1: Ocupación (hotelera) promedio por temporada.**



**Fuente:** Elaboración propia con datos obtenidos en DataTur. Secretaría de Turismo. Mayo 2013.

Al analizar la afluencia de turistas de acuerdo a temporada del año, tenemos que durante el mes de agosto se presentan los niveles más altos de ocupación promedio; cabe destacar que durante los días de Semana Santa, los niveles de ocupación alcanzan niveles de hasta el 100%, sin embargo esto solo se da durante una semana; mientras que el resto del mes los niveles de ocupación permanecen con niveles por debajo de la media lo que hace que el promedio de los meses en los que se establece la Semana Santa (marzo o abril) ronde entre el 60% al 70%, sin alcanzar los niveles del mes de agosto.

**Gráfica 2: Porcentaje de ocupación por tipo de turista.**



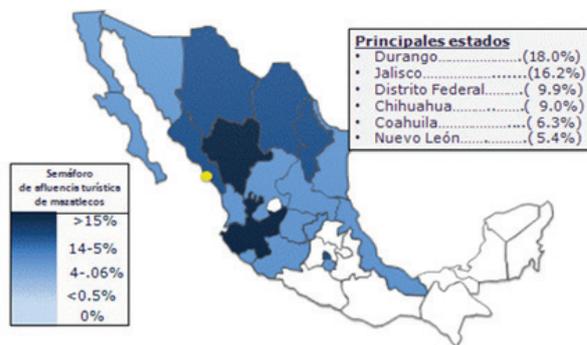
**Fuente:** Elaboración propia con datos obtenidos en DataTur. Secretaría de Turismo. Mayo 2013.

#### 4.1 FLUJO Y PERFIL DEL TURISMO EN TEMPORADA DE INVIERNO (2012)

Haciendo un análisis detallado de la composición del turismo en cada una de las temporadas altas del año en Mazatlán, encontramos primeramente en la temporada invernal que las principales ciudades de donde provienen los visitantes son originarios principalmente de Durango y Jalisco; en menor medida

del Distrito Federal, Chihuahua, Coahuila y Nuevo León.

**Mapa 1: Entidades de origen de los turistas nacionales de invierno en Mazatlán.**



**Fuente:** Elaboración propia con base en información de la encuesta aplicada en invierno (2012).

Se observa que Mazatlán es considerado como un destino potencial para los turistas del norte del país mientras que, a excepción del Distrito Federal, los turistas de los estados del centro y sur no consideran a Mazatlán una opción para sus vacaciones, influenciados principalmente por la cercanía a otros destinos de playa importantes como Cancún, Acapulco y Veracruz.

De acuerdo a nuestra encuesta, el promedio de edad de los entrevistados es de 38 años, siendo el rango de entre 30 a 39 años el rango de edad donde se concentra la edad de los visitantes en invierno. El 63% de los turistas nacionales son empleados, seguido del 18% que son trabajadores independientes y 6.7% que son empleadores o propietarios. El nivel de escolaridad promedio entre los visitantes de Mazatlán durante la temporada de invierno es de nivel profesional ya que 65% de los entrevistados cuenta con carrera profesional terminada o posgrado como máximo grado de escolaridad.

En esta temporada de invierno, el 25% de los entrevistados tiene un ingreso inferior a \$5,000 pesos (menos de 848 reales), seguido del 17% de los entrevistados

que tienen un ingreso entre \$5,001 a \$8,000 (entre 849 y 1356 reales). El 14% de los entrevistados tiene un ingreso superior a \$30,000 pesos (superior a 5,087 reales).

Mazatlán, al no contar con numerosas rutas aéreas, es de esperarse que el avión no sea el principal medio de transporte para llegar a Mazatlán; pues el automóvil o el autobús son los medios de transporte más utilizados por los visitantes de invierno. En promedio los visitantes a Mazatlán se hospedan 6 días, el 32% se hospeda de 1 a 3 días, es decir por un fin de semana, mientras que 40% se hospeda durante una semana y 13% se hospeda por más de 10 días.

El promedio del tamaño de los grupos de visitantes durante invierno es de 5 integrantes, lo cual puede entenderse a que son familias conformadas por la pareja y sus hijos. En relación al lugar donde se hospedan, 87% de los entrevistados se hospeda en hoteles, mientras que 9% llega con familiares y el 4% restante llega a otro tipo de locaciones como moteles, casas rodantes o cuentan con casa propia. El 79% de los entrevistados mencionaron que es la primera vez que visitan Mazatlán en el año, mientras que 21% ha visitado Mazatlán en más de una ocasión en el año.

Sobre los principales aspectos que influyeron en la toma de decisión de Mazatlán como destino, el hecho de que sea un destino de playa y sol es la principal razón por la que los turistas vienen, seguido de la percepción que se tiene sobre el trato amable de las personas locales, seguido por considerarlo un destino tranquilo o por visitar a un familiar.

En relación a los gastos, en promedio los visitantes gastan \$5,024 pesos diarios (852 reales), de los cuales la mitad se destina al hospedaje (50%), seguido de los gastos realizados para actividades de recreación (14%) y el gasto en alimentos (14%) y otros gastos (22%).

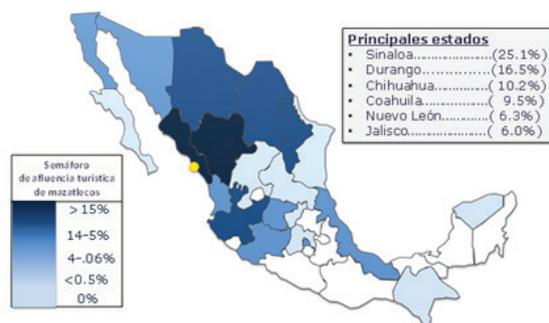
## 4.2 FLUJO Y PERFIL DEL TURISMO EN TEMPORADA DE SEMANA SANTA (2013)

Las principales ciudades de donde provienen los visitantes a Mazatlán en temporada de Semana Santa son originarias principalmente de Sinaloa y Durango debido a su proximidad con el puerto de Mazatlán; seguido de turistas originarios de los estados del norte como Chihuahua y Coahuila los cuales, con la apertura un nuevo tramo de la autopista Mazatlán-Durango, han encontrado rutas más accesible para llegar al destino por vía terrestre.

### Mapa 2: Entidades de origen de los turistas nacionales

### de Semana Santa en Mazatlán.

Fuente: Elaboración propia con base en información de la



encuesta aplicada en Semana Santa (2013).

Al igual que en la temporada de invierno, prevalece la poca participación de la afluencia turística en Mazatlán de visitantes del centro y sur del país.

El promedio de edad de los entrevistados es de 32 años, siendo el rango de entre 18 a 29 años el rango de edad donde se concentra el grueso de la edad (57.6%) de los visitantes durante Semana Santa. El 53% de los turistas son empleados, seguidos del 18% que son trabajadores independientes y 17% que son estudiantes.

En relación al nivel de escolaridad, en Semana Santa 61% de los entrevistados dijo contar con carrera profesional mientras que 5% mencionó contar con maestría; el 4% de los entrevistados tiene primaria como nivel máximo de escolaridad. El 23% de los encuestados tiene un ingreso menor a \$5,000 pesos mensuales, seguido del 24% con un ingreso mensual de \$5,001 a \$8,000 pesos.

El automóvil es el principal medio de transporte utilizado por los turistas para llegar a Mazatlán, característica que va acompañada que gran parte de los visitantes provienen de ciudades cercanas al puerto por lo cual les es más fácil desplazarse por en automóvil particular.

Durante Semana Santa, en promedio los visitantes de Mazatlán se hospedan 5 días, el 48% se hospeda de 4 a 5 días, mientras que 28% se hospeda de 1 a 3 días y 23% lo hace durante una semana o más. En relación al lugar donde se hospedan, 64% de los entrevistados se hospeda en hoteles, mientras que 16% llega con familiares, 6% llega a casa propia y el 14% restante llega a otro tipo de locaciones como moteles, bungalós o casas rodantes.

Sobre los principales aspectos que influyeron en la toma de decisión de Mazatlán como destino, el hecho de que sea un destino de playa y sol es la principal razón por la que los turistas vienen, seguido por las atracciones que ofrece en la vida nocturna como antros, bares y restaurantes. Esto puede estar relacionado al hecho de que en ésta temporada los visitantes suelen ser jóvenes que buscan este tipo de características en un destino turístico.

El gasto promedio diario de los turistas en Semana Santa es de \$3,821, siendo el hospedaje el principal gasto ya que representa el 40% del total, seguido de las

actividades de recreación (16%), los alimentos (16%) y otro tipo de gastos (28%).

### 4.3 FLUJO Y PERFIL DEL TURISMO EN TEMPORADA DE VERANO (2013)

Las principales ciudades de donde provienen los visitantes a Mazatlán en verano son originarias principalmente de Sinaloa, Chihuahua y Coahuila, éstos dos últimos presentan una tendencia de crecimiento respecto a la afluencia turística en semana santa.

#### Mapa 3: Entidades de origen de los turistas nacionales de verano en Mazatlán.

Fuente: Elaboración propia con datos obtenidos en DataTur.



Secretaría de Turismo. Mayo 2013.

Como se puede observar en el mapa, el origen de los visitantes a Mazatlán se concentra en la región norte del país, así como ciudades que a lo largo del tiempo han formado redes sociales con Mazatlán como son las ciudades de Jalisco, Sonora y Nayarit.

El promedio de edad de los entrevistados es de 35 años, siendo el rango de entre 18 a 29 años el rango de edad donde se concentra la edad de los visitantes durante la verano. En relación al nivel de escolaridad, en verano 49% de los entrevistados dijo contar con carrera profesional mientras que 3% mencionó contar con posgrado; el 6% de los entrevistados tiene primaria como nivel máximo de escolaridad y 2% no cuentan con escolaridad.

El 54% de los turistas encuestados son empleados, seguidos del 16% que son amas de casa y 13% que son estudiantes. El 14% de ellos tiene un ingreso menor a \$5,000, seguido del 29% con un ingreso mensual entre \$5,000 a \$8,000 pesos. El 32% tiene un ingreso mensual entre \$8,001 a \$15,000 pesos.

En la temporada de verano se incrementa el número de visitantes que llegan al destino por autobús incentivados principalmente a las promociones que se ofrecen durante dicha temporada, por lo tanto el número de visitantes que llega por autobús es similar a los que llegan en vehículo particular. El avión sigue siendo un medio de transporte que

es utilizado por pocos visitantes al no contar causado por la poca oferta aeroportuaria y a los altos costos del pasaje.

La estancia promedio durante la temporada de verano es de 4.5 días, 54% de los entrevistados se hospedaron en un período de 4 a 5 días, 35% en un período de 1 a 3 días y el 11% se hospedaron durante 6 o más días. En relación al lugar donde se hospedan, 75% de los entrevistados se hospeda en hoteles, mientras que 9% llega con familiares, 3% llega a casa propia y el 13% restante llega a otro tipo de locaciones como moteles, bungalós o casas rodantes.

Mazatlán es un destino identificado por sus playas, por lo tanto el principal factor entre los visitantes para elegir a Mazatlán como destino turístico es el entorno de sol y playa que ofrece el puerto, seguido de la vida nocturna que ofrecen los bares y restaurantes de la zona dorada, marina y centro histórico. Poco influye en la toma de decisión la recomendación de familiares o amigos sobre el destino y los atractivos deportivos que pueden encontrarse en el puerto.

El gasto promedio diario de los turistas en verano es de \$4,114, siendo el hospedaje el principal gasto ya que representa el 38% del total, seguido de las actividades de recreación (16%) y los alimentos (16%).

### 4.4 COMPARATIVO ENTRE TEMPORADAS DE INVIERNO, SEMANA SANTA Y VERANO.

Una de las diferencias entre los turistas que visitan Mazatlán durante las distintas temporadas del año se encuentra en sus características demográficas, ya que durante la temporada de Semana Santa se observa mayor concentración de jóvenes entre 18 a 29 años con un promedio de 32 años de edad, caso contrario en la temporada invernal en que el promedio de edad de los turistas es de 38 años y en verano 36 años. Este comportamiento se debe a que durante Semana Santa las campañas promocionales para los visitantes van dirigidas a consumidores más jóvenes, mientras que las temporadas de invierno y verano van dirigidas a familias con un mayor ingreso.

En relación a la ocupación del entrevistado, predomina en las tres temporadas los turistas que son empleados y aprovechan un período vacacional para realizar sus viajes; se destaca que durante las vacaciones de verano se incrementa el número de amas de casa y estudiantes entre los visitantes.

La mayor parte de los turistas cuentan con licenciatura o ingeniería como nivel máximo de estudios, siendo en verano donde se presenta la participación más baja de éstos (49% de los encuestados).

En la temporada de invierno el promedio del ingreso mensual de los visitantes es de \$14,560 pesos siendo la más alta en relación a otras temporadas; en verano el

promedio del ingreso mensual es de \$12,735 y en semana santa se registra el promedio más bajo con \$11,737.

Se observan claras tendencias en el movimiento del origen de los visitantes a Mazatlán, en el caso de los turistas del mismo estado, éstos presentan una importante participación en la afluencia turística en Mazatlán durante todo el año pero toma aún más representatividad durante Semana Santa. Chihuahua y Coahuila muestran un desplazamiento uniforme conforme transcurre el año, ya que la afluencia turística incrementa al aproximarse el verano y disminuye en invierno, lo cual puede significar que los turistas que vienen de éstos estados buscan sol y playa dentro del destino. Los turistas originarios de Jalisco, Distrito Federal y Durango participan de forma importante en la afluencia de la temporada invernal, sin embargo durante las temporadas cálidas de Semana Santa y verano su participación es menor. El comportamiento de los visitantes de Nuevo León es más constante, lo cual puede significar que son indiferentes a la temporada en la que deciden visitar Mazatlán.

El uso de los medios de transporte se encuentra en función de las distancias y la disponibilidad de rutas y vías de acceso; es por esto que se puede observar como en invierno es cuando se registra la participación más alta en el año de turistas que llegan por avión debido a que también los visitantes llegan de ciudades más alejadas de los estados de Jalisco, Nuevo León y el Distrito Federal. Bajo éste mismo criterio se aprecia que durante Semana Santa se incrementa el número de visitantes que llegan por vehículo particular al provenir de ciudades cercanas de los estados de Sinaloa y Durango principalmente.

Durante la temporada de invierno se registra la participación más alta de turistas que se hospedan en hoteles; mientras que en Semana Santa, al ser visitantes más jóvenes no cuentan con suficiente solvencia económica y optan por otro tipo de hospedaje como llegar a casa de familiares.

La duración de la temporada vacacional no es un factor determinante que influya en la duración de la estadía de los visitantes ya que la temporada de verano, un período vacacional de más de 4 semanas, presenta el promedio más bajo de estadía con 4.5 días; mientras que en semana santa que dura de una a dos semanas, presenta un promedio de 5 días y en invierno con una duración de 3 semanas, registra el promedio más alto de 6 días de estancia.

Durante las tres principales temporadas vacaciones destaca que el principal factor de atracción de Mazatlán para los turistas es que lo consideran un destino de sol y playa; la vida nocturna toma mayor relevancia durante Semana Santa y verano, mientras que en invierno éste aspecto es superado por los turistas que prefieren la tranquilidad del destino.

Siguiendo la tendencia de que invierno presenta el promedio de estancia más largo y el grupo de visitantes

con más integrantes, en ésta temporada es también en la que los turistas gastan más, el gasto promedio diario se encuentra en \$5,024, siendo 31% más que gastado en semana santa (\$3,821) y 22% que en verano (\$4,114). Ésta diferencia se debe principalmente a la diferencia de precios en el hospedaje.

## 5 CONCLUSIONES

Al analizar la actividad turística en Mazatlán, Sinaloa tenemos que las principales temporadas del año en que el puerto recibe un mayor número de visitantes nacionales es durante la temporada de invierno, comprendida esta como el periodo vacacional del mes de diciembre, así como las temporadas de Semana Santa (mes de abril) y verano (meses de julio-agosto). Por lo que se puede afirmar que Mazatlán es un destino turístico básicamente estacional.

De acuerdo al análisis que hicimos de los flujos de turistas que arriban a Mazatlán, durante estas temporadas del año, encontramos que el turismo proveniente del mismo estado de Sinaloa es un segmento importante para la actividad en Mazatlán. Encontramos también que de manera general el turismo de Semana Santa es más joven y de menos poder adquisitivo que los visitantes de las otras dos temporadas.

Con la información recopilada en las encuestas sobre el perfil y factores de atracción de los visitantes, podemos concluir que el mercado turístico nacional en Mazatlán es influido por factores internos y externos.

Como externos, identificamos que la ubicación geográfica es un factor determinante en el mercado turístico de Mazatlán, principalmente en las temporadas de Semana Santa y verano, pues en estos periodos, los turistas son principalmente provenientes del mismo estado, seguido de entidades de la región norte de México y cercanas a Mazatlán, tales como Durango, Chihuahua y Coahuila. En el caso de la temporada de invierno, la cercanía geográfica no es un factor determinante, pues los turistas son provenientes de entidades más alejadas.

Lo económico que es el destino, en comparación con otros sitios turísticos de sol y playa de la región, es otro factor externo que influye en la elección de los turistas, pues como apreciamos en el trabajo de campo, el grueso de la población encuestada en invierno y semana santa, tiene un ingreso de entre 5 y 8 mil pesos mensuales. Sólo en verano se captó un turismo con ingreso de entre 8 y 15 mil pesos mensuales.

La existencia de redes sociales y familiares es otro factor externo que identificamos, pues un buen porcentaje de los turistas que llegan en las tres temporadas del año, se hospedan en casa de familiares (9% en invierno, 16% en semana santa y 9% en verano).

En las tres temporadas del año el clima, la playa y la infraestructura turística de Mazatlán se identifican como el factor externo más importante en la toma de decisión para

visitar turísticamente el puerto. Los factores internos que identificamos como atracción Mazatlán, son la satisfacción del mismo turista en visitas anteriores, la percepción de tranquilidad, seguridad y amabilidad de la comunidad anfitriona.

#### BIBLIOGRAFÍA

DATATUR. Secretaría de Turismo, 2013. Disponible en: <<http://datatur.sectur.gob.mx/>>. Asesado en: mayo 2013.

LIZARRAGA, O. El Centro Historico de Mazatlán y los estadounidenses como actores urbanos. In: SANTAMARÍA et al. *Nací de aquí muy lejos*. Universidad Autónoma de Sinaloa, Culiacán, 2006.

----- . *La importancia del turismo internacional de jubilados: la migración de retirados en Mazatlán*. Jorale Editores y Universidad Autónoma de Sinaloa. México, 2008.

----- . *La transmigración plancentera: movilidad de estadounidenses a México*. UAS e IPN. México, 2012.

LONDON, D. L.; DELLA, A. J. *Comportamiento del consumidor: conceptos y aplicaciones*. McGraw-Hill. México, 1995.

SANCHO, A.; PÉREZ, J. M. Tourism demand in Spain: A Panel Data Analysis. *Tourism and Travel Econometric, XLV International Conference of Applied Econometrics. Proceedings....*, Suiza, 1995.

SANTAMARÍA, A. *El nacimiento del turismo en Mazatlán*. UAS. Mazatlán, 2002.

SANTAMARÍA, A.; BARBOSA A. *Estudio comparativo de playas: Mazatlán, Acapulco, Cancún y Los Cabos*. Universidad Autónoma de Sinaloa, Culiacán, 2006.

SOLOMON, M. R. *Comportamiento del consumidor: comprar, tener y ser*. Prentice Hall. México, 1997.

*Recebido em 25 de abril de 2013.  
Aprovado, em sua versão final, em 14 de agosto de 2013.  
Artigo avaliado anonimamente por pares.*

# Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: Um Estudo de Caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro.

Thais Rosa Pinheiro<sup>1</sup>

---

## Resumo

O turismo de base comunitária se caracteriza pela participação da comunidade no desenvolvimento da atividade turística, contribui para a valorização da identidade local e preservação do território. É uma alternativa ao modelo de turismo tradicional, que quando voltado somente para o crescimento econômico, afeta os destinos receptores, excluindo a cultura local. Tem como proposta o conceito de desenvolvimento sustentável, que aplicado ao turismo contribui também para a geração de emprego e renda para as comunidades receptoras. Possui desafios socioeconômicos e ambientais que remetem a necessidade de propiciar melhores condições de vida a comunidade local. O objetivo geral deste artigo é, a partir de um estudo de caso, propor um conjunto de indicadores de sustentabilidade para monitoramento da atividade turística no quilombo do Campinho da Independência e resalta a importância de incluir áreas quilombolas dentro do setor censitário do IBGE. Apresenta como metodologia um estudo bibliográfico que busca identificar um conjunto de indicadores para a atividade turística, incorporados dentro das dimensões da sustentabilidade com base nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e referencial teórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo base comunitária, Indicadores, Quilombo.

## INDICATORS FOR THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF TOURISM BASED COMMUNITY: A CASE STUDY OF THE COMMUNITY OF QUILOMBO CAMPINHO OF INDEPENDENCE, PARATY, RIO DE JANEIRO.

---

## Abstract

The community-based tourism is characterized by community participation in the development of tourism, contributes to the enhancement of local identity and preservation of the territory. It is an alternative to traditional tourism model, when facing only for economic growth, affects the destinations receptors, excluding the local culture. Proposal is the concept of sustainable development, which applied to tourism also contributes to the generation of employment and income for the receiving communities. Has socioeconomic and environmental challenges that underscore the need to provide better living conditions to the local community. The aim of this article is from a case study, propose a set of indicators for monitoring sustainability of tourism in the Quilombo do Campinho da Independência and underscores the importance of including areas within the IBGE census. Presents as a bibliographical study methodology that seeks to identify a set of indicators for tourism, embedded within the dimensions of sustainability based on Sustainable Development Indicators (SDIs) and theoretical.

**KEYWORDS:** Tourism based community. Indicators. Quilombo.

## INDICADORES PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE DEL TURISMO BASADO EN LA COMUNIDAD: UN ESTUDIO DE CASO DE LA COMUNIDAD QUILOMBO DEL CAMPO DE LA INDEPENDENCIA, PARATY, RÍO DE JANEIRO.

---

## Resumen

El turismo comunitario se caracteriza por la participación de la comunidad en el desarrollo del turismo, contribuye a la mejora de la identidad local y la conservación del territorio. Es una alternativa al modelo turístico tradicional, que cuando se centra sólo en el crecimiento económico, afecta a los receptores de los destinos, con exclusión de la cultura local. La propuesta es el concepto de desarrollo sostenible, que se aplica al turismo también contribuye a la generación de empleo e ingresos para las comunidades de acogida. Tener retos socioeconómicos y ambientales que ponen de relieve la necesidad de proporcionar mejores condiciones de vida para la comunidad local. El propósito de este trabajo es de un estudio de caso, proponer un conjunto de indicadores de sostenibilidad para el seguimiento de turismo en Quilombo del Campo Independencia y subraya la importancia de incluir las zonas cimarrones

---

<sup>1</sup> Mestranda da Pós Graduação em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO e bolsista Capes. Formada em Biblioteconomia e Turismo, com Especialização em Economia, Turismo pela UFRJ e Cultura e Análise Ambiental e Gestão do Território pela ENCE/IBGE.

dentro de la sección censal IBGE. Metodología presenta como un estudio bibliográfico que busca identificar un conjunto de indicadores para el turismo, incrustado dentro de las dimensiones de la sostenibilidad sobre la base de indicadores de desarrollo sostenible (IDS) y el marco teórico.

**PALABRAS-CLAVE:** El turismo comunitario, Indicadores, Quilombo.

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é um dos segmentos da economia que mais cresce no Brasil e no mundo, é relevante para geração de divisas, trabalho, emprego e renda. É, entretanto, um fenômeno que se desenvolve coordenado pelo mercado e interesses de grandes capitais nacionais e internacionais, sem considerar de maneira apropriada, os demais atores sociais envolvidos no processo de organização da atividade turística (BARRETO, 2000).

Para Krippendorf (2011), poucos chamam a atenção para eventuais repercussões negativas do turismo, apenas se preocupam com rendimentos, trabalho e melhoria da qualidade de vida. Para Irving (2006), as comunidades receptoras não se beneficiam do crescimento do turismo mundial, pois poucos benefícios são efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local.

A criação do Ministério do Turismo em 2003 representou uma mudança nas políticas públicas, que passaram a reconhecer a atividade como um dos indutores do desenvolvimento local. O Plano Nacional de Turismo (PNT) de 2007-2010 propôs a descentralização da gestão turística e fomento à participação e inclusão social, reconhecendo o Turismo como uma atividade que pode revitalizar a identidade local e complementar a renda de comunidades.

Em 2008, foi proposto um Edital para Seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária, através do MTUR. O Quilombo do Campinho da Independência foi selecionado com o projeto “Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região da Costa Verde”, e recebeu recursos com o objetivo de estruturar e qualificar produtos e serviços turísticos por meio da valorização e resgate dos saberes e fazeres tradicionais e do desenvolvimento do turismo de base comunitária (Ministério do Turismo, 2010).

Desta forma, O estudo de caso teve como objeto o Quilombo do Campinho da Independência, um dos primeiros a desenvolver seu próprio projeto de turismo de base comunitária.

O objetivo geral desse estudo é propor um conjunto de indicadores de sustentabilidade para as iniciativas de turismo de base comunitária. Utilizará indicadores de qualidade de vida e preservação ambiental, a partir da abordagem proposta pelos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) e do referencial teórico de Fabrino, Costa e Nascimento (2012), além de ressaltar a delimitação de áreas quilombolas em setores censitários.

## 2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Os indicadores “são componentes que fornecem informações indispensáveis para a compreensão do mundo, para tomada de decisões e para planificação de ações” (MEADOWS, 1998, p. 1). Segundo TUNSTALL (1994 apud BELLEN, 2006), as principais funções dos indicadores são: avaliações de condições e tendências; comparação entre lugares e situações; prover informações de advertências e, antecipar futuras condições.

Assim, através da utilização de indicadores, têm surgido diversas propostas de sistemas para a análise adequada da sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005) aponta como componente central no processo de planejamento e gerenciamento turístico, a definição e uso de indicadores de sustentabilidade, o que torna possível monitorar e alterar as políticas públicas.

Sendo assim, a identificação e escolha desses indicadores são etapas relevantes para a análise da sustentabilidade turística. A partir deles é possível gerar um conjunto de informações sobre o grau da sustentabilidade turística de uma iniciativa e subsidiar o processo de tomada de decisão dos diversos atores envolvidos no seu planejamento sustentável.

A OMT (2005) afirma que os indicadores devem ser determinados de acordo com as necessidades e prioridades locais e recomenda os seguintes para avaliar a sustentabilidade do turismo: satisfação local com o turismo; efeitos do turismo nas comunidades; satisfação sustentável do turista; sazonalidade do turismo; benefícios econômicos do turismo; gerenciamento da energia; disponibilidade e consumo de água; qualidade da água de beber; tratamento de esgoto; gerenciamento de resíduos sólidos; controle de desenvolvimento (lixo); controle da intensidade do uso.

### 2.1 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (IDS)

Segundo o IBGE, os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) são instrumentos essenciais para identificar variações, comportamentos, indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Mensuram a qualidade ambiental, a qualidade de vida da população, o desempenho econômico e a governança para o desenvolvimento sustentável (IBGE, 2012).

Abrangem as dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica e político-institucional.

- (a) Dimensão ambiental está relacionada aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente.
- (b) Dimensão social corresponde aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social.
- (c) Dimensão econômica trata de questões relacionadas ao uso e esgotamento dos recursos naturais, bem como a produção e gerenciamento de resíduos, uso de energia, e sua ligação como o desempenho macroeconômico e financeiro do país.
- (d) Dimensão político-institucional diz respeito à orientação política, capacidade e esforço despendido por governos e pela sociedade na implementação das mudanças requeridas para um desenvolvimento efetivamente sustentável.

### 3 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O modelo predatório de crescimento do turismo que valoriza apenas aspectos econômicos em detrimento da preservação do local e de seus receptores esgota os recursos naturais, colocando em risco as comunidades locais. Esse fator favoreceu a formulação de propostas, conceitos e maneiras alternativas de se pensar o turismo que incluem também o núcleo receptor e seus respectivos atores.

Para Bartholo (2009), o turismo de base comunitária pode representar uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo no Brasil e que através de suas especificidades, as comunidades podem apresentar ao mundo e ao país uma diversidade conhecida por poucos, ajudando a aliar conservação ambiental e valorização cultural.

Desta forma, o processo de planejamento da atividade turística deve considerar a democratização de oportunidades e benefícios, além da configuração de um novo modelo de implementação de projetos centrados em parceria, co-responsabilidade e participação (IRVING, 2006).

O Turismo de Base Comunitária foi inserido pelo Ministério do Turismo como um segmento turístico e passou a ser considerado um indutor do desenvolvimento local e gerador de emprego e renda.

Hiwasaki (2006, p. 677) apud Bartholo (2011) define TBC como um conjunto de atividades que devem objetivar, primeiramente, a capacitação dos membros comunitários e a apropriação de meios de produção e de consumo que se dará por meio do empoderamento da comunidade local e da participação ampliada desses agentes no planejamento e na gestão das atividades turísticas.

As atividades devem estar voltadas a conservação dos recursos naturais da localidade, seguidas de ações que potencializem o desenvolvimento econômico e social na área protegida, que favoreçam a conscientização de turistas para questões sociais e ambientais do local.

Segundo Sansolo e Bursztyn (2009), a conservação ambiental, valorização da identidade cultural e geração de benefícios diretos para as

comunidades receptoras são os componentes sustentadores do TBC.

Porém, existem alguns desafios referentes ao turismo de base comunitária como a participação efetiva da comunidade local. A participação exógena também existe nos projetos de turismo de base comunitária, mas se não houver motivação dentro da comunidade e faltar desejo dos grupos sociais em se expressar, não ocorrerá contribuição para o desenvolvimento local. “Não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais” (IRVING, 2009, p. 112).

O desafio para o turismo de base comunitária é se inserir num mercado que cada vez mais valoriza iniciativas alternativas que sejam geradoras de emprego, que favoreçam a preservação do meio ambiente e da identidade local. As comunidades receptoras têm como diferencial sua história, e sua hospitalidade e o jeito de acolher o visitante é o seu maior atrativo.

### 4 ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNIDADE DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

O Quilombo do Campinho da Independência está localizado no estado do Rio de Janeiro, no município de Paraty. Foi fundado por três ex-escravas que receberam terras como doação do antigo senhor e lá fixaram seus descendentes. Atualmente possui cerca de 120 famílias e ocupa uma área de 287, 94 ha. Reconhecida pela sua biodiversidade e beleza cênica.

A Associação de Moradores do Campinho (AMOC), fundada em 1994, é responsável por mobilizar a comunidade e articular parcerias que estruturaram o Campinho e seu projeto de TBC.

Foi selecionado o projeto “Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região da Costa Verde”, pelo edital promovido pelo Ministério do Turismo de fomento ao turismo de base comunitária em 2008.

O objetivo desse projeto era estruturar e qualificar produtos e serviços turísticos por meio da valorização e resgate dos saberes e fazeres tradicionais e do desenvolvimento do turismo de base comunitária (MTur, 2010). Para o desenvolvimento do projeto de turismo foram necessárias ações de resgate a cultura, culinária e dança, através de intercâmbio com outros quilombos.

O resgate de saberes e tradições valorizou a identidade e a cultura quilombola. Conforme a SEPPIR (2008) “as manifestações das pessoas e dos grupos permaneceram espontâneas, pois estas são vivenciadas de fato, arraigadas a história da própria comunidade”.

A infraestrutura turística vem se desenvolvendo há alguns anos na comunidade, com o crescimento de ofertas de hospedagem, como quartos e um camping. A pousada ainda

está em construção. Possui um restaurante comunitário que é bastante procurado por turistas, onde é servido a culinária quilombola como peixe de rio com farofa de banana da terra, vaca atolada, além da tradicional feijoada.

Este pode ser visualizado nas figuras (3.1) e (3.2), abaixo:



**Figura 3.1:** Restaurante do Quilombo  
**Fonte:** Autora, 2011.



**Figura 3.2:** Comida do Quilombo  
**Fonte:** Autora, 2011.

Atualmente o quilombo desenvolve seu roteiro turístico onde Griôs, ou seja, as pessoas mais velhas, detentoras dos saberes e histórias dos antepassados, apresentam a sua origem e a luta pela titulação da terra. Por fim, é feita a visita conduzida por um guia local que apresenta o quilombo, os núcleos familiares, o viveiro florestal, a casa de farinha e a casa de artesanato.

O artesanato quilombola é confeccionado com a utilização de palha, bambu, sementes e cipó, retirados do próprio local, onde são feitos móveis, pufes, bolsas e artigos de decoração.

É oferecido ao visitante uma oficina de cestaria, onde se aprende a trançar a palha e a fabricar seu próprio cesto.

Na figura (3.3), abaixo, pode ser observado o artesanato local:



**Figura 3.3:** Artesanato do Quilombo  
**Fonte:** Autora, 2011.

No quilombo existe a possibilidade de aprender a dançar ou cantar em uma oficina de Jongo, uma dança de origem africana, executada com acompanhamento de três tambores.

Abaixo, pode ser observado na figura (3.4), o Jongo:



**Figura 3.4:** Jongo  
**Fonte:** <http://fronteirasimaginarias.org/node/158>

O turismo de base comunitária ajudou a valorizar e a promover os bens materiais e imateriais desta cultura, gerou maior inclusão social e desenvolvimento econômico a partir do resgate de referências culturais, entretanto, o Campinho ainda enfrenta diversos desafios rumo à sustentabilidade.

Abaixo, pode ser visualizado na figura (3.5), uma visita com os guias locais:



**Figura 3.5:** Visita com Guias Locais  
**Fonte:** Autora, 2011.

Durante o estudo de campo, percebeu-se que a atividade turística foi planejada e executada a partir da participação comunitária, mas que a população não estava inteiramente engajada, havendo maior participação entre os jovens – a camada mais educada da população.

Houve uma capacitação para que os jovens da comunidade ministrassem as oficinas de jongo, porém, existem poucas oportunidades de qualificação para que estes jovens atuem na gestão da atividade turística. Uma parcela muito pequena da comunidade vive somente da atividade turística, do restaurante comunitário e da venda de artesanato local, que é comercializado através da loja de artesanato comunitária. A maior parte da comunidade não participa das reuniões da AMOC, sendo eles os principais responsáveis pelas tomadas de decisões.

O Quilombo do Campinho da Independência apresenta como diferencial turístico sua cultura e história, mas a comunicação com a demanda turística nacional e internacional é deficitária. O acesso à internet e telefone são limitados.

O Quilombo ainda necessita de infraestrutura básica, como iluminação, coleta de lixo, sinalização e trilhas.

Apesar dos desafios que enfrenta para atingir a sustentabilidade, é inegável que a atividade turística do Quilombo do Campinho se consolidou em Paraty. É citado no calendário de eventos da cidade no dia da cultura negra, e é oferecido como roteiro pela principal agência de turismo da cidade, além da procura por escolas do Rio e de São Paulo como subsídio ao ensino da cultura africana.

#### 4.1 LIMITAÇÃO DE DADOS SECUNDÁRIOS OFICIAIS EM ESCALA LOCAL

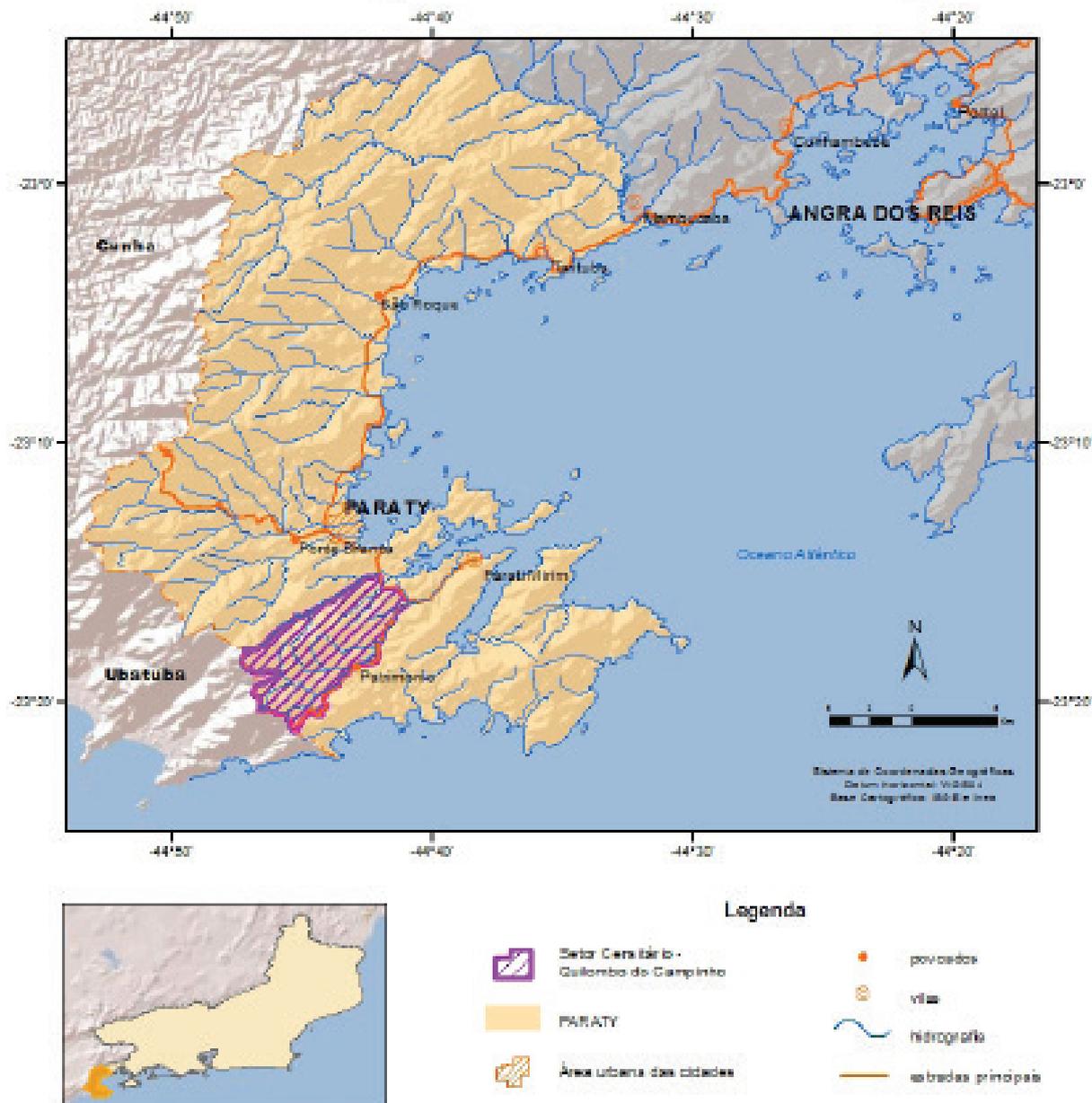
A pesquisa pretendia utilizar a base de dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE para elaboração e uso de indicadores para o turismo de base comunitária na comunidade do Campinho da Independência.

Seria possível analisar a infraestrutura local, a condição de vida da comunidade e a qualidade ambiental, dentro das dimensões da sustentabilidade. Porém, ao longo da pesquisa, foram identificadas limitações no uso de dados do censo do IBGE.

Um problema decorre da dimensão espacial do setor censitário (nº: 330380710000010) que abrange o Quilombo do Campinho da Independência. A área do setor é várias vezes maior que a do quilombo, o que dissimularia situações específicas da comunidade, uma vez que abrange outras áreas que não possuem as mesmas características.

A localização do setor censitário do Quilombo pode ser visualizado na figura abaixo (3.1.1).

### Localização do Setor Censitário em Paraty



**Figura 3.1.1** Localização do Setor censitário em Paraty

**Fonte:** Elaborado no ArcGis

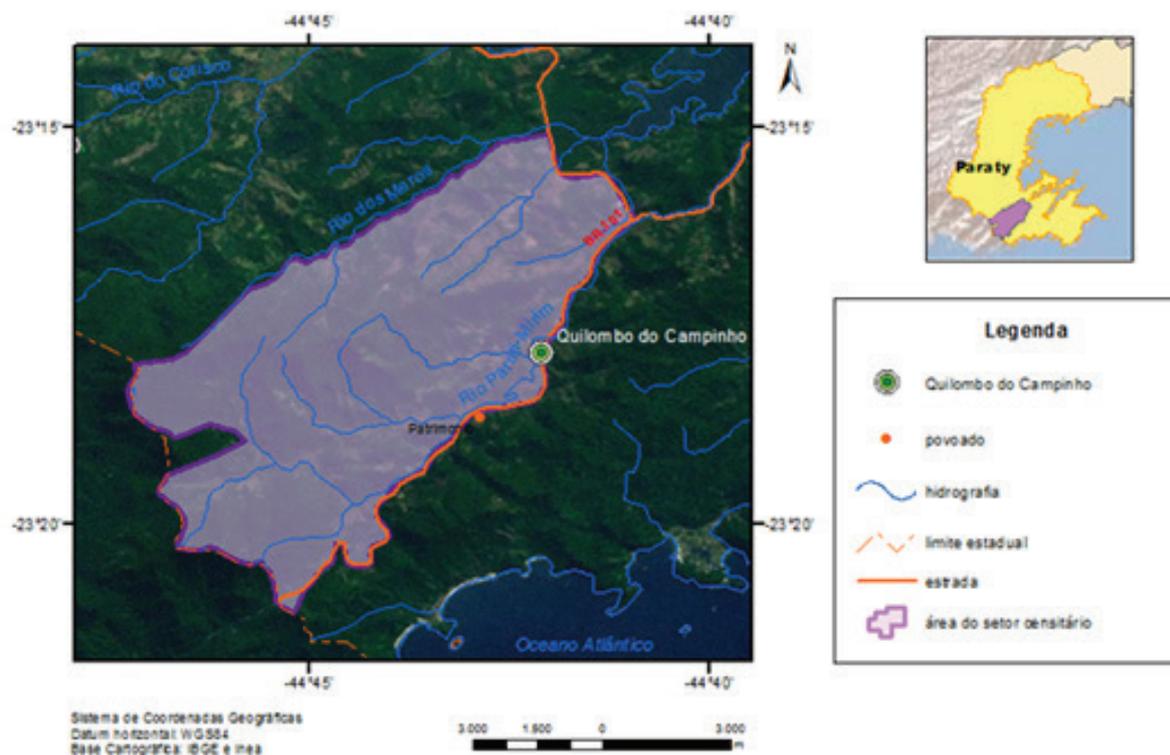
A análise do microdado seria mais eficiente, se houvesse um recorte específico da área titulada como comunidade quilombola, permitindo delimitar seu território e identificar com maior precisão as características demográficas, de renda e de educação, importantes para analisar a sustentabilidade de iniciativas de turismo de base comunitária.

O IBGE (2010) define setor censitário como a unidade de controle cadastral formada por uma área contínua de característica totalmente urbana ou totalmente rural, com dimensão e números de domicílios, ou de estabelecimentos que permitam o levantamento por um único agente. Os limites territoriais são definidos,

preferencialmente por pontos de referência estáveis e de fácil identificação em campo.

No caso do Campinho a identificação e a consequente delimitação de áreas especiais é possível, dado que existem recortes já delimitados e reagrupados que abrangem áreas com características peculiares, como é o caso de um condomínio, o Condomínio Laranjeiras que é considerada uma área urbana, dentro de uma área rural. Se não for feito esse recorte, os dados do setor censitário irá se misturar com os dados do quilombo.

Através do dimensionamento da imagem, podemos comparar o tamanho do setor censitário e a área do quilombo



que pode ser visualizado na figura abaixo (3.1.2).  
**Figura 3.1.2** Área do quilombo no setor censitário

A falta de delimitação, ou seja, da criação de um setor censitário que compreenda somente a área da comunidade quilombola da Independência afeta a disponibilidade dos dados sócio econômicos para a área de estudo.

Segundo a base de informações do Censo Demográfico 2010, os dados por setor censitário compreendem características dos domicílios particulares e das pessoas que foram investigadas para a totalidade da população e são denominados resultados do universo. Desta forma, ficou patente, a partir da utilização das bases de setores censitários que, alguns ajustes devem ser realizados na base territorial do IBGE, para que as demandas de caracterização de áreas especiais como os territórios quilombolas sejam atendidas.

Em geral, podemos identificar através do Censo características como: Acesso a água, Acesso ao lixo, Acesso ao esgoto, Rendimento médio mensal, Mulheres em trabalho formal, Taxa de Alfabetização, Taxa de escolaridade, entre outros temas.

Outras informações necessárias para caracterização socioeconômica das comunidades quilombolas prescindem de uma pesquisa em campo para coletar e analisar, dados que não podem ser obtidos indiretamente através da utilização da base de informações secundárias do Censo Demográfico.

É necessária a complementação de dados primários que estão relacionados a infra estrutura turística, a articulação em rede (municipal e nacional) e a visibilidade,

com o uso de dados secundários que são necessários para se ter um levantamento estatístico e para identificar a realidade local.

## 5 ELEMENTOS CHAVE PARA A CRIAÇÃO DE INDICADORES DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

No artigo de Fabrino, Costa e Nascimento (2012), Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade, os autores após revisarem a literatura existente, apontaram 6 elementos chaves que direcionariam a criação de indicadores capazes de aferir o grau de sustentabilidade de iniciativas de TBC.

Segundo Fabrino, Costa e Nascimento (2012, p.557) existem elementos chaves do Turismo de Base Comunitária que podem servir como referência para um sistema de indicadores de desempenho na perspectiva da sustentabilidade. “Embora se reconheça que as iniciativas de TBC dentro de um espectro micro, apresentem características peculiares, considera-se relevante delinear os elementos que podem ser vistos por uma ótica comum em um aspecto macro”.

Elementos	Definição
Dominialidade	Refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de organização, controle, propriedade e gestão da atividade turística.
Interculturalidade	Relaciona-se com o intercâmbio cultural, a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local.
Organização Social	Almeja identificar o modelo e processo de gestão comunitária consolidada em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo, por meio da participação em redes, comitês, conselhos, etc.
Repartição de benefícios	Refere-se à existência de mecanismos de distribuição de renda e investimentos, de modo incluyente, em projetos beneficiando a comunidade resultante da atividade turística.
Repartição de benefícios	Refere-se à existência de mecanismos de distribuição de renda e investimentos, de modo incluyente, em projetos beneficiando a comunidade resultante da atividade turística.
Integração econômica	Evidencia a integração do turismo com as atividades econômicas tradicionais, identificando os novos arranjos produtivos locais surgidos a partir do seu advento.
Gestão dos bens comuns	Relaciona-se com as instituições internas e articulações externas promovidas pelas iniciativas comunitárias a gestão e salvaguarda dos bens comuns. Ressalta-se que as experiências de TBC são reconhecidas pela alta capacidade de manejo e defesa dos recursos naturais.

**Quadro1.** Elementos chaves para o TBC.

**Fonte:** Fabrino, Costa, Nascimento, 2012.

Com base no referencial teórico e na observação feita na visita em campo realizada ao Quilombo do Campinho em 2010, foram propostos indicadores para iniciativas de turismo de base comunitária que serão apresentados com seus critérios de análise e sua relação com as dimensões da sustentabilidade turística para o TBC.

## 6 PROPOSTA DE INDICADORES PARA O QUILOMBO

O uso de indicadores para iniciativas de turismo de base comunitária deve garantir a qualidade de vida da comunidade local, a qualidade ambiental, atender à satisfação do turista, da comunidade e a participação ativa dos moradores no gerenciamento da atividade turística.

Segundo Hanai (2009) os indicadores de sustentabilidade do turismo devem ser quantitativos e qualitativos, pois poderão mensurar dados sobre a qualidade ambiental, a qualidade de vida da população, o desempenho econômico e a governança.

Com base no referencial teórico e na observação feita na visita em campo realizada ao Quilombo do Campinho, foram propostos indicadores para iniciativas de turismo de base comunitária que serão apresentados, com seus critérios de análise e sua relação com as dimensões da sustentabilidade turística para o TBC.

Os elementos chaves propostos por Fabrino, Costa, Nascimento (2012) dão oportunidade para a criação de indicadores complementares ao IDS, pois são voltados especificamente para avaliar as iniciativas de TBC, enquanto os IDS abrangem um espectro mais amplo de informações. Foi possível, daí, selecionar os indicadores mais adequados para analisar a área selecionada para estudo.

A proposição de indicadores para o Quilombo compreende: indicadores para melhorar a utilização de recursos naturais, as práticas dos recursos turísticos, a infra estrutura turística, qualidade de vida, participação da comunidade local e sua visibilidade.

Os indicadores propostos para o Quilombo do Campinho da Independência são (quadro 2):

Nome do Indicador	Detalhamento	Unidade de medida	Referencial Teórico	Dado primário ou secundário
Acesso a coleta de lixo	População total residente em domicílios particulares permanentes e a população atendida por coleta de lixo, nas zonas urbana e rural.	Porcentagem da população total residente e a população atendida por coleta de lixo nas zonas urbana e rural.	IDS/IBGE	Secundário
Cursos especializados	População total que trabalha com o turismo e que fizeram os cursos de capacitação.	Porcentagem da população total que trabalha com o turismo por cursos especializados.	Elaboração própria	Primário (entrevistas)
Empregabilidade	População total e empregos gerados na população através da atividade turística	Porcentagem da população total por empregos gerados pela atividade turística.	Elaboração Própria	Primário (entrevistas)
Acesso a internet	Número de domicílios com microcomputador utilizado para acessar a Internet e o número total de domicílios particulares permanentes.	Porcentagem de número total de domicílios e número total de domicílios com acesso a internet.	IDS/IBGE	Secundário
Meios de hospedagem	Número total de meios de hospedagem por número total de estabelecimentos comerciais.	Porcentagem de número total de meios de hospedagem por número total de estabelecimentos comerciais.	Elaboração própria	Primário (entrevistas)
Taxa de alfabetização da população adulta	População de 25 a 64 anos de idade segundo grupos de anos de estudo (menos de 8 anos, 8 anos, 9 e 10 anos, 11 anos e 12 anos ou mais) e a população total desta faixa etária.	Porcentagem da população por grupos de anos de estudo e a população total desta faixa etária.	IDS/IBGE	Secundário
Visibilidade	Presença on line em sites principais de turismo e presença do Quilombo nos sites.	Porcentagem total de presença em principais sites de turismo e presença nos sites.	Elaboração Própria	Primário
Participação	População total e a participação nas reuniões referentes à organização e gestão da atividade turística.	Porcentagem da população total e a participação nas reuniões referentes ao turismo.	Fabrino, Costa, Nascimento (2012)	Primário (entrevistas)
Articulação	População total e a participação em redes, editais e fóruns de TBC.	Porcentagem da população total e a participação em redes, editais e fóruns de TBC.	Fabrino, Costa, Nascimento (2012)	Primário (entrevistas)
Manejo	Projetos de manejo existentes na região e em outras iniciativas de TBC.	Porcentagem total de projetos de manejo existentes na região e em outras iniciativas de TBC.	Fabrino, Costa, Nascimento (2012)	Primário (entrevistas)
Cultura local	Total de produtos turísticos ofertados e produtos turísticos que mostrem a cultura local.	Porcentagem total de produtos turísticos ofertados e produtos que mostrem a cultura local.	Elaboração própria	Primário (entrevistas)

**Quadro 2.** Indicadores para o Quilombo do Campinho da Independência.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

## 7 CONCLUSÃO

O Turismo de Base Comunitária é uma iniciativa que potencializa os aspectos positivos do turismo e contribui para o desenvolvimento sustentável da atividade, entretanto deve ser acompanhado por indicadores.

Políticas públicas, direcionadas a fomentar iniciativas de TBC, podem se utilizar dos indicadores propostos para mensurarem a eficácia das ações implantadas e subsidiar o processo de tomada de decisão, respeitando as características socioculturais da comunidade envolvida.

Os indicadores propostos neste artigo devem ser testados em pesquisas futuras, principalmente em estudos comparativos com outras iniciativas.

Serão necessárias entrevistas específicas para ter um maior conhecimento sobre o perfil da comunidade e da sua percepção em relação ao desenvolvimento turístico, além da participação e articulação da comunidade local.

Como sugestão para trabalhos futuros, uma análise aprofundada da visibilidade do Quilombo do Campinho da Independência nas mídias sociais e sites de turismo são necessários para identificar sua visibilidade em relação à sociedade.

Em relação ao uso do Setor Censitário (IBGE), pode-se destacar que:

Durante o estudo de caso da comunidade do Quilombo do Campinho da Independência ficaram evidentes as limitações na utilização de dados do Censo do IBGE para caracterizar e identificar a área de estudo, devido ao recorte espacial da informação ser muito mais amplo que a pequena comunidade do quilombo.

À exemplo do que já ocorre nos territórios indígenas, seria desejável que os órgãos oficiais conseguissem tornar as comunidades quilombolas em parte integrante da base de setores censitários, tornando-a visíveis dentro das bases estatísticas. Além de gerar dados que permitiriam mensurar de forma qualitativa e quantitativa iniciativas de TBC, influenciaria, ainda, o grau de eficiência das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas.

No caso do Campinho, a identificação e a consequente delimitação de áreas especiais é possível, dado que existem recortes já delimitados e reagrupados que abrangem áreas com características peculiares.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, M. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BARTHOLO, R. (2009). *Utilização de sustentabilidade na análise de destinos turísticos*. Disponível em: <[http://www.ivt-rj.net/ivt/edt/upl/relatorio\\_geral\\_cnpq.pdf](http://www.ivt-rj.net/ivt/edt/upl/relatorio_geral_cnpq.pdf)>, acessado em 08 de agosto de 2012.

BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2. ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HANAI, F. Y. *Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil*. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos – SP, 2009.

IBGE. (2012). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/re-cursosnaturais/ids/default\\_2012.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/re-cursosnaturais/ids/default_2012.shtm)> acessado em 15 de agosto de 2012.

IRVING, M. A.; MENDONÇA, T. C. M. Realidades e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária. In: TREVISAN, S. D. P. *Comunidades Sustentáveis: a partir do turismo com base local*. Ilhéus: Editus, 2006.p. 86-101.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

MEADOWS, D. *Indicators and information systems for sustainable development: a report to the Balaton Group*. Hartland: The Sustainability Institute, 1998.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Cartilha “Turismo de Base Comunitária”. Ministério do turismo, Governo Federal e Instituto Casa Brasil de Cultural, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Programas de Regionalização do Turismo*, 2010. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/estruturacao\\_segmentos/turismo\\_cultural.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/turismo_cultural.html).> Acesso em 20 ago 2012.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. *Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos : guía práctica*. Madrid: OMT, 2005, 545.

PLANO NACIONAL DE TURISMO. 2003-2007. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_turismo\\_2003\\_2007.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf)> Acesso 2/02/2012.

PLANO NACIONAL DO TURISMO - *Uma Viagem de inclusão 2007-2010*. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/downloads\\_plano\\_nacional/PNT\\_2007\\_2010.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf)> Acesso 2/02/2012.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In:

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SEPPIR, 2008. Disponível em: <[http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2008/06/avancos\\_campinhoind](http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2008/06/avancos_campinhoind)>. Acesso em 7 nov 2012.

*Recebido em 28 de fevereiro de 2013.  
Aprovado, em sua versão final, em 23 de março 2013.  
Artigo convidado.*

# A produção científica em turismo no Brasil: reflexões e proposições a partir de um estudo revisional

Luciana Araújo de Holanda<sup>1</sup>

Gloria Maria Widmer<sup>2</sup>

Sérgio Rodrigues Leal<sup>3</sup>

---

## Resumo:

Pautado pelos métodos e técnicas pertinentes à pesquisa exploratória, notadamente pesquisa bibliográfica e documental, o presente artigo objetivou mapear os trabalhos que analisaram a produção científica brasileira em turismo. Os procedimentos adotados permitiram apresentar um panorama geral desses trabalhos, levando à identificação de pesquisas cujos objetos de análise foram trabalhos de conclusão de curso de graduação, bibliografia especializada, anais de eventos científicos, periódicos, dissertações e teses de turismo. Como resultado, verificou-se que, apesar de importantes, ainda são limitadas as iniciativas no sentido de conhecer e sistematizar o conhecimento científico em turismo produzido no Brasil. A carência de estudos e de iniciativas de sistematização da produção já existente leva a sua subutilização e impede o avanço no desenvolvimento científico da área, posto que muitas vezes são empreendidos esforços repetitivos de pesquisa. A solução dessa situação clama por um esforço coletivo, pela criação de um banco de dados *online* e pelo estabelecimento de uma rede de cooperação entre os pesquisadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção científica. Turismo. Estudo revisional.

## SCIENTIFIC PRODUCTION IN TOURISM IN BRAZIL: THOUGHTS AND PROPOSITIONS BASED ON A REVISIONAL STUDY

---

## Abstract:

Based on exploratory research methods and techniques, especially bibliographic and documental research, this article was aimed at identifying the works that analysed the Brazilian scientific production in tourism. The chosen procedures allowed for the presentation of a general overview of such works, leading to the identification of research pieces analysing undergraduate dissertations, specialised bibliography, conference proceedings, journals, master dissertations and doctoral theses. As a result, it was possible to verify that, although important, the initiatives to know and systematise scientific knowledge in tourism produced in Brazil are limited. The lack of studies and systematisation initiatives of the existing production leads to its underuse and prevents the advance of the scientific development in the area, as similar research efforts are undertaken simultaneously. The way out of this situation is a collective effort towards the creation of an online database and the establishment of a cooperation network among researchers.

**KEYWORDS:** Scientific production. Tourism. Revisional study.

## LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA SOBRE TURISMO EN BRASIL: REFLEXIONES Y PROPUESTAS A PARTIR DE UN ESTUDIO REVISIONAL

---

## Resumen:

Con base en los métodos y técnicas pertinentes a la investigación exploratoria, especialmente la investigación bibliográfica y documental, este artículo tuvo como objetivo mapear los trabajos que analizan la producción científica brasileña sobre turismo. Los procedimientos adoptados permitieron presentar una visión general de estos estudios y la identificación de trabajos cuyos objetos de análisis fueron bibliografías especializadas, eventos científicos, publicaciones, monografías, disertaciones y tesis sobre turismo. Los resultados mostraron que, aunque importantes, son limitadas las iniciativas con el fin de conocer y sistematizar el conocimiento científico sobre turismo producido en Brasil. La falta de estudios e iniciativas para sistematizar la producción existente provoca su subutilización y impide el avance en el desarrollo científico de la área ya que, a menudo, se llevan a cabo esfuerzos repetitivos en las investigaciones. La solución de esta situación requiere un esfuerzo colectivo, mediante la creación de una base de datos y el establecimiento de una red de cooperación entre los investigadores.

**PALABRAS CLAVE:** producción científica. Turismo. Estudio Revisional.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Turismo pela Universidade Católica de Pernambuco, especialista em relações públicas pela Escola Superior de Relações Públicas, especialista em Planejamento e Gestão Organizacional pela Universidade de Pernambuco, mestre e doutora em administração pela UFPE.

<sup>2</sup> Bacharela em Turismo pela Universidade de São Paulo, advogada pela Universidade Mackenzie, mestre e doutora em ciências da comunicação - turismo e lazer pela ECA/USP.

<sup>3</sup> Bacharel em turismo e especialista em marketing de serviços pela UFPE, mestre em turismo pela Universidade James Cook (Austrália) e Ph.D. em turismo pela Universidade de Surrey (Reino Unido).

## INTRODUÇÃO

A abordagem científica do turismo é relativamente recente. Embora os primeiros estudos sobre o fenômeno turístico datem de 1870, os alicerces para a constituição do campo científico do turismo foram assentados no século XX, com a criação do Centro de Pesquisas Turísticas, na Universidade de Berlim, no fim da década de 1920, do Instituto de Turismo da Universidade de Berna e do Instituto de Pesquisas Turísticas da Escola de Comércio Internacional de Viena, em 1941, do primeiro periódico científico de turismo (*Revue de Tourisme*), em 1946, e da Associação Internacional dos Experts Científicos do Turismo (AIEST), em 1951 (REJOWSKI, 1996). Reunidos nestas entidades, pequenos grupos de pesquisadores, principalmente alemães, suíços e austríacos das áreas de economia e finanças, desenvolveram estudos seminais sobre o turismo, embora restritos à face econômica do fenômeno turístico, servindo de referência mundial.

Nas décadas de 1970 e 1980, outras entidades congregadoras de pesquisadores, bem como outros periódicos científicos específicos foram criados nos Estados Unidos e em outros países, ultrapassando as fronteiras européias. Além das fronteiras geográficas, as disciplinares também foram extrapoladas para abranger, além das pioneiras economia e geografia, as áreas de sociologia, psicologia, antropologia, administração, comunicação, entre outras, levando à constituição de um campo multi e interdisciplinar (REJOWSKI, 1996).

No Brasil, o campo científico de turismo começou a formar-se, em 1971, com a criação do primeiro curso superior de turismo na então Faculdade de Turismo do Morumbi e da primeira revista acadêmica sobre turismo (REJOWSKI, 1996; BARRETO, 1996). Ao longo dos 40 anos subseqüentes, foi se institucionalizando com a proliferação de cursos de graduação, a realização de eventos técnico-científicos, a criação de periódicos científicos em turismo, a abertura de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, a certificação de grupos de pesquisas no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a fundação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), o que, em conjunto, proporcionou o incremento da produção científica nacional.

Não obstante os avanços, ainda vigora a mesma sensação de outrora, apontada por Rejowski (1996, p. 10), “de estar-se constantemente iniciando e não contribuindo ao desenvolvimento de um conhecimento acumulado seletivamente”. A pesquisa em turismo parece continuar sendo praticada de forma atomizada, fragmentada e sem troca acadêmica importante (DENCKER, 2001). Concorda-se com Momm e Santos (2010, p. 84) que para consolidar o campo de estudo científico do turismo no Brasil é necessário que haja reflexões e reestruturações por parte do meio acadêmico e demais profissionais responsáveis por desenvolver pesquisas.

Embora haja, no país, algumas iniciativas de sistematização documental desta produção que evidenciam o interesse de alguns pesquisadores brasileiros em investigar a produção científica para a melhor compreensão e organização do conhecimento científico em turismo (REJOWSKI, 2010b), tais iniciativas são isoladas e as análises produzidas pelos autores são subutilizadas pelos demais pesquisadores do campo.

Ainda não é muito comum entre os pesquisadores do campo científico do turismo no Brasil fazer revisões da literatura para conhecer o estado da arte sobre determinado assunto, ao iniciar novas pesquisas, de modo a articular e estabelecer interrelações entre os saberes acumulados. Dar continuidade a estudos já concluídos por outros autores ou replicá-los em outros contextos, fazendo-os avançar em alguma direção, não é uma prática habitual no campo científico do turismo no Brasil. Também não se verifica a realização de metanálises, assim como não se cultiva a prática de réplicas e trélicas entre pares. Em campos científicos consolidados, práticas como estas descritas são tradicionais e desempenham papel de suma importância para a construção e evolução do conhecimento científico em determinada área.

A história da ciência moderna mostra que o conhecimento científico é provisório e avança a partir da crítica, confronto, confirmação, refutação, ruptura e proposição de soluções mais satisfatórias aos problemas em um determinado momento (KUHN, 1975; POPPER, 1993). Não é por acaso que a palavra “pesquisa” em idiomas como o inglês (*research*), o francês (*recherche*) e o italiano (*ricerca*), por exemplo, designa a ação de re-buscar, indicando uma retomada. Nesse sentido, ao se empreender novas pesquisas, é fundamental realizar estudos revisionais, conhecer o que já foi investigado sobre o tema, saber como esse conhecimento foi produzido, com que objetivo e por quem, bem como identificar as lacunas na literatura.

Assim, no intuito de gerar reflexão entre os pesquisadores de turismo e, quiçá, induzir a tessitura de uma rede de cooperação, o presente artigo se propõe a mapear os trabalhos que analisaram a produção científica brasileira em turismo. Para isto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, cujos resultados serão apresentados a seguir.

## MAPEAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL SOBRE TURISMO

Até o final da década de 1990, a produção científica brasileira sobre turismo era bastante restrita (REJOWSKI, 1996), mas isto vem mudando significativamente, sobretudo nos anos 2000, o que pode ser constatado no crescimento do volume de bibliografia especializada, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações e teses,

artigos científicos publicados em anais de eventos e em periódicos, como será abordado nesta seção.

a) Trabalhos de conclusão de curso (TCCs) de Bacharelado em Turismo

Na década de 1970, havia cerca de 8 cursos superiores de turismo/hotelaria no Brasil, surgindo outros nos anos 1980, subindo este número para 32 em 1994 (REJOWSKI, 1995). Em 1997, havia 69 cursos (RAMOS; GARCIA, 2006). A partir de então, assistiu-se à proliferação exponencial de cursos, que chegaram a 380 em 2001 (TEIXEIRA, 2001), 576 em 2002, 697 em 2005 (RAMOS; GARCIA, 2006), decaindo para 586 em 2007 e 553 em 2010 (LAZZAROTTI et al., 2010). Mesmo com o declínio no número de cursos nos últimos anos, os dados apresentados permitem presumir que milhares de TCCs tenham sido elaborados. No entanto, há pouquíssima sistematização dessa produção científica neste nível de ensino. Encontrou-se na literatura apenas duas pesquisas que tiveram TCCs como objeto de estudo: uma realizada no Centro de Educação Balneário Camboriú que englobou também dissertações e relatórios de pesquisa, no período de 1994 a 2000 (FERRI, 2002) e outra no Centro Universitário Metodista de Porto Alegre, no período de 2004 a 2006, que restringiu-se a analisar os procedimentos metodológicos adotados (PINTO; FERREIRA, 2008).

b) Bibliografia especializada

O mercado editorial acompanhou a propagação dos cursos superiores de turismo (PANOSSO NETTO, 2007). Até 1996, havia no Brasil 66 livros sobre turismo, publicados por 9 editoras, tendo sido a maioria editada na década de 1970 (BARRETTO, 1996). Principalmente a partir do início da década de 2000, o número de títulos cresceu consideravelmente, com a maior taxa de crescimento registrada em 2002, caindo gradativamente a partir de então. Em 2010, havia 560 títulos, publicados por 51 editoras, abordando 41 temas genéricos, sendo os mais freqüentes meios de hospedagem, planejamento e desenvolvimento do turismo e administração/gestão (PANOSSO NETTO; CALCIOLARI, 2010).

Entretanto, o crescimento quantitativo não quer dizer que exista uma significativa produção em termos de originalidade, construção de conhecimento, elaboração de teorias ou formação de escolas de pensamento a respeito do fenômeno turístico. A produção editorial brasileira sobre o turismo, como assevera Barretto (2006, p. 363), “abunda em projeções futuras, fundamentadas em números de origem incerta, em dogmas sobre o que deve ser feito, sobre o que o turismo é ou provoca, é rica em idéias e projetos. Mas projeções, dogmas e projetos não constituem produção científica”. A autora lamenta o fato de haver boas dissertações e teses e poucas serem publicadas no

formato de livro por terem baixa receptividade por parte do grande público, conseqüentemente, não despertarem interesse do mercado editorial. Via de regra, o conteúdo dos trabalhos acadêmicos interessam a um estreito círculo dos envolvidos nos problemas de pesquisa, além disso, seu formato e linguagem acadêmicos precisam ser adaptados, o que requer investimento de tempo e esforço que nem sempre dispõem os docentes-pesquisadores que as produzem.

c) Dissertações e teses

Enquanto fenômeno multifacetado, o turismo desperta interesse de pesquisadores de diferentes ramos do saber, predominantemente, das ciências sociais, tendo sido objeto de estudo de dissertações e teses de programas de áreas de conhecimento correlatas. Segundo Rejowski (1996), a primeira tese de doutorado sobre turismo no país foi defendida em 1975 e a primeira dissertação no ano seguinte.

O primeiro curso de mestrado na área de turismo no Brasil foi criado, em 1993, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), denominado mestrado em turismo e lazer (REJOWSKI, 1996). Com sua extinção, aproximadamente em 1996/1998, turismo e lazer voltou a ser uma linha de pesquisa no programa de mestrado e doutorado em ciências da comunicação, como era inicialmente na segunda metade dos anos de 1980 (SAKATA, 2002, p. 13; LIMA; REJOWSKI, 2009), linha esta que, por sua vez, veio a ser desativada em 2004.

Atualmente, a pós-graduação *stricto sensu* conta com 9 cursos, sendo eles: doutorado em administração e turismo e mestrado em turismo e hotelaria na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), mestrado em turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestrado em hospitalidade na Universidade Anhembi Morumbi (UAM), mestrado em lazer na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestrado profissional em turismo na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O estudo pioneiro sobre a produção científica em turismo em nível *stricto sensu* foi empreendido por Rejowski (1996) que analisou 55 trabalhos que tiveram o turismo como objeto entre 1975 e 1992, sendo 37 dissertações, 12 teses de doutorado e 6 teses de livre docência. Dando continuidade a este trabalho, a autora investigou as teses brasileiras no período de 1990 a 2005, encontrando 145 teses em turismo no Brasil, sendo 139 de doutorado e 6 de livre docência. Os resultados destas pesquisas demonstraram que a pesquisa em turismo ocorreu em 20 em instituições de ensino superior, principalmente públicas, distribuídas em 11 estados brasileiros, predominantemente nas áreas de comunicação, geografia e administração, havendo certa concentração na USP (REJOWSKI, 2010a).

Possamai, Marinho e Santos (2009) analisaram 99

teses de doutorado, em todo o país produzidas no país, entre 2005 e 2007, que tiveram turismo como temática central. Os autores fizeram diagnóstico semelhante ao de Rejowski (2010a), e foram além ao enquadrar os trabalhos nas plataformas estabelecidas por Jafari (1994), verificando predomínio da plataforma de conhecimento e indícios de desenvolvimento de estudos sobre epistemologia do turismo.

Catrambye Santana (2010) analisaram 186 trabalhos que abordaram o turismo, mesmo que tangencialmente, em programas *stricto sensu* no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1980 a 2010, sendo 29 teses, 148 dissertações de mestrado acadêmico e 9 dissertações em mestrado profissional. As autoras traçaram apenas o perfil dos alunos e orientadores em termos de formação acadêmica.

Sakata (2002), em sua dissertação de mestrado, abordou as tendências metodológicas da pesquisa acadêmica em turismo, analisando comparativamente as metodologias utilizadas nas pesquisas de mestrado produzidas na Universidade de São Paulo, na Universidade do Vale do Itajaí e no Centro Universitário Ibero-Americano. Spolon e Motoda (2008) pesquisaram a produção científica em turismo e hospitalidade no Brasil oriunda de 6 universidades com 6 programas de mestrado e 2 de doutorado; Biz, Santos, Motter e Nakatani (2008) investigaram a produção científica dos 56 docentes doutores de 4 programas *stricto sensu* em turismo (UNIVALI/SC, UCS/RS, UAM/SP e UESC/BA); e Momm e Santos (2010) analisaram as dissertações desenvolvidas em 4 programas *stricto sensu* em turismo (os três primeiros da pesquisa anteriormente citada e o da UNA/MG) no período de 2000 a 2006.

Vários trabalhos tiveram como objeto de estudo as dissertações do mestrado em turismo da Universidade de Caxias do Sul, a exemplo do estudo de Rejowski *et al.* (2005) abrangendo o período de 2002 a 2004; de Bacon, Figueiredo e Rejowski (2007) referente ao período de 2002 a 2006; de Pinto e Babinski (2006) que englobou período subsequente de 2004 a 2005; de Bastos (2008) que também pesquisou este mesmo biênio; Fedrizzi e Bastos (2007) abrangendo o triênio de 2004 a 2006; e de Silveira e Garcia (2011) abarcando os anos de 2002 a 2010.

#### d) Artigos publicados em anais de eventos científicos

Vários eventos técnico-científicos sobre turismo vêm sendo realizados no Brasil desde a criação dos primeiros cursos de graduação na década de 1970. O primeiro deles, ao que tudo indica, posto que poucos são os registros existentes, parece ter sido o I Ciclo Nacional Universitário de Turismo e Comunicações, promovido pela ECA/USP, em 1973, ocasião em que foi aprovada a realização do Congresso Nacional de Turismo (Contur), cuja primeira edição foi realizada em 1975 e a nona e última em 1986 (REJOWSKI, 1996).

Ocorreram outras iniciativas de reunir a comunidade científica na década de 1970 e 1980, porém muitas não tiveram continuidade. Merece destaque o Encontro Nacional dos Bacharéis em Turismo (Enbetur), promovido pela Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo (ABBTUR), posteriormente transformado em Congresso Brasileiro de Turismo (CBTUR) e depois extinto.

Os encontros realizados durante a década de 1970 até meados dos anos 1980 não tinham uma sessão de apresentação de trabalhos científicos e não havia compilação em anais. Isto só veio acontecer na sexta edição do Enbetur, em 1986 (REJOWSKI, 1996). Nesse formato mais acadêmico, surgiram alguns eventos relevantes no final da década de 1990, tais como: o Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (CITURDES), criado em 1998, pelo Grupo de Pesquisa “Mercados Não Agrícolas”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem suas edições bianuais organizadas por diferentes universidades nacionais e internacionais, estando hoje na nona edição; o Seminário Internacional de Turismo (SIT), criado em 1999, pelo Centro Universitário Positivo (UNICENP), em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com periodicidade anual, tendo acabado em 2009; o Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENBTL), criado em 1997, pelo Departamento de Geografia da USP, com periodicidade anual, estando na décima terceira edição (também teve descontinuidade); o Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (SeminTUR), criado em 2003 pela Universidade de Caxias do Sul, com periodicidade anual até 2006, tornando-se então bianual, estando na sétima edição; o Seminário da ANPTUR em 2002, com a segunda edição acontecendo em 2005, quando passou a ter periodicidade anual, estando hoje na décima primeira edição.

Tomando como objeto de estudo a produção científica veiculada nos anais de eventos de turismo, só foram encontrados dois trabalhos: o de Castro e Silva (2006), que analisaram a organização, periodicidade, local, dinâmica, credibilidade junto à comunidade científica e estágio atual do ENBTL e do CITURDES, porém não analisaram a produção científica produzida neles; e o de Kovacs, Barbosa e Mesquita (2009), que investigaram as metodologias empregadas nos artigos publicados nas edições de 2006 a 2008 do Seminário da ANPTUR.

Vale mencionar que foram identificados três trabalhos que analisaram os artigos sobre turismo nos anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração (Enanpad). No período de 1997 a 2006, Souza, Pimentel Filho e Faria (2007) encontraram 67 artigos sobre turismo e hotelaria e verificaram o crescimento de 500% em 10 anos, passando de 3 artigos na edição de 1997 para 18 em 2006. Os autores traçaram perfil dos autores/instituições e identificaram os principais assuntos abordados em diversas áreas temáticas, relacionados principalmente à gestão

pública e social no setor turístico, marketing de empresas e destinos, estratégia empresarial e setorial. Já Barbosa, Melo e Silva (2008) analisaram as edições de 2003-2007 e encontraram 40 estudos sobre turismo, o que corresponde a menos de 1% dos artigos publicados nestes eventos. As autoras destacaram que não foi possível identificar autores e obras de referência a partir das citações e observaram predominância de abordagens qualitativas e de pesquisas empíricas, notadamente funcionalistas, nos artigos analisados. Freitag, Tiscoski e Moretto (2008) investigaram as edições de 2005 a 2008 e constataram a existência de 46 artigos sobre turismo publicados, principalmente, nas seções de administração pública, estudos organizacionais, estratégia e marketing, sendo 98% deles teórico-empírico.

#### e) Artigos publicados em periódicos especializados

Em 1990, foi criado o primeiro periódico científico de turismo pela ECA/USP denominado "Turismo em Análise". Em 1991, surgiu o Boletim de Turismo e Administração Hoteleira do Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO), cuja edição foi suspensa em 2003. Em 1998, foram criadas mais duas revistas: "Turismo: Tendências e Debates", da Faculdade de Turismo da Bahia, que foi suspensa no início da década de 2000, tendo sido retomada em 2004; e "Turismo: Visão & Ação", da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) (MINOZZO; REJOWSKI, 2004).

Até 2004, existiam poucos periódicos de turismo mas, com a adoção do formato eletrônico, a partir desse ano (BERTUZZO, 2004; BANDEIRA, 2008), cresceu o número de revistas científicas específicas da área, totalizando hoje cerca de 25, sendo 19 delas classificadas no sistema WebQualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (<http://qualis.capes.gov.br/webqualis>).

Várias pesquisas analisaram a produção científica publicada na revista "Turismo em Análise", dentre elas: Minozzo e Rejowski (2004) e Bertuzzo (2004) que investigaram o período de 1990 a 2002, Eidt (2004) o período de 1995 a 2002 e Alberton, Marinho e Marinho (2011) o período de 1990 a 2008. Estes últimos autores também pesquisaram o periódico "Turismo Visão & Ação" entre 1998 e 2008. Outros dois periódicos também foram objeto de estudo de Simões et al (2011), o "Caderno Virtual de Turismo", da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a "Revista do Observatório de Inovação do Turismo", da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujas produções no período de 2005 a 2009 foram analisadas pelos autores.

## CONCLUSÕES PRELIMINARES

Estudos sobre a produção científica são fundamentais para o avanço do conhecimento, pois possibilitam aos pesquisadores um panorama geral de determinada área do conhecimento. Pelo exposto, observa-

se a predominância de pesquisas cujos objetos de estudo foram as dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado, além de artigos publicados em periódicos científicos, sendo pouquíssimas as análises sobre anais de eventos científicos de turismo, TCCs e livros e nenhuma sobre a produção científica em turismo em nível *lato sensu*. Este diagnóstico abre campo para novas perspectivas de pesquisa.

Em se tratando da produção acadêmica em nível *stricto sensu*, observa-se que grande parte das pesquisas investigou períodos comuns, com objetivos similares (distribuição temporal, identificação de temáticas e instituições), havendo uma superposição de esforços. Sugere-se dar continuidade na linha do tempo, ou, se for o caso, realizar novas pesquisas focando anos já analisados por outros pesquisadores tanto no intuito de incluir outras variáveis visando aprofundamento dos estudos anteriores e análise por diferentes ângulos, como para situar paradigmaticamente as pesquisas realizadas visto que a grande maioria dos autores não explicitam o posicionamento paradigmático assumido em seus trabalhos.

No que se refere ao estudo de artigos publicados em periódicos científicos, constatou-se uma preferência dos autores por quatro das principais revistas, havendo uma concentração de trabalhos sobre a pioneira "Turismo em Análise", onde também se constatou a realização de pesquisas que abrangeram os mesmos intervalos temporais, incorrendo nas mesmas limitações apontadas anteriormente. Na recente reclassificação do sistema Qualis da Capes, vários periódicos ascenderam de extrato e merecem ter sua produção analisada, a exemplo da Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, Turismo e Sociedade, Revista Turismo & Desenvolvimento, Revista Hospitalidade, dentre outras.

A respeito do parco quantitativo de pesquisas que tiveram os TCCs como objeto de estudo e da inexistência de análises de monografias de especialização, acredita-se que este fato pode estar relacionado à falta de bases de dados que sistematizem essa produção. Recomenda-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) criem bancos de dados *online* com este acervo para que seja realizado um mapeamento do conhecimento produzido nos cursos de bacharelado em turismo em nível nacional, bem como nos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Sobre a produção bibliográfica especializada, sugere-se o monitoramento de novas publicações e o aprofundamento da análise do conteúdo dos livros existentes. Em relação aos eventos científicos, recomenda-se a realização de pesquisas nos anais do Semintur, ENBTL, Cirtudes e SIT (mesmo tendo sido extinto), visto que não foi encontrado nenhum trabalho nesse sentido, assim como dar continuidade às pesquisas nos anais do Seminário da ANPTUR, que foi objeto de apenas um único trabalho, e este se restringiu a analisar a metodologia adotada nos artigos publicados em três edições do evento.

Antes da realização de novas pesquisas, é preciso

instituir no campo científico do turismo a prática de fazer revisões da literatura. Sugere-se, portanto, a realização de estudos revisionais por eixos e sub-eixos temáticos para nortear futuras pesquisas no que se refere à definição de temas e embasamento teórico. Já existem alguns trabalhos que abordaram lazer (GOMES; REJOWSKI, 2005; GONÇALVES, 2007), hospitalidade e desenvolvimento ambiental (ALVES, 2006), marketing, qualidade e sustentabilidade (HOCAYEN-DA-SILVA; GÂNDARA, 2007), eventos no estado de São Paulo (MORAES, 2008), desenvolvimento do turismo (REJOWSKI; OLIVEIRA, 2008), hospitalidade urbana (JUNQUEIRA; REJOWSKI, 2010), estratégia e finanças em turismo (LUZ, SILVA, ALBERTON; HOFFMANN, 2011), roteiros turísticos (CISNE; GASTAL, 2009), empreendedorismo e turismo (SOUZA; MASKE, 2011), comportamento do consumidor no turismo (ROSVADOSKI-DA-SILVA *et al.*, 2012), capital social no turismo (MACKE; BIASUZ; BORTOLOZZO, 2012). Porém, muito deles não refletem o estado da arte sobre estes assuntos, pois não realizaram uma varredura completa em livros, monografias, dissertações, teses e artigos publicados em eventos e periódicos, merecendo, portanto, serem aprofundados.

Espera-se com este trabalho sensibilizar os pesquisadores interessados no tema “produção científica de turismo” para o estabelecimento de uma rede de cooperação que possa congrega esforços no sentido de contribuir para maior sistematização do conhecimento científico em turismo produzido no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALBERTON, A.; MARINHO, K. B.; MARINHO, S. V. Análise dos artigos publicados nos periódicos *Turismo em Análise* da Universidade de São Paulo (USP) e *Revista Turismo Visão e Ação* da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 8, 2011, Balneário Camboriú, SC, Brasil. *Anais...* Balneário Camboriú, Editora ANPTUR, 2011.

BACCON, M.; FIGUEIREDO, F. B.; REJOWSKI, M. Produção científica em turismo: dissertação do mestrado em turismo da Universidade de Caxias do Sul - 2002 - 2006. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 4, 2007, São Paulo, SP, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2007.

BANDEIRA, M. B. Publicações científicas em turismo: uma análise dos periódicos “on line” no Brasil. *CULTUR - Revista de Cultura e Turismo*, v. 2, n. 7, p. 1-20, 2008.

BARBOSA, A. O.; MELO, M. J.; S., M. M. M. Análise bibliométrica da produção científica de turismo em administração. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do

Mercosul - Semintur, 5, 2008, Caxias do Sul, RS, Brasil. *Anais...* Caxias do Sul, Editora Semintur, 2008.

BARRETTO, M. Produção bibliográfica em turismo no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 7, n. 2, p. 93-102, 1996.

BASTOS, S. A produção científica do mestrado em hospitalidade (2002-2008). *Revista Hospitalidade*, v. 5, n. 2, p. 120-132, 2008.

BERTUZZO, G. M. P. Produção científica: um estudo cienciométrico do periódico *Turismo em Análise*. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - Semintur, 5, 2004, Caxias do Sul, RS, Brasil. *Anais...* Caxias do Sul, Editora Semintur, 2004.

BIZ, A. A.; SANTOS, A. B. S.; MOTTER, A.; NAKATANI, M. S. M. Análise da produção científica dos docentes doutores dos programas de pós-graduação stricto sensu em turismo e hotelaria. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 5, 2008, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2008.

CASTRO, C.; SILVA, M. A. Análise dos eventos científicos em turismo no Brasil. In: Reunião Anual da SBPC, 58, 2006, Florianópolis, SC, Brasil. *Anais...* Florianópolis, Editora SBPC, 2006.

CATAMBRY, T. C. V.; SANTANA, M. P. L. *Diálogo de saberes: a produção do conhecimento em turismo*. (Relatório de pesquisa/2010). Rio de Janeiro, RJ, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

CISNE, R. N. C.; GASTAL, S. A produção acadêmica sobre roteiro turístico: um debate pela superação. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 5, 2009, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2009.

DENCKER, A. F. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*, 5ª ed. São Paulo: Futura, 2001.

EIDT, K. R. G. *Turismo em Análise: A produção do conhecimento na área do turismo*. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário de Camboriú, SC, Brasil, 2004.

FEDRIZZI, V. L. F.; BASTOS, S. R. Produção científica em hospitalidade (2004 - 2007). In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 4, 2007, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2007.

FERRI, C. *Estado do conhecimento na área de turismo e hotelaria no Centro de Educação Balneário Camboriú*.

- (Relatório de pesquisa/2002). Balneário Camboriú, SC, Universidade do Vale do Itajaí, 2002.
- FREITAG, B. B.; TISCOSKI, G. P.; MORETTO NETO, L. Análise da produção acadêmica em administração sobre turismo. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 34, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, Editora ANPAD, 2010.
- GOMES, C. M.; REJOWSKI, M. Bases documentais e teóricas do lazer turístico no Brasil. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2, 2005, Balneário Camboriú, Brasil. *Anais...* Balneário Camboriú, Editora ANPTUR, 2005.
- GONÇALVES, M. F. Produção e veiculação de conhecimentos sobre o lazer nos periódicos científicos brasileiros de turismo qualificados pelo Qualis/CAPES (2001-2005): um estudo exploratório. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 4, 2007, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2007.
- HOCAYEN-DA-SILVA, A.; GÂNDARA, J. M. G. Marketing, qualidade e sustentabilidade: análise da produção científica do Encontro Nacional de Turismo de Base Local - ENTBL, nos anos de 2004 e 2005. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 4, 2007, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2007.
- JAFARI, J. La cientificación del turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1994.
- JUNQUEIRA, R. R.; REJOWSKI, M. Produção científica sobre hospitalidade urbana no Brasil: anais de eventos científicos de 2004 a 2009. In: Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2010.
- KOVACS, M. H.; BARBOSA, M. L. A.; MESQUITA, A. E. P. Cenário da pesquisa em turismo: uma avaliação das metodologias empregadas nos artigos publicados nos anais dos Seminários da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, 2009, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPAD, 2009.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LAZZAROTTI, F.; XAVIER, W. G.; COELHO, A. L. A. L.; SOUZA, M. J. B. Existe relação entre a queda da demanda de cursos de graduação em turismo e a busca por mestrado na área? uma análise preliminar. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, 2010, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2010.
- LEAL, S. R. Pesquisa em turismo no Brasil: uma revolução silenciosa? *Turismo & Sociedade*, v. 4, n. 1, p. 144-147, 2011.
- LIMA, J. R.; REJOWSKI, M. Produção Acadêmica em Turismo e Hotelaria no Brasil: Análise da Categoria "Ensino Superior". In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 6, 2009, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, ANPTUR, 2009.
- LUZ, L. F. P.; SILVA, T. F. F.; ALBERTON, A.; HOFFMANN, V. E. Estratégia e finanças em turismo: análise das publicações em periódicos brasileiros de turismo. *Observatório de Inovação do Turismo*, v. 6, n. 1, p. 1-27, 2011.
- MACKE, J.; BIASUZ, T. S.; BORTOLOZZO, D. A. Por onde andam os estudos sobre capital social no campo do turismo? uma meta-análise. *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*, v. 14, n. 1, p. 35-46, 2012.
- MINOZZO, C. C.; REJOWSKI, M. Periódicos científicos em turismo: panorama evolutivo e caracterização da Revista Turismo em Análise. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27, 2004, Porto Alegre, Brasil. *Anais...* Porto Alegre, Editora CBCC, 2004.
- MOMM, C. F.; SANTOS, R. N. M. Conhecimento científico produzido nos cursos de pós-graduação (stricto sensu) em turismo e áreas correlatas no Brasil no período de 2000 a 2006. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 4, n. 2, p. 64-85, 2010.
- MORAES, C. C. A. Panorama da pesquisa científica em eventos no estado de São Paulo: estudos introdutórios. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 5, 2008, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2008.
- PANOSSO NETTO, A. Análise da produção bibliográfica de turismo do Brasil – 1990/2007. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 4, 2007, Belo Horizonte, Brasil. *Anais...* Belo Horizonte, Editora ANPTUR, 2007.
- PANOSSO NETTO, A.; CALCIOLARI, G. F. M. Quantos são os livros teóricos de turismo publicados no Brasil? uma análise da produção bibliográfica nacional (1990-2010). *Revista Turismo em Análise*, v. 21, n. 3, p. 669-686, 2010.
- PINTO, D. B.; BABINSKI, L. R. Produção acadêmica do mestrado em turismo da Universidade de Caxias do Sul: estudo comparativo das dissertações (2002 a 2004 – 2004 a 2005). In: Conferência de Amforht para América Latina,

- 3, 2006, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora CMAL, 2006.
- PINTO, G. F.; FERREIRA, L. R. Turismo e iniciação científica: os procedimentos metodológicos na produção de conhecimento. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - Semintur, 5, 2008, Caxias do Sul, RS, Brasil. *Anais...* Caxias do Sul, Editora Semintur, 2008.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo-SP: Cultrix, 1993.
- RAMOS, M. G. G.; GARCIA, T. E. M. Ensino superior de turismo no Brasil: algumas reflexões. *UNRevista (UNISINOS)*, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2006.
- REJOWSKI, M. *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T. Pesquisa turística no Brasil da óptica dos pesquisadores. In: B. H. G., Lage & P. C., Milone (Org.) *Turismo: teoria e prática*. (pp. 281-297) São Paulo: Atlas, 2000.
- REJOWSKI, M.; QUEVEDO, M. F.; GENTA, M. M. P.; RUDZEWICZ, L.; LIMA, F. Produção acadêmica em turismo: dissertações do mestrado em turismo da Universidade de Caxias do Sul (2002 a 2004). In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2, 2005, Balneário Camboriú (SC), Brasil. *Anais...* Balneário Camboriú, Editora ANPTUR, 2005.
- REJOWSKI, M.; OLIVEIRA, J. C. Teses em turismo no Brasil: categoria temática "desenvolvimento do turismo". In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, s/n, 2008, Natal, Brasil. *Anais...* Natal, Editora CBCC, 31, 2008.
- REJOWSKI, M. Caracterização da produção científica sobre Turismo no Brasil: Estudo documental das teses de doutorado (1990 a 2005). In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, 2010, São Paulo, Brasil. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2010a.
- REJOWSKI, M. Produção científica em turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 21, n. 2, p. 224-246, 2010b.
- ROSVADOSKI-DA-SILVA, P.; DEBOÇÃ, L. P.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; VEIGA, R. T. Uma análise da produção científica nos periódicos de turismo sobre o tema comportamento do consumidor em turismo. *Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica*, v. 14, n. 1, p. 47-66, 2012.
- SAKATA, M. C. G. *Tendências metodológicas da pesquisa acadêmica em turismo*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2002.
- SIMÕES, A.; COSTA, A. M.; JULIÃO, D.; JUER, E.; FONTES FILHO, J. R.; MELO, M. E.; DUTRA, R. Produção e disseminação de conhecimento científico em turismo: um estudo comparativo de dois periódicos eletrônicos. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Observatório de inovação do turismo*. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2011, pp. 363-398.
- SPOLON, A. P. G.; MOTODA, M. Novos caminhos da pesquisa acadêmica: a produção brasileira recente em turismo e hospitalidade. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 5, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo, Editora ANPTUR, 2008.
- SOUZA, M. J. B.; PIMENTEL FILHO, G.; FARIA, S. Análise bibliométrica da produção científica em turismo publicado nos anais do ENANPAD. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 4, 2007, Belo Horizonte, Brasil. *Anais...* Belo Horizonte, Editora ANPTUR, 4, 2007.
- SOUZA, M. J. B.; MASKE, D. C. Produção científica sobre empreendedorismo e turismo: um estudo sobre o tema em eventos e periódicos nacionais. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 8, 2011, Balneário Camboriú. *Anais...* Balneário Camboriú, Editora ANPTUR, 2011.
- TEIXEIRA, R. M. Ensino superior em turismo e hotelaria no Brasil: um estudo exploratório. *Turismo em Análise*, v. 12, n. 2, p. 7-31, 2001.

## DIRETRIZES PARA AUTORES

### O MANUSCRITO DEVE SER PREPARADO COMO SEGUE:

**Tipografia:** O manuscrito deve ser preparado com espaçamento entre linhas simples, fonte Garamond tamanho 11, paginado com margens de 3 cm à esquerda e superior e a 2cm à direita e inferior, em papel A4.

**Citações:** as citações diretas deverão utilizar a mesma fonte em tamanho 10, e as notas devem apresentar o mesmo tipo de letra, no tamanho 9. Não utilizar fontes nem tamanhos distintos no texto. Caso pretenda destacar alguma palavra ou parágrafo, utilize a mesma fonte em cursiva (itálico).

**Título e dados do autor ou autores:** O título do trabalho deverá ser redigido em negrito e com a inicial em letras maiúsculas. O nome do autor ou autores seguirá logo abaixo, indicando a instituição de origem (universidade, departamento, empresa, etc.), a especialidade e o correio eletrônico para contato. Pode se inserir dados biográficos adicionais em uma nota desde que esta não ultrapasse 60 palavras.

**Resumo:** O artigo deve vir acompanhado de um resumo no idioma em que está escrito (150 – 250 palavras) e sua tradução em língua estrangeira (resumo e título). Caso o artigo esteja em português, as línguas contempladas nas traduções do resumo devem ser (obrigatoriamente) o inglês e o espanhol ou, alternativamente, o francês. Se o artigo estiver em inglês utilizar-se-á, além do resumo neste idioma, as suas respectivas traduções para (obrigatoriamente) o português e (alternativamente) o espanhol ou o francês. Mas, caso o texto esteja originalmente redigido em espanhol, a tradução do resumo para o 2º e 3º idioma deverá necessariamente recorrer ao uso do português e do inglês.

**Palavras-chave:** o texto deve conter entre 3 e 5 palavras-chave assim como Keywords e Palabras-clave (Motsclés), sobre o tema principal, sempre separadas, por ponto.

**Texto:** o texto deve possuir uma extensão entre 5.000 e 9.000 palavras para artigos e de 3.000 a 5.000 tanto para opiniões, pensatas e ensaios como para notas de investigação; e de 2.000 a 3.000 para resenhas de livros e obras acadêmicas.

**Idiomas:** o trabalho deve vir acompanhado de título na língua vernácula e em inglês, dados biográficos do(s) autor(es) (e que não ultrapassem 60 palavras), resumo na língua vernácula e em língua estrangeira (150 a 250

## GUIDELINES FOR AUTHORS

### THE ARTICLE MUST BE PREPARED THISWAY:

**Typography:** The article or another contribution must be prepared with simple space between the lines, Garamond font, 11. The borders or edges of the pages must be as follow: 3 centimeters to the left and superior (above) and 2 centimeters to the right and inferior (below).

**Citations:** The direct citations have to use the same font, but in another size. In this case, the correct size to use is 10. Don't use different fonts or distinctive sizes in the text. If necessary to put any highlighted part in the text, use the same font in italic.

**Title and author's data:** The title of the work must be written in bold and com initial letter in capital form e author's name or the authors' names must be put below of the title, showing the author's institution (university, department or similar), the formation, mainly the specialty, as well the e-mail to contact. It can be inserted additional biographic data in a brief note, since that don't exceed 60 words.

**Abstract:** The article must be accompanied of the abstract in the language that it was written (150-250 words) and its translation for a foreign language (abstract and title). If the article is in Portuguese, the abstract need to be in the same language. Moreover, the abstract must be translate to the English and Spanish and alternatively for the French. If the article is in English, the abstract need to be in the same language and mandatorily is necessary to translate it for the Portuguese and, in alternative cases, to the French or Spanish. Finally, if the text is in Spanish, the translation of the abstract has to be in English and Portuguese.

**Keyword:** The text must contains between 3 and 5 keywords about the main theme, always separated, like "Palavras-Chave", "Palabras clave", "Keywords" and "Motsclés" by (ponto final).

**Text:** The text must have between 5.000 and 9.000 words to articles and 3.000 – 5.000 words to commentaries, essays, investigations notes and similar productions. Finally, book reviews and academic productions can have between 2.000 words and 3000 words.

**Languages:** The academic production must be followed of the title in the original language, author's biographic data (limited to the 60 words), abstract in the original language and it respective translations (150-250 words), as well the internal division that the author understands be necessary (usually introduction, theoretical

palavras), as divisões internas que se julguem necessárias (geralmente, introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão, conclusão), agradecimentos (se pertinente) e referências. Para os artigos escritos em inglês ou espanhol deve ser enviado necessariamente um resumo em português, assim como o título; palavras-chave (entre três a cinco, separadas por ponto) nas duas línguas dos resumos.

**Ilustrações:** as ilustrações (quadros, gráficos, esquemas, fluxogramas, organogramas, gravuras, fotografias e outros) e tabelas deverão ser inseridas no texto. Todos devem possuir legendas – título e fonte. As tabelas devem seguir as Normas de Apresentação Tabular do IBGE. Pode-se utilizar imagens coloridas, embora se deva avaliar a possibilidade de utilizá-la em formato papel, em branco e preto para que seja legível no caso da edição impressa.

**Abreviações e acrônimos:** Deverão ser definidos claramente no seu primeiro uso no texto.

**Citações e Referências:** as referências, assim como as citações, no corpo do texto, devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 6023:2002 e NBR 10520:2002.

**Notas:** as notas explicativas devem ser utilizadas somente se forem indispensáveis, e deverão vir sempre como notas de rodapé, utilizando o mesmo tipo de letra deste (Garamond) no tamanho 9.

supports, methodology, results, discussion, conclusion, agradecimentos, if pertinent and references). To the articles written in English or Spanish must be send a abstract in Portuguese for us, as well title and keywords and, additionally these parts translated in two others languages.

**Illustrations:** The illustrations and tables must be inserted on the text. All these elements need to have subtitles, titles and fonts. e table must follow the “Tabular Presentation Rules of the IBGE. Can be used colored images, although the necessity to consider the readability to the use them in paper format, in black and white.

**Abbreviations and Acronyms:** These should be clearly defined in its first use in the text.

**Citations and References:** as well as citations in the text, must follow the guidelines of the Brazilian Association of Technical Standards NBR 6023:2002 and 10520:2002.

**Notes:** The notes should be used only if necessary, and should always come as footnotes, using this same font (Garamond) in size 9.

## **Informações Gráficas**

**Formato:** 21 x 28 cm

**Mancha:** 17 x 24cm

**Tipologia:** Arial Narrow – Arial Bold – Sakkal Majalla